

PABLO KOSSA

**CAMINHOS PARA A COMUNICAÇÃO PÚBLICA**  
**A Rádio Universitária como estudo de caso**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

**Área de concentração:** Comunicação Social

**Linha de Pesquisa:** Mídia e Cidadania

**Orientador:** Prof. Dr. Luiz Signates

GOIÂNIA  
2010

K865 Kossa, Pablo.

Caminhos para a comunicação pública : a rádio universitária como estudo de caso / Pablo Kossa. – Goiânia : Universidade Federal de Goiás, 2010.  
125 f. : il.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás, como requisito à obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Signates.

1. Comunicação pública – rádio universitária. 2. Pesquisa em comunicação. I. Título.

PABLO KOSSA

**CAMINHOS PARA A COMUNICAÇÃO PÚBLICA: A RÁDIO  
UNIVERSITÁRIA COMO ESTUDO DE CASO**

Dissertação submetida em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Comunicação Social.

A banca examinadora é composta pelos seguintes professores:

---

Prof. Dr. Luiz Signates – UFG

Presidente da Banca

---

Profa. Dra. Ana Carolina Temer – UFG

---

Prof. Dr. Luiz Martins – UnB

*Agradeço a toda minha família, grande e unida, meus dois amores, Laila e Andreia, ao meu orientador, Luiz Signates, pela paciência sem tamanho e generosidade de conhecimento, e um agradecimento especial ao Guina, aquele que não tinha dó.*

## SUMÁRIO

RESUMO .....	06
ABSTRACT .....	07
INTRODUÇÃO .....	08
1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA A PARTIR DO CONCEITO DE ESFERA PÚBLICA.....	11
1.1 A AÇÃO E A ESFERA PÚBLICA.....	11
1.2 A CONSTITUIÇÃO DA ESFERA PÚBLICA BURGUESA .....	18
1.3 A COMUNICAÇÃO PÚBLICA .....	32
1.4 COMUNICAÇÃO PÚBLICA EM OUTROS PAÍSES .....	38
1.5 A COMUNICAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL .....	43
1.6 CARACTERIZADORES DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA .....	45
1.7 A COMUNICAÇÃO E A ESFERA PÚBLICA .....	50
2 A COMUNICAÇÃO PÚBLICA COMO ELEMENTO NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA E AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS NO DIREITO À COMUNICAÇÃO .....	54
2.1 A COMUNICAÇÃO SOCIAL E A LEGISLAÇÃO .....	54
2.2 A NOÇÃO DE CIDADANIA .....	60
2.3.LEGISLAÇÃO, CIDADANIA E COMUNICAÇÃO PÚBLICA .....	64
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS .....	65
4 ESTUDO DE CASO DA RÁDIO UNIVERSITÁRIA .....	71
4.1 A HISTÓRIA DA RÁDIO UNIVERSITÁRIA .....	71
4.2 PRODUÇÃO DE CONTEÚDO JORNALÍSTICO .....	80
4.3.ANÁLISE DE CONTEÚDO .....	89
4.4 A AUDIÊNCIA DA RÁDIO .....	105
4.5 A RÁDIO UNIVERSITÁRIA É PÚBLICA OU NÃO? .....	111
5 CONCLUSÃO .....	115
6 REFERÊNCIAS .....	120
7 ANEXOS .....	123

## RESUMO

Esta dissertação tem o intuito de refletir sobre os conceitos de comunicação pública, observando suas variações conforme o tempo e o espaço no qual foram formulados. Utilizando a noção de esfera pública de Jürgen Habermas e Hannah Arendt, o trabalho mostra as diferentes percepções sobre a comunicação pública. Para tanto, propõe-se uma perspectiva que investigue a maneira mais apropriada pela qual as emissoras públicas podem se aproximar dos preceitos da esfera pública descrita pelos autores alemães e do mecanismo de efetivação da cidadania plena dentro do campo da comunicação por meio dos instrumentos públicos. A partir desse recorte, é feita uma análise sobre as garantias constitucionais no que tange à comunicação e às práticas de comunicação atuais contemplam ou não a Carta Magna. Por fim, a partir do suporte teórico que envolve a esfera pública, a noção de cidadania, o conceito de comunicação pública e o direito à comunicação, esta dissertação faz um estudo de caso da Rádio Universitária da Universidade Federal de Goiás. Com base em um levantamento histórico da emissora por meio das gravações de uma semana da grade de programação e das entrevistas em profundidade com ouvintes – no qual é traçado o perfil qualitativo do público da rádio –, o texto aplica os conceitos que norteiam este estudo à práxis da Rádio Universitária.

**PALAVRAS CHAVE:** Comunicação Pública; Pesquisa em Comunicação; Esfera Pública; Rádio Universitária.

## ABSTRACT

This essay intends to reflect about concepts of public communication, noticing that they vary according to time and the conditions they were formulated. Based on Hannah Arendt's and Jürgen Habermas' concepts of public sphere, the work presents the different perceptions of public communications, defines a prospect which would be more appropriate for what is proposed here, demonstrates the way public vehicles could approach these principles of public sphere of the authors and suggests how citizenship would effectively be carried out in the communication field using public instruments. From this point, there is an analysis about constitutional rights regarding communication and how communication practices would or not make face to the "Carta Magna". Finally, from the theoretical support that evolves the public sphere, the citizenship concept, the public communication and communication right, the essay makes a case study on Radio Universitaria – Universidade Federal de Goiás. Based on the radio's history, one week's records analysis and intense interviews with the audience – which were used to determine audience's profile – and the staff, the text applies the concepts that guide this study of the radio's praxis.

**KEYWORDS:** Public Communication; Communication Research; Public Sphere; Radio Universitaria.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como intuito se aprofundar no debate contemporâneo acerca da comunicação pública. Considerando a multiplicidade conceitual do termo, busca-se a definição mais apropriada para o caso da Rádio Universitária (RU) da Universidade Federal de Goiás (UFG), verificando se esta pode ser classificada efetivamente como uma emissora pública de comunicação.

Na literatura que trata da comunicação pública, existe uma clara divergência de conceitos, visto que estes mudam na medida em que são identificados seus diferentes países de origem. O contexto histórico, entre outros fatores, também influencia sua formulação. O ponto central do trabalho é a busca de um conceito único de comunicação pública para o Brasil de hoje, que esteja mais adequado ao caso específico da RU, traçando um paralelo entre os estudos de Jürgen Habermas e Hannah Arendt acerca da esfera pública.

A discussão contemporânea brasileira sobre comunicação pública se faz mais necessária quando se analisa o governo de Luiz Inácio Lula de Silva. Desde que o Partido dos Trabalhadores (PT) assumiu o poder, em janeiro de 2003, intensificou-se um processo de articulações para a implementação de uma rede efetiva de comunicação pública no Brasil. A TV Brasil chegou a sair do papel, mas ainda busca identificar seu perfil e seu nicho de atuação.

Além da televisão, a rádio também ganhou atenção do Governo. Exemplo disso é a exibição do programa semanal *Café com o Presidente* e a criação de uma rede pública nacional de rádio, que funciona tal qual uma espécie de *Voz do Brasil* ininterrupta. Logo, urge um debate no seio da sociedade a respeito do uso da rádio como elemento relevante nessa nova esfera pública midiaticizada.

No que diz respeito à criação da RU da UFG, esta nasce por uma decisão do então reitor Colemar Natal e Silva, no ano de 1962, através da Resolução 14/62. A rádio que estava nascendo tinha como metas declaradas levar educação ao povo, visando aprimorar noções de política social, higiene, puericultura, ciências, alfabetização primária, além de despertar aptidão vocacional. A emissora também deveria divulgar os eventos culturais e educacionais que, antes da sua criação, eram publicados na imprensa privada, o que onerava a Universidade.

De seu início até os dias atuais, várias gestões se sucederam na RU. Cada uma, a sua maneira, tentou levar adiante os preceitos do período de sua fundação, embora



cada gestão tenha tido sua própria interpretação dos princípios que norteiam a comunicação pública, sendo estes quase sempre baseados no senso comum. Logo, a ideia de verificar a aplicabilidade de um conceito de comunicação pública a partir de fundamentos científicos dentro da programação musical, jornalística e de entretenimento da RU faz senso tanto aos princípios que nortearam sua fundação quanto à forma de financiamento da emissora – mesmo que este não seja o fator mais relevante na hora de classificar determinado veículo como público ou não.

Além de este estudo confrontar os pressupostos fixados na criação da RU com os conceitos de comunicação pública, ele se torna um diferencial diante da escassez de uma literatura que investigue a rádio como um veículo de comunicação atuante, dado confirmado por Meditsch (1995). Junto a isso, o fato de a RU ser uma emissora digitalizada amplia as perspectivas que colocam este meio de comunicação no centro do debate social, já que isto traz melhorias significativas aos ouvintes (DEL BIANCO, 2001).

Para verificar se a RU da UFG pode ser chamada de emissora efetivamente pública de comunicação – levando em consideração a multiplicidade conceitual que engloba o termo –, a pesquisa possui três eixos de estudo que se interligam: revisão bibliográfica; análise de conteúdo das gravações da grade de programação de sete dias ininterruptos da emissora; e análise das entrevistas em profundidade do perfil qualitativo com a audiência do veículo e profissionais de sua equipe de jornalismo.

Para orientar teoricamente a dissertação e a concepção de comunicação pública, esse trabalho apoia-se basicamente no conceito de esfera pública de Habermas e Arendt. Estes estudiosos levam em consideração que as discussões de classe que culminaram nas revoluções burguesas e que modelaram a chamada sociedade civil de hoje podem ser mimetizadas pela comunicação pública, desde que ela cumpra determinados papéis e se norteie por princípios fundamentais, como o da pluralidade e o da transparência. O trabalho se detém ainda em uma discussão sobre as garantias constitucionais do texto promulgado em 1988 e o direito da comunicação, compreendendo que os veículos públicos também são elementos importantes para a efetivação desse preceito. Com o referencial teórico é apresentada uma análise das formas pelas quais a comunicação pública, sendo calcada nos preceitos da esfera pública de Habermas e Arendt e agindo como garantia à efetivação do direito da comunicação da sociedade, pode ser elemento na construção da cidadania.

A dissertação está organizada em quatro capítulos. O primeiro trata dos fundamentos teóricos de comunicação pública a partir do conceito de esfera pública em Habermas e Arendt. Já o segundo aborda o direito da comunicação como uma garantia constitucional e sua relação com a prática da comunicação pública e construção da cidadania. O terceiro, por sua vez, descreve os aspectos metodológicos para o estudo que aqui se apresenta. Por fim, no quarto e último capítulo, o foco central do trabalho é a questão específica da RU como estudo de caso.

# CAPÍTULO 1

## FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA A PARTIR DO CONCEITO DE ESFERA PÚBLICA

Segundo Arendt (2007)<sup>1</sup>, o paradigma de uma esfera pública se materializou na Grécia com o debate plural entre seus cidadãos. No entanto, a autora observa um esvaziamento do fim público dessa esfera com o prevalecimento das discussões de cunho privado, a partir do momento em que a economia ganha mais força social do que os aspectos eminentemente políticos. Já para Habermas (1961), o tipo ideal<sup>2</sup> da esfera pública emergiu das revoluções burguesas europeias e de sua construção histórica na França, Inglaterra e Alemanha, visto que as pessoas, reunidas nos ambientes comuns dos burgueses europeus, se denominaram como classe, formulando um discurso comum e se aprofundando em um sentimento coletivo reconhecido na esfera pública.

Em *A condição Humana*, de Arendt, e *Mudança Estrutural da Esfera Pública e Teoria da Ação Comunicativa*, de Habermas, a noção de esfera pública é válida como teoria de comunicação pública explorada neste capítulo. Aqui, o objetivo principal é posicionar a ideia de esfera pública perante a construção da cidadania dentro de um veículo de comunicação de perfil público.

### 1.1 A ação e a esfera pública

Segundo Arendt (2007), os gregos tinham a perspectiva de que uma vida humana só faz sentido se tiver uma dimensão pública. A *polis*, cidade-estado grega, é mais importante do que a existência desvinculada de um contexto social. Estar sozinho, viver para si mesmo e cuidar somente de suas necessidades vitais mais básicas não configuram uma existência plena. A possibilidade de reconhecimento social da posteridade é o que diferencia os homens dos demais animais, que têm como possibilidades únicas viver e morrer.

Com a gênese da *polis*, a vida do homem se divide em uma perspectiva privada, junto de sua família, escravos e coisas que interessavam somente a ele, e uma

---

<sup>1</sup> Esse trabalho usa a data da edição da obra consultada como referência bibliográfica.

<sup>2</sup> Categoria de análise metodológica de cunho weberiano e que foi adotada por Habermas para estudar a esfera pública. O tipo ideal se caracteriza por ser um conceito sociológico que é submetido previamente a uma análise, antes que seja aplicado ao objeto que se pretende averiguar. São construídos os referenciais teóricos e depois são empiricamente checados. Essa espécie de “consenso científico” sobre um tema em questão é que pode ser chamada de tipo ideal. O trabalho analisa essa questão de forma aprofundada mais à frente.

pública, com uma dimensão claramente política. É uma espécie de segunda vida, outra ordem de existência. Uma possibilidade de ter algo comum com outros iguais e deixar um legado para a posteridade, além do tempo de vida do corpo (ARENDDT, 2007).

Aristóteles (in ARENDDT, 2007) chama esta perspectiva de dimensão pública da vida de *bios politikos*. A constituição da *bios politikos* é calcada em dois elementos-chave e independentes entre si: a ação (*práxis*) e o discurso (*lexis*). Assim, uma ênfase é dada ao discurso com fins de persuasão que se destaca diante da ação com o esvaziamento dos atos violentos em prol do uso do discurso, em que é plausível a possibilidade de encontrar uma palavra certa, na hora precisa, atingindo determinado fim e constituindo, por conseguinte, uma ação.

O ser político, o viver numa polis, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não através da força ou violência. Para os gregos, forçar alguém mediante violência, ordenar ao invés de persuadir, eram modos pré-políticos de lidar com as pessoas, típicos da vida fora da *polis*, característicos do lar e da vida em família, na qual o chefe da casa imperava com poderes incontestes e despóticos, ou da vida nos impérios bárbaros da Ásia, cujo despotismo era freqüentemente comparado à organização doméstica (ARENDDT, 2007, p. 35).

Para Arendt (2007), é nesse momento que nasce a divisão fundamental que até hoje norteia a vida em comunidade e é particular de todo indivíduo. A noção grega clássica de vida pública e vida privada baseada na elementar distinção entre público e privado ganha contornos mais robustos que se tornam pilares de sustentação de uma lógica social que ainda persiste nos dias atuais. A mudança se dá nos níveis de relevância social que cada uma dessas esferas conquista. Na cidade-estado grega, a separação entre família e política corresponde à distinção entre esfera privada e esfera pública.

Ainda segundo Arendt (2007), a vida ativa se divide entre três atividades humanas de caráter fundamental: labor, trabalho e ação. O labor seria a garantia das necessidades básicas que meramente mantêm o ser humano vivo e a permanência da espécie. O trabalho, ou *faber*, é fruto da alteração de algum item da natureza para a permanência além da vida do homem. A ação, por conta do discurso e caráter político, tem dimensão histórica.

No início da constituição da esfera pública na *polis* grega surgiu um desprezo pelo labor. As atividades que envolviam a ação e a política consumiam muito tempo dos cidadãos e qualquer atividade que não tinha dimensão histórica era considerada inferior. Em relação especificamente ao labor, o desdém partia da concepção de que as atividades comuns aos homens e outros animais eram antes de tudo inumanas. Aristóteles (in ARENDT, 2007) não concebia a possibilidade de usar a palavra homem para designar alguém que estava única e exclusivamente subordinado à necessidade vital.

O desprezo pelo labor, originalmente resultante da acirrada luta do homem contra a necessidade e de uma impaciência não menos forte em relação a todo esforço que não deixasse qualquer vestígio, qualquer monumento, qualquer grande obra digna de ser lembrada generalizou-se à medida que as exigências da vida na pólis consumiam cada vez mais o tempo dos cidadãos e com a ênfase em sua abstenção (*skhole*) de qualquer atividade que não fosse política, até estender-se a tudo quanto exigisse esforço. (ARENDT, 2007, p. 91).

Uma diferença fundamental entre a atividade do labor e a do trabalho é a perenidade do resultado. Quando se trabalha – *faber* – em algo, o objeto adquire uma condição que transcende a existência do homem, podendo permanecer por gerações, mesmo com a degradação causada pelo passar do tempo ou do uso. Já o produto resultante do labor é consumido pelo próprio processo biológico que envolve a permanência do organismo vivo. O fim desse consumo significa a morte (ARENDT, 2007).

Contudo, o desprezo pelo labor nascido e consolidado pela noção grega perde a força com o passar dos séculos. Ocorre, então, um processo inverso, e o labor passa a ser hipervalorado com os primeiros teóricos da economia de mercado e da propriedade privada.

Nada, de fato, é menos comum e menos comunicável – e, portanto, mais fortemente protegido contra a visibilidade e a audibilidade da esfera pública – que o que se passa dentro de nosso corpo, nossos prazeres e dores, seu labor e consumo. (ARENDT, 2007, p. 124).

O hedonismo, para Arendt (2007), é a maximização do apolítico, do privado, da busca do prazer como fim maior. A sociedade ocidental no contexto pós-revolução industrial valoriza essa filosofia de vida. Seu crescimento vertiginoso é mais explícito

na publicidade dos meios de comunicação de massa que louva de forma intermitente o prazer pelo prazer. O labor ganha mais espaço na esfera privada, o que a torna mais forte. Assim, com o enfraquecimento da esfera pública, ao contrário do que Marx (in ARENDT, 2007) prevê, o tempo livre passa a ser pautado pelo labor e destinado ao consumo. Marx imagina que as horas livres do trabalhador possam ser usadas como alternativas ao modelo de exploração das fábricas e à reflexão. Mas, no contexto pós-revolução industrial, não é isso que acontece.

A verdade bastante incômoda de tudo isto é que o triunfo do mundo moderno sobre a necessidade se deve à emancipação do labor, isto é, ao fato de que o animal laborans pode ocupar a esfera pública; e, no entanto, enquanto o animal laborans continuar de posse dela, não poderá existir uma esfera verdadeiramente pública, mas apenas atividades privadas exibidas em público. (ARENDT, 2007, p. 146).

O *faber*, por sua vez, é a antítese do labor. O *homo faber* utiliza os materiais disponíveis na natureza, obtendo, na maioria das vezes, uma maior durabilidade e finalidade de uso. A objetividade do trabalho, ou seja, do *faber*, está no fim dessa atividade, que é a existência do objeto ao longo do tempo. A destruição do produto do *faber* vem com o desgaste gerado pelo uso, o que definitivamente não é a meta de quem o utiliza. Por outro lado, o consumo vinculado ao labor só tem sentido caso a destruição do objeto seja efetuada.

O labor humano mais necessário e elementar – o cultivo da terra – parece perfeito exemplo de labor que, por assim dizer, se transforma em trabalho no decorrer do processo. (ARENDT, 2007, p. 151).

A noção de reificação vem do *faber*, sendo esta baseada na ideia de que as mãos que constroem podem ser as mesmas que destroem. O uso de instrumentos para auxiliar o *faber* se caracteriza pela violência empregada na alteração da natureza, em sua transformação no objeto desejado para atender o pragmatismo do trabalho, em que se faz algo para atingir determinado fim específico (ARENDT, 2007).

Com essa noção de existência, o mundo do *faber* é limitado na ideia dos objetos por ele fabricados. Assim, a esfera pública do *homo faber* é constituída única e exclusivamente pela troca de objetos, em que tanto a oferta quanto seus próprios produtos são valorados por outros. A produção se dá no isolamento individual do trabalho e a negociação se dá no coletivo, havendo o domínio de interesses privados

econômicos. O valor do produto surge nesse mercado de trocas de acordo com o que a esfera pública lhe confere. Portanto, não existe valor em ambientes privados, pois somente se utilizando do diálogo é que se atribuímos diferentes graus de relevância a determinado objeto (ARENDDT, 2007).

A esfera pública do homo faber é o mercado de trocas, no qual ele pode exibir produtos de sua mão e receber a estima que merece. Essa inclinação para a exibição pública tem muito a ver com a propensão de negociar, permutar e trocar uma coisa por outra que, segundo Adam Smith, distingue os homens dos animais – e decerto não é menos arraigada que ela. O fato é que o homo faber, construtor do mundo e fabricante das coisas, só consegue relacionar-se devidamente com as pessoas trocando produtos com elas, uma vez que é sempre no isolamento que ele os produz. (ARENDDT, 2007, p. 151).

A título de esclarecimento, enquanto o privado diz respeito à família, o público está ligado à política. Ambas as esferas estão separadas, mas juntas constituem os pilares de sustentação da convivência entre as pessoas desde as cidades-estado gregas. Um problema surge quando essa dicotomia perde o equilíbrio e a robustez da esfera do privado diante da pública na sociedade contemporânea é cada vez mais percebida (ARENDDT, 2007).

Em nosso entendimento, a linha divisória é inteiramente difusa, porque vemos o corpo de povos e comunidades políticas como uma família cujos negócios diários devem ser atendidos por uma administração doméstica nacional e gigantesca. O pensamento científico que corresponde a essa nova concepção já não é a ciência política e sim a economia nacional ou a economia social ou, ainda, a Volkswirtschaft. Todas as quais indicam uma espécie de administração doméstica coletiva, o que chamamos de sociedade é o conjunto de famílias economicamente organizadas de modo a constituírem o fac-símile de uma única família sobre-humana, e sua forma política de organização é denominada nação. (ARENDDT, 2007, p. 37-38).

Na esfera privada, a convivência entre os homens é antes de tudo forçada, pois não se escolhe o círculo familiar em que se nasce. Não há diálogo livre e a estrutura é autoritária, sendo que os mais velhos detêm maior poder em comparação aos mais novos por uma simples questão de antecedência familiar (ARENDDT, 2007). Já a esfera pública tem dimensão política e, por isso, representa o ambiente da liberdade. A *polis* se diferencia da família com base no princípio da igualdade: enquanto na esfera do público

o diálogo é estabelecido entre iguais, em uma relação “olho no olho”, na esfera do privado a hierarquia é autoritária e censora por natureza (ARENDDT, 2007). Logo, a diferença que norteia as esferas em questão é a qualidade da discussão e não a quantidade de pessoas envolvidas no diálogo. Na esfera pública, a futilidade não tem espaço, portanto o homem e suas ideias ganham dimensão histórica e se perpetuam ao longo dos séculos, extrapolando a vida terrena do labor e a vida útil do *faber* (ARENDDT, 2007).

Com a emergência da sociedade de massa, a distância entre o privado e público diminuiu e as relações de âmbito privado se sobrepuseram às da esfera pública. Esta última se diluiu e se transforma em uma esfera social (ARENDDT, 2007). Assinale-se que o número de pessoas abrangidas nesse momento não foi o ponto crucial para o enfraquecimento do público. O que interessa é a ausência de condições propícias para que esse diálogo entre iguais seja estabelecido, continuado e fortalecido. Isso motiva a desidratação da esfera pública e fortalece a discussão de fim privado (ARENDDT, 2007).

Já a ação – terceiro elemento de base da teoria de Arendt junto do labor e do trabalho – se apoia antes de tudo na pluralidade, defendendo a igualdade de todos. Isso porque considera que não existe uma hierarquia característica do privado, além do fato de todos compartilharem dos mesmos códigos de comunicação, de ter perspectivas de passado e futuro que direcionam o grupo a possuírem diferentes visões do mundo que os cerca (ARENDDT, 2007). A ação é a forma como o homem se manifesta a outro. Ela também pode ser compreendida distanciando-se do labor, por não ser uma necessidade e também por não ser regida pela noção de utilidade (ARENDDT, 2007). Ela é o território humano por excelência da vida ativa na teoria de Arendt, e é justamente o lugar em que se consagra a condição humana de exercitar o diálogo e permanecer na história por meio do discurso.

A pluralidade humana, condição básica da ação e do discurso, tem o duplo aspecto de igualdade e diferença. Se não fossem iguais, os homens seriam incapazes de compreender-se entre si e aos seus ancestrais, ou de fazer planos para o futuro e prever as necessidades de gerações vindouras. Se não fossem diferentes, se cada ser humano não diferisse de todos os que existiram, existem ou virão a existir, os homens não precisariam do discurso ou da ação para se fazerem entender. Com simples sinais e sons, poderiam comunicar suas necessidades imediatas e idênticas. (ARENDDT, 2007, p. 188).



Nesse momento da teoria de Arendt fica claro como ela dá suporte teórico à discussão que aqui se pretende empreender sobre a comunicação pública. A prática do discurso que estrutura a ação e é elemento central da vida ativa tem espaço garantido na engrenagem para o bom funcionamento de uma comunicação pública que se contemple como cidadã. A percepção da pluralidade como fator indispensável para a caracterização de uma esfera pública em que a ação prevaleça perante o privado, calcada no paradigma da *polis* grega de Arendt, sustenta e reverbera uma discussão sobre comunicação pública.

É importante aqui detalhar um pouco mais sobre a noção de pluralidade em Arendt. A autora alemã entende pluralidade, dentro da esfera pública, como um debate em que diversos pontos de vista possam garantir legitimidade dentro daquele círculo social. Essa legitimidade dará suporte à formação de juízo coletiva dos que ali integram o círculo e, por conseguinte, permitirá a deliberação acerca de temas de relevância pública. Para a comunicação em geral, e talvez até mesmo para o senso comum, pluralidade adquire uma conotação mais ampla, que às vezes lida inclusive com a diversidade cultural. Contudo, este trabalho se limita à perspectiva arendtiana de entender a pluralidade, tanto na esfera pública por ela estudada quanto na comunicação pública, como a possibilidade de debate múltiplo, com formação de juízo e possibilidade deliberativa. A comunicação pública que dá voz e expressão aos mais diversos atores sociais tem a chance de atingir esse fim.

E também nesse ponto cabe uma crítica à obra de Arendt, pois a autora alemã tem uma visão que não enxerga outro fim, outra possibilidade ou alternativas após a robustez alcançada pela esfera privada adiante da esfera pública com o advento da Idade Moderna. A autora poderia ter-se atentado mais ao papel desenvolvido pelos meios de comunicação emergentes nas revoluções burguesas, como elementos de construção desse discurso que formula uma nova esfera pública, ou seja, a esfera pública burguesa (HABERMAS, 1961). Arendt não compreende os meios de comunicação como uma chance de emular à esfera pública da *polis* grega, que é seu paradigma de sustentação e, menos ainda, à constituição de uma nova esfera pública. Já Habermas consegue ir além, entendendo e vislumbrando novas possibilidades de se estabelecer uma discussão por meio da mídia e que contemple a estruturação de um discurso de classe.

Tendo em vista as duas teorias discutidas anteriormente, percebe-se que um veículo de comunicação pode servir como meio de construção de um discurso, segundo a teoria de Arendt, recurso para o qual a própria autora não se atentou. Observando o

contexto da formulação arendtiana em *A condição humana*, fica claro que a autora não levanta a possibilidade de um meio de comunicação com forte lastro social se estabelecer como contraponto à tirania e vir a ser um elemento central na construção da cidadania e na consolidação da democracia na sociedade. Assim, quando se coloca a comunicação pública sob a luz da teoria de Arendt, cresce a importância da noção de pluralidade. E, mesmo que somente a noção de pluralidade ainda não seja suficiente para dimensionar a comunicação pública como elemento de suma relevância para a construção da cidadania, é válido observar que, sem esse viés, não é possível ter a perspectiva cidadã dentro da comunicação pública.

### **1.2 A constituição da esfera pública burguesa**

Depois de discutir Hannah Arendt, este estudo segue agora para o debate sobre o pensamento de Jürgen Habermas. Sendo uma espécie de aprofundador das ideias de Hannah Arendt, Jürgen Habermas se propõe, na obra *A Mudança Estrutural da Esfera Pública*, sua tese de livre-docência da Universidade de Marburgo (FREITAG; ROUANET, in SIGNATES, 2009), a estudar a constituição da esfera pública burguesa (HABERMAS, 1961, p. 33). De posse do contexto histórico do início das formulações das revoluções burguesas europeias – fechando o estudo de caso na França, Inglaterra e Alemanha –, o autor alemão deseja investigar o funcionamento e os objetivos desse modelo de esfera pública calcada no liberalismo, quanto à sua origem e ao seu desenvolvimento.

Concebemos a “esfera pública burguesa como uma categoria típica de época; ela não pode ser retirada do inconfundível histórico do desenvolvimento dessa “sociedade burguesa” nascida no outono da Idade Média européia para, em seguida, ao generalizá-la num ideal tipo, transferi-la a constelações formalmente iguais de situações históricas quaisquer. (HABERMAS, 1961, p. 9).

Se Habermas tem a esfera pública que formula as revoluções burguesas como tipo ideal da teoria weberiana, cabe aqui discutir um pouco sobre esse conceito. Tipo ideal pode ser considerado o cerne do desenvolvimento metodológico de todo o arcabouço da teoria de Max Weber. O autor alemão se aprofunda nessa teoria em seu livro *Metodologia das Ciências Sociais – Parte 1*, que é uma coletânea de artigos escritos por ele entre os anos de 1903 e 1921. Na introdução à edição brasileira de Maurício Tragtenberg, fica claro um sentimento de que o instrumento de análise

metodológica weberiana atinge seu ápice com o conceito de tipo ideal (TRAGTENBERG in WEBER, 2001, p. XXIV). Weber sente necessidade de criar um novo procedimento metodológico de investigação para o universo das ciências sociais, do qual emerge o tipo ideal.

O tipo ideal constitui-se como um momento em que o sujeito cognoscente analisa o real conforme as relações que seu ponto de vista mantém com os valores.

[...]

O tipo ideal aparece como um método das ciências histórico-sociais, cujo objeto é captar os fenômenos na sua singularidade. (TRAGTENBERG in WEBER, 2001, p. XXV).

Weber deixa claro em seu texto que a utilização de tipos ideais não se justifica como fins, mas sim como meios no processo científico (WEBER, 1904). O tipo ideal é uma forma de coletar elementos genéricos de determinado fenômeno para se chegar a uma categorização abstrata que possa servir como meio ao desenvolvimento teórico de determinado objeto.

[...] encaramos intencionalmente o “tipo ideal” como uma construção intelectual destinada à mediação e à caracterização sistemática das relações individuais, isto é, significativos pela sua especificidade, tais como o cristianismo, o capitalismo, etc. (WEBER, 1904, p. 144).

Para finalmente se chegar ao tipo ideal de esfera pública habermasiano, é apresentado um resumo da noção weberiana do tipo ideal:

O tipo ideal constitui-se como recurso metodológico para a compreensão do real, possui um valor heurístico, isto é, conforme as exigências do andamento da pesquisa. O tipo ideal tem sentido por sua capacidade explicativa. Para Weber, ele tem utilidade ou não como qualquer outro instrumento. Na medida em que o processo de pesquisa é ilimitado, os conceitos tendem a auto-superar-se quanto mais avançar o conhecimento, que é sempre aproximativo. O tipo ideal deve construir o conhecimento aproximativo de forma mais definida, através da seleção das relações típicas que configuram um panorama intelectual. Partindo de um ponto de vista “unilateral”, acentuam-se “elementos” ou “traços”, atribuindo a outros papel secundário. O tipo ideal deve clarificar ao pesquisador o nível de exposição e de pesquisa. Assim, a imputação causal se dá através do tipo ideal na medida em que este fundamenta a elaboração de hipóteses através de uma mente disciplinada que acentua a exigência de rigor. (TRAGTENBERG in WEBER, 2001, p. XXVI)

Agora que a noção weberiana está mais clara, o trabalho volta a discutir a esfera pública em Habermas, tendo em vista que este adota a metodologia de Weber para desenvolver sua teoria acerca do fenômeno burguês pré-revolucionário.

Os participantes da esfera pública têm uma ligação de classe e são portadores da opinião pública, conversando entre iguais em ambientes onde todos possuem o mesmo poder de voz. Outro ponto que caracteriza a esfera pública burguesa é sua publicidade<sup>3</sup> e poder de crítica do círculo onde seus membros convivem (HABERMAS, 1961).

Ou seja, o estabelecimento de uma esfera pública burguesa nas sociedades inglesa, francesa e alemã dos séculos XVIII e XIX foi acompanhado por um duplo processo de legitimação: por um lado, perante o poder do estado, por outro, relativamente às restantes classes sociais. (SILVA, 2001, p. 120).

O surgimento dessa esfera pública se dá em um contexto em que a dicotomia entre público e privado estava muito pouco clara. No auge da Idade Média, devido às relações estabelecidas, como a vassalagem, por exemplo, o ambiente privado da família e o público da política não tinham muita diferença entre si e um não adquiria mais força que o outro. Com a intensificação da atividade econômica burguesa, questão em primeira ordem de fim privado, foi necessária a implementação de uma lógica mercantil de natureza pública (HABERMAS, 1961).

Junto com o moderno aparelho de Estado surgiu uma nova camada de “burgueses” que assume uma posição central no “público”. O seu cerne é constituído por funcionários da administração feudal, especialmente por juristas (ao menos no continente europeu, onde a técnica do Direito Romano herdado é manipulada como instrumento de racionalização do intercâmbio social). Acrescentam-se ainda médicos, pastores, oficiais, professores, os “homens cultos”, cuja escala vai do mestre-escola e escrivão até o “povo”. (HABERMAS, 1961, p. 37).

Essas pessoas citadas por Habermas, que possuíam instrução e tinham acesso a bens culturais, são a principal força motriz da formação da esfera pública para fortalecer a nova classe social emergente, ou seja, a burguesia, que discute formas de tomada do

---

<sup>3</sup> Publicidade aqui deve ser entendida como o ato de trazer a público, podendo também ser verbalizado como publicizar. Ou seja, nada tem a ver com a noção de propaganda e comercial que normalmente se denota ao termo.

poder e de sua manutenção, como referência soberana àquela condição de Estado discutida (HABERMAS, 1961, p. 37).

Na conceituação de Habermas, a esfera pública burguesa é formada por pessoas privadas reunidas no público, sendo que todas têm algum tipo de autoridade que permite um debate sem diferentes graus de hierarquia entre elas. Além disso, a discussão de caráter aberto, sempre receptiva a novas inserções, se dá entre temas que anteriormente não estavam na pauta das conversas dessa classe social. No seio de tal discussão, a consciência política desperta e dá surgimento a questionamentos quanto à monarquia de perfil absolutista, o que gera a exigência de leis impessoais e genéricas, transformando, assim, a esfera pública na fonte legítima da qual emana a legislação (HABERMAS, 1961).

A opinião pública serve, portanto, como uma força diluidora do arbítrio do rei, pois sua força de legitimação do poder tem raiz em um debate plural. Esse contraponto era necessário à consolidação da burguesia como força social, pois as decisões unilaterais por parte da coroa eram altamente prejudiciais às atividades burguesas. A constituição de uma esfera pública capaz de suplantar a vontade de um único ser que concentra o poder de decisão pelo desejo de uma maioria plural (se for observada a questão da identidade) e uniforme (em âmbito formal, pois compartilham das mesmas normas e têm igualdade de direitos) contemplaria o desejo do burguês como ator social. E por mais contraditório que isso possa parecer, faz senso ao que Habermas (1961) relata:

Em primeiro lugar, são destacados os direitos relativos à esfera de pessoas privadas juntas, enquanto um público em debate crítico e racional (liberdade de opinião e de expressão, liberdade de imprensa, liberdade de associação e de reunião), e à sua função política (direito de petição, direito de voto). Em segundo lugar, são referidos os direitos básicos que dizem respeito ao estatuto de cada indivíduo, enquanto ser humano livre, ancorado na esfera íntima da família patriarcal burguesa (liberdade individual, inviolabilidade do local de residência). Em terceiro e último lugar, são apontados os direitos básicos que se referem às transações que ocorrem entre os proprietários de propriedade privada (igualdade perante a lei, proteção da propriedade privada). Todos estes direitos básicos garantem várias coisas:

- asseguram a distinção entre a esfera pública e a esfera privada, que inclui a esfera íntima;
- garantem igualmente quer as instituições, quer os instrumentos da esfera pública (imprensa e partidos políticos), tal qual a base da autonomia privada, a propriedade;

- confirmam, por fim, as funções das pessoas privadas: quer as de caráter político (cidadão), quer as de caráter econômico (proprietário), mas também as funções dos indivíduos enquanto seres humanos (como é o caso da inviolabilidade da correspondência privada). (SILVA, 2001, p. 126-127).

Essa esfera pública tipicamente burguesa surge em primeiro lugar na Inglaterra, no final do século XVII e início do século XVIII. Na sequência, os burgueses da Europa continental formam modelos de diálogo que culminam nas esferas públicas da França e da Alemanha. De ambientes informais, onde os homens têm acesso à informação e podem exercer o debate (como pubs, cafés, sociedades secretas etc.), essa discussão política migra para a nascente imprensa da época, que em alguns países é regulada por censura prévia e em outros não (HABERMAS, 1961, p. 58).

Os artigos de jornais não só são transformados pelo público dos cafés em objeto de suas discussões, mas também entendidos como parte integrante deles; isto se mostra no dilúvio de cartas, das quais os editores semanalmente publicavam uma seleção. As cartas dos leitores, quando o Spectator se separa do Guardian recebem uma instituição própria: na parte Oeste do café Button's é colocada uma cabeça de leão, por cuja garganta o leitor podia jogar as cartas. (HABERMAS, 1961, p. 59).

A partir desse momento, a imprensa ganha corpo junto à sociedade, para ser o foro apropriado em que se executa o debate da esfera pública. As visões de classe podem ser colocadas por meio de artigos, de modo que as ideias se aproximam, entram em conflito, provocam mais questionamentos e dúvidas, até que, finalmente, formulam a noção mais clara de um posicionamento homogêneo perante o que estava sendo colocado pelo governo e pela sociedade (HABERMAS, 1961).

Logo, a redação dos jornais passa a emular os princípios da esfera pública, tentando preservar a liberdade e a pluralidade de ideias que também norteiam a discussão dentro dos cafés. Os jornais retroalimentam esse debate e o expandem, alcançando cada vez mais pessoas que não podem estar presentes fisicamente naquele local, mas que, por conta dos veículos impressos, também compartilham do debate. A comunicação entre os privados se dá de maneira pública por meio dos jornais que mediavam e reverberavam aquela posição de classe (HABERMAS, 1961).

Contudo, mesmo que a discussão pública seja alargada com a imprensa, naquele contexto histórico ela ainda pertence a um grupo claro e definido, pois o alto

preço dos exemplares seleciona quem tem acesso ao jornal. Isso reforça o caráter político das publicações e permite que a imprensa se mantenha em uma linha ideológica claramente definida (HABERMAS, 1961).

Nos anos 1930 do século XIX, veio à tona o processo de popularização e massificação dos jornais. Com o início da venda de anúncios publicitários nas páginas dos jornais, há a possibilidade de baratear o valor cobrado por exemplar e ampliar a tiragem dos impressos. A redação deixa de ser o ambiente político por natureza e passa a se portar como um mero instrumento no qual as pessoas veem os anúncios publicados entre as matérias jornalísticas. A política deixa de ser o fim e se transforma em meio. Essa apropriação do privado sobre o público transforma o instrumento do debate em um produto, o que naturalmente modifica seu fim maior (HABERMAS, 1961).

Com a formação dos primeiros trustes da comunicação no final do século XIX, a concentração (característica maior do sistema capitalista) se acentua e esvazia ainda mais o debate político na grande imprensa. Outro fator que marginaliza a discussão política na imprensa é o advento das novas tecnologias. O alto valor para a aquisição desses novos instrumentos favorece também a concentração e centralização do poder dos meios de comunicação (HABERMAS, 1961).

O jornalismo/publicidade passa a atingir mais pessoas, mas, descaracterizado de sua dimensão pública, cede espaço à hipertrofia do privado. Nesse sentido, a discussão de classe fica subjugada a uma lógica do entretenimento. A perspectiva do interesse público é suplantada pelo interesse do público, ou seja, abdica-se de assuntos pertinentes que possam exigir do leitor uma maior capacidade de reflexão e um repertório cultural mais amplo para dialogar com o dado texto, por temas facilmente digeríveis e que tenham poder de mobilizar o interesse do maior número possível de pessoas. O quantitativo passa a ser um referencial mais forte que o qualitativo. Esse esvaziamento da esfera pública da imprensa burguesa tem fins comerciais que favorecem as nascentes megacorporações em detrimento do discurso instigante de fim público (HABERMAS, 1961).

Desta forma, a teoria da discussão habermasiana pressupõe uma rede de processos comunicativos, tanto dentro como fora do complexo parlamentar e dos seus corpos deliberativos, que sustenta a existência de palcos dialogicamente discursivos em que ocorre a formação da vontade e da opinião democráticas. (SILVA, 2001, p. 119-120).

Como pode ser visto, os pilares teóricos que sustentam a noção de esfera pública em Habermas na *Mudança Estrutural da Esfera Pública* são três: liberdade de opinião; legitimidade para emitir conceitos; e a possibilidade de entes privados conversarem entre si como iguais em um ambiente desprovido de hierarquias. A obra em questão abriga a discussão habermasiana mais profunda a respeito da comunicação. Mas já que esse não é o foco prioritário do desenvolvimento do pensamento habermasiano, suas reflexões prioritárias se dão no campo do Direito e democracia, embora a ação comunicativa ainda seja elemento central em suas teorias (SIGNATES, 2009).

Em 1990, por ocasião da 17ª edição alemã de *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, Habermas escreve um texto introdutório ao livro (publicado pela primeira vez em 1961), em que o teórico alemão reavalia alguns posicionamentos, refuta algumas críticas e aceita outras (SIGNATES, 2009). O primeiro equívoco reconhecido pelo próprio autor diz respeito ao fato de ele ignorar a existência de outras importantes esferas públicas. Assim, ele estabelece a esfera pública plebeia, considerando que esta existe como uma sombra da esfera pública burguesa, e a esfera pública das mulheres, que é colocada como singular e pertencente à mesma época da esfera pública burguesa descrita em seu livro.

Entretanto, o ponto a partir do qual Habermas realmente dá um passo à frente em seu trabalho como pensador é o lançamento da obra *Teoria da Ação Comunicativa*, em 1981, quando ele começa a trabalhar dentro de sua própria perspectiva de paradigma. Nessa obra se estabelece a dicotomia básica que norteia sua teoria de sociedade: sistema e mundo da vida (SIGNATES, 2009).

Em sua *Teoria da Ação Comunicativa*, na qual vinha trabalhando há quatro anos, Habermas pretendeu desenvolver uma Teoria da Modernidade (Habermas, 1981a, v. 1, p. 8) calcada em um novo conceito de razão (a razão comunicativa) e em um novo conceito de sociedade (que integrasse o “sistema” ao “mundo vivido”). Nesse livro, o autor procura explicar os paradoxos ou patologias da modernidade à luz do pensamento sociológico clássico e contemporâneo, indicando as possíveis vias de sua superação (vide também entrevista concedida em meados de 1981 a Honeth e outros em Habermas, 1985, p. 180). (FREITAG, 1993, p. 23).

Fundamentado em Weber, de quem extrai a noção de processo histórico na racionalização, Habermas faz uma crítica à orientação das ações e sua racionalidade. Para o primeiro, a racionalidade está vinculada à orientação a fins, o que, de acordo com



o segundo, se justapõe de forma indevida à razão e à eficácia do poder. Para Habermas, a orientação a fins configura não razão por si só, mas sim uma racionalidade de perfil estratégico e instrumental. Seguindo essa lógica, ele deduz que a razão estratégico-instrumental não pode ser a única possível, pois democracia e linguagem devem ter outra racionalidade. Calcando-se em George Mead e Durkheim para se livrar de algumas amarras impostas pela sociologia weberiana, Habermas conclui que a noção de ação comunicativa é uma ação orientada não aos fins, mas ao entendimento.

Colocado isso, parte-se para uma explicitação de mundo da vida e sistemas.

O mundo da vida é o horizonte em que os agentes comunicativos se movem, dando por construído ou tomando-o como dado. Esse horizonte, conforme Habermas (1981a, p. 169) é delimitado estruturalmente pela organização social e transformado na medida em que se produzem as mudanças estruturais da sociedade. (SIGNATES, 2009, p. 95).

Para Habermas, durante a ação comunicativa o sujeito faz uso do seu referencial objetivo, subjetivo e intersubjetivo. Sem isso, não há possibilidade de ocorrer ação comunicativa, pois o pressuposto objetivo (que diz respeito à suposta verdade do que é comunicado), o subjetivo (da veracidade) e o intersubjetivo (das condições normativas) é que dão a condição de tematização do mundo da vida.

Ello da lugar a um dilema que no podrá resolverse mientras los procesos cooperativos de interpretación no se conciban como un entendimiento que se rige por pretensiones de validez. Con cada secuencia de interacción los sujetos que actúan comunicativamente renuevan la apariencia de una sociedad normativamente estructurada, pero la verdad es que proceden por tanteos desde un problemático consenso momentáneo al siguiente. Como todos los conceptos y orientaciones de acción capaces de sobreponerse a la situación en conjunto tienen que ser renegociados en cada sazón, domina el ocasionalismo de lo particular sobre lo universal, de modo que la apariencia de continuidad a lo largo de distintas secuencias de acción sólo puede quedar asegurada mediante recurso al contexto en que esa secuencia se desarrolla<sup>4</sup>. (HABERMAS, 1981, p. 176).

Essa reserva de condições inquestionáveis que alimentam o mundo da vida é que problematiza o conhecimento humano por meio da linguagem.

O mundo da vida é, destarte, o saber não tematizável, por ser constitutivo do entendimento enquanto tal, resultando que, quando

---

<sup>4</sup> A citação está no idioma espanhol, pois a obra *Teoría de la Acción Comunicativa, I – Racionalidad de la Acción y Racionalización Social* não possui uma publicação em português.

as tentativas de entendimento fracassam, as pretensões de validade deixam de ser os pressupostos e tornam-se aquilo sobre o qual deve se buscar o consenso. (SIGNATES, 2009, p. 97).

O mundo da vida se traduz tanto na subjetividade quanto na cotidianidade, sendo a seara coletiva e comum a todos que compartilham de seus pressupostos, de seu acervo básico. O ponto de sustentação dos argumentos durante a ação comunicativa é a certeza incontestada do saber.

El mundo de la vida, en tanto que trasfondo, es la fuente de donde se obtienen las definiciones de la situación que los implicados presuponen como aproblemáticas. En sus operaciones interpretativas los miembros de una comunidad de comunicación deslindan el mundo objetivo y el mundo social que intersubjetivamente comparten, frente a los mundos subjetivos de cada uno y frente a otros colectivos. Los conceptos de mundo y las correspondientes pretensiones de validez constituyen el almacén formal de que los agentes se sirven en su acción comunicativa para afrontar en su mundo de la vida las situaciones que en cada caso se han tornado problemáticas, es decir, aquellas sobre las que se hace menester llegar a un acuerdo. (HABERMAS, 1981, p. 104).

Para Habermas, a ação comunicativa tem como principal finalidade a busca da manutenção da tradição e sua renovação cultural. Além disso, ainda colabora para a socialização, para o estabelecimento de uma rede de solidariedade, para a integração social e para a formação de identidades pessoais (SIGNATES, 2009).

Assim sendo, a teoria de sociedade habermasiana se completa com a noção de sistema. Por não se aceitarem relações de poder dentro do mundo da vida e dada a consciência da existência dessas relações na sociedade, a noção de sistema foi formulada para preencher esse espaço. Onde quer que o poder (seja ele econômico, político, bélico, geracional ou de qualquer outra ordem) suplante a possibilidade de convencimento, sendo a argumentação o único instrumento disponível, existirá uma relação sistêmica que abafa o mundo da vida. Logo, o agir comunicativo para Habermas não está formado somente com o mundo da vida, pois ele também se apoia no sistema. O sistema é o processo de regulação que age por meio de mecanismos burocráticos das atividades vinculadas à economia e à política dentro da vida em sociedade. Ou seja, o argumento deixa de vir em primeiro plano e as relações de poder o suplantam. As orientações sistêmicas dentro do mundo da vida passam por duas categorias fundamentais: os meios de controle sistêmicos e os níveis de integração.

Os meios de controle são definidos, dentre os que Parsons denomina meios de comunicação simbolicamente generalizados, aqueles que demonstrem capacidade histórica de gerar estruturas sistêmicas: o poder e o dinheiro, cada um produzindo a estrutura social que lhe é consentânea. E os mecanismos de diferenciação sistêmica, que Habermas enumera em quatro (os dois mencionados, segmentário e estratificação, vinculados às sociedades primitivas, e os que se diferenciam na modernidade: o meio de controle sistêmico e a organização estatal) e cujos níveis de integração obedecem, segundo ele, um “primado evolutivo”, caracterizado pelo fato de que cada mecanismo emergente degrada, absorve ou transforma em função o mecanismo anterior. (SIGNATES, 2009, p. 104).

A partir do momento em que a sociedade ganha complexidade e estratificação de camadas sociais, os sistemas têm condições de se desenvolver no mundo da vida. Surgem autoridades institucionalizadas para definir regras e limites dos modos de ação social. O Estado passa a acumular funções e esse sistema se divide em dois subsistemas principais: o do poder e o do dinheiro.

Nesse contexto, o Estado é o subsistema que se dedicará de forma prioritária às questões macro, de natureza coletiva e de *status* vinculante. Os âmbitos decisórios são parte inerente desse subsistema que se especializa conforme as novas demandas colocadas pelo também pulverizado mundo da vida.

Por outro lado, há a economia. Esse subsistema tem como foco principal questões que englobam as relações de poder não estatais e despolitizadas, em que o dinheiro é tido como um instrumento de intercâmbio com condições de transformar valores de uso em valores de troca, de intercâmbio de bens em intercâmbio de mercadorias (SIGNATES, 2009).

Nesse sentido, o direito também ganha robustez teórica com contornos específicos para dar conta dessa complexidade e se ramificar em penal (no âmbito da coletividade, ou seja, do subsistema do poder) e civil (no âmbito da individualidade, no subsistema do dinheiro), sempre no intuito de dar respostas sistêmicas às novas demandas do mundo da vida (HABERMAS, 1981). E é exatamente por isso que os sistemas não existem por si só, pois que precisam estar ancorados no mundo da vida. Essas instituições que vinculam os sistemas ao mundo da vida podem ter sua práxis em dois eixos de ação: ou direcionando a influência do mundo da vida aos âmbitos formais, ou canalizando a influência dos sistemas sobre a ação comunicativamente estruturada.

De acordo com Habermas, um problema surge quando os processos sistêmicos sobrepujam o mundo da vida, este cada vez mais racionalizado. O mundo da vida se

descola e depende cada vez mais da ação sistêmica da economia e do Estado. Essa patologia é definida como colonização.

A colonização refere-se à penetração da racionalidade instrumental e dos mecanismos de integração do “dinheiro” e do “poder” no interior das instituições culturais. As galerias de arte, as feiras de livros, as universidades (para mencionar somente alguns poucos exemplos) deixam nesse caso de funcionar segundo o princípio da verdade, normatividade e expressividade, passando a funcionar segundo o princípio do lucro e do exercício do poder, atuantes no sistema econômico e político. Desse modo, ocupam, como tropas invasoras, os espaços privilegiados da razão comunicativa, substituindo-a pela razão instrumental. Resta como “saída” o recuo para alguns “nichos” dentro das instituições e seu enclausuramento nas “concepções de mundo”, preservadas como idéias não materializadas, conceptualizadas e institucionalizadas. (FREITAG, 1993, p. 29-30).

Essa colonização do mundo da vida por meio dos sistemas reduz a convivência doméstica em uma mera perspectiva de economia doméstica, calcada na noção de subsistema econômico e de esfera pública e conectada em redes de comunicação, em um simples subsistema estatal. O perigo dessa colonização é a perda da unidade intersubjetiva do mundo da vida, pois causa problemas de perda de legitimidade dessa seara, que se transforma em uma simples luta pelo poder. Além disso, são percebidas dificuldades na formação de uma opinião pública espontânea e desconexão entre as decisões políticas e a realidade do mundo da vida burocratizado, o que gera uma coisificação induzida pelo sistema, um empobrecimento cultural e uma conseqüente anemia do mundo da vida.

A medida que el trabajador asalariado comienza a depender en toda su existencia del mercado, los procesos anónimos de realización del capital penetran en su mundo de la vida y, al transformar las relaciones sociales en puramente instrumentales, destruyen la eticidad de una intersubjetividad establecida comunicativamente. Los productores, dice, «sólo existen los unos para los otros objetivamente; y ello no hace sino desarrollarse aún más en la relación monetaria en que su ser común les aparece como una cosa externa y, por lo mismo, contingente. Que el plexo social que surge por el choque de individuos independientes aparezca frente a éstos como una necesidad objetiva y simultáneamente como una ligadura externa, es justo lo que constituye la independencia de los individuos, para la cual la existencia social es ciertamente necesidad pero sólo como medio, presentándose, por tanto, a los propios individuos como algo externo y en el dinero incluso como una cosa palpable (HABERMAS, 1981, p. 456).

Depois da explicação do modelo dual de sociedade habermasiano com base no mundo da vida e dos sistemas, torna-se possível realizar uma discussão mais profunda sobre a teoria da ação comunicativa. Em direção a essa perspectiva de trabalho, o autor alemão opta pela filosofia de linguagem em detrimento da filosofia de consciência, sendo que a última caracteriza seu trabalho até então.

Nesse contexto teórico, a esfera pública aparece em regime de contigüidade à esfera privada, ambas pertencentes ao mundo da vida, e definidas como formas que os âmbitos de ação socialmente integrados adquirem frente aos âmbitos de ação integrados sistemicamente. Em outras palavras, esfera pública e esfera privada são, respectivamente, em termos de uma teoria de sistemas, os entornos dos subsistemas Estado e Economia. (SIGNATES, 2009, p. 170).

A noção de esfera pública adquire substância sociológica dentro da ação comunicativa, diferente do referencial normativo que caracterizava o conceito na *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Nesse sentido, a mídia deixa de ter o referencial adorniano, da obra de Habermas, e adquire uma conotação de formas generalizadas de comunicação. Os meios de comunicação de massa passam a reforçar tecnicamente a comunicação linguística.

Pero, por otra parte, no tiene, como veremos, una idea clara del carácter radicalmente ambivalente del control social ejercido a través de los medios de comunicación de masas. Un análisis, como es el suyo, que parte de la forma mercancía de los medios culturales, asimila los nuevos medios de comunicación de masas al medio valor de cambio, aun cuando las semejanzas estructurales no lleguen demasiado lejos. Pues mientras que el medio dinero sustituye al entendimiento lingüístico como mecanismo de coordinación de la acción, los medios de comunicación de masas siguen dependiendo del entendimiento lingüístico. Estos constituyen reforzadores técnicos de la comunicación lingüística, que salvan distancias en el tiempo y en el espacio y multiplican las posibilidades de comunicación; que adensan la red de acción comunicativa, pero sin desenganchar las orientaciones de acción de los plexos del mundo de la vida. (HABERMAS, 1981, p. 456).

A partir do momento em que Habermas identifica no Estado sua característica sistêmica e sua ação no mundo da vida, percebe que algumas esferas públicas políticas se distanciam do sistema político. Essa despolitização da esfera pública, com a sobreposição robusta de característica sistêmica sobre o mundo da vida – fenômeno,

como já dito, chamado de colonização –, tem reflexos também nos meios de comunicação de massa.

No contexto das revoluções burguesas, a imprensa serve à classe que almeja o poder como um potencializador de seus debates. Ou seja, a mídia pode ser considerada uma extensão da esfera pública e do debate argumentativo entre os burgueses. Além disso, os meios de comunicação de massa são uma possibilidade real de unificação das esferas públicas plurais e autônomas. A esfera pública torna-se, por conseguinte, em um fenômeno social posicionado entre a relação sistema e o mundo da vida, sem característica institucional, organizacional ou sistêmica, pois, além de manter as possibilidades abertas, permeabiliza as novas interações. Com a sobreposição sistêmica, essa característica se perde, pois o subsistema do dinheiro se impõe nos meios de comunicação de massa, despolitizando-os e transformando-os em reprodutores do senso comum, e não mais em uma extensão do debate de classe.

Uma esfera pública, portanto, é uma rede de comunicação, formada por construção de conteúdos, tomadas de posição e opiniões, onde os fluxos comunicacionais são filtrados, sintetizados e condensados em forma de opinião pública sobre temas específicos. Uma esfera pública é, enfim, uma estrutura comunicacional que se manifesta como espaço social formado no âmbito da ação comunicativa. (SIGNATES, 2009, p. 183).

Assim, o que ganha importância dentro de uma esfera pública é o conjunto de regras da prática comunicacional diante da própria circulação de mensagens. Por conseguinte, os critérios formais que determinam o surgimento de uma opinião pública qualificada dentro de uma esfera pública são seus elementos centrais. É por essa razão que a esfera pública torna-se o palco perfeito para a tomada de posições e edificação de opiniões. Tomando como base as regras claras e sendo o argumento a única forma de convencimento, a opinião pública formada dentro da esfera pública pode ser considerada elemento central para a deliberação de fim público.

Habermas propõe reverter os processos do “desengate” e da “colonização” e fala em “reacoplar” o sistema ao mundo vivido, permitindo aos atores a visão de conjunto. Mas o reacoplamento não significa regressão a formas de indiferenciação anteriores, não significa a extinção dos limites estabelecidos e das autonomias adquiridas. A diferenciação e a autonomia representariam em ambos os lados, sistema e mundo vivido, um ganho na medida em que o aumento de complexidade pudesse vir acompanhado de uma maior

transparência, flexibilidade e dirigibilidade das formações societárias.

O “reacoplamento” se impõe para manter a integridade e complexidade do todo a ser controlado e corrigido por todos os “envolvidos” (Betroffene). A “descolonização” se impõe para permitir a livre atuação da razão comunicativa em todas as esferas e instituições do mundo vivido e na busca de “últimos fins” do sistema. As regras do jogo para a sociedade como um todo precisam ser buscadas em processos argumentativos, dos quais todos participem, definindo os espaços de atuação e a fixação de objetivos do sistema. Em outras palavras, a razão comunicativa elabora coletivamente os espaços de atuação da razão instrumental. (FREITAG, 1993, p. 30).

Uma nova esfera pública contemporânea se constitui na forma de uma rede de alto grau de complexidade, em que diversas searas interagem entre si, se sobrepondo e se autoinfluenciando, em diferentes níveis, mais ou menos especializadas, mais ou menos acessíveis, mais ou menos de abordagem densa. Habermas identifica três tipos de esfera pública: episódica (os indivíduos se reúnem de forma fortuita, como em bares, ônibus ou encontros aleatórios na rua); presença organizada (as pessoas já têm uma noção mais clara do que e quem vão encontrar, como em *shows* de *rock*, estádios de futebol e encontros de cunho religioso); e abstrata (a mídia é o melhor exemplo dessa forma de esfera pública).

Tendo sido esmiuçada a teoria habermasiana, chega-se ao ponto alto de seu pensamento para este trabalho, que é discutir a comunicação pública e suas especificidades na construção da cidadania, ou seja, a possibilidade emancipatória da ação comunicativa. A perspectiva cidadã dentro da teoria da ação comunicativa ganha robustez devido à ação orientada ao entendimento.

Um ambiente efetivamente comunicativo – onde os meios de controle sistêmico como o dinheiro e o poder do Estado, por exemplo, têm importância minimizada – amplia a capacidade emancipatória do indivíduo. As formas generalizadas de comunicação não procuram reduzir a complexidade da linguagem, nivelando por baixo o discurso reproduzido, pois não têm as formas de controle sistêmicas como principal entrave (SIGNATES, 2009).

Para Habermas, a autoridade do público cresce em virtude da controvérsia gerada dentro da esfera pública por meio do debate de cunho cidadão, que se generaliza na sociedade pela mídia, levando a um maior número de pessoas uma complexidade de sentidos e significados. E dentro dessa possibilidade aventada pelo autor, vincula-se a

teoria habermasiana ao debate sobre comunicação pública. Se dois pontos centrais da comunicação pública estão localizados justamente na questão do financiamento (dinheiro) e do controle social (disputa argumentativa e plural) – discussão esta que será aprofundada adiante –, é nítida a conexão entre os modelos de subsistemas que impedem e limitam uma ação comunicativa de caráter emancipatório na esfera pública e diminuidora do mundo da vida. A prática cotidiana diferenciada pode ser desenvolvida por uma emissora pública de comunicação, tornando-se, por conseguinte, um importante diferencial dentro do contexto das emissoras de fim comercial.

Se a questão do debate e do financiamento não for bem definida em uma emissora pública de comunicação, os subsistemas do poder e do dinheiro podem limitar a capacidade emancipatória da esfera pública que, nesse caso específico, é o próprio veículo de comunicação que se almeja público.

A crítica que cabe ao pensamento habermasiano é sua abordagem limitada às formas de comunicação generalizadas, embora se tenha consciência de que essa não é sua maior preocupação teórica. Esquivando-se desse debate, ele ignora a importância da mídia na sociedade contemporânea e deixa uma teoria incompleta sobre direito e democracia como elementos centrais na sociedade.

Enfim, tendo sido expostas as teorias de Habermas e Arendt, tratar-se-á da teoria da comunicação pública, principalmente no que se refere aos contornos da esfera pública habermasiana pós-teoria da ação comunicativa, e da vida ativa arendtiana.

### **1.3. A comunicação pública**

Para discutir a comunicação pública e sua perspectiva cidadã aplicada ao estudo de caso específico da Rádio Universitária da Universidade Federal de Goiás, é preciso entender o que é a comunicação pública (CP), conceito este que se torna um dos maiores desafios até o momento.

Há uma certa tautologia na expressão comunicação pública, pois todo processo de comunicação de massa é, por natureza, público. Tem-se reservado, no entanto, essa designação para as atividades de mediatização de conteúdos originários do Poder Público, muito embora essa compreensão seja restritiva, como tentaremos demonstrar, pois espaço público e esfera pública são conceitos mais amplos e tradicionalmente associados muito mais à sociedade civil do que propriamente ao Estado, ou ao Governo, afinal, dois conceitos bem distintos na ciência política, por exemplo, no que se refere às obras de Norberto Bobbio. (MARTINS, 2003, p. 33).



Os conceitos de CP variam conforme os paradigmas adotados pelos seus diferentes estudiosos, tendo em vista seus países de origem, entre outros fatores (BRANDÃO in DUARTE, 2007). Apesar dos múltiplos conceitos investigados, todos estão de acordo com a noção habermasiana de mundo da vida, pois que, por si só, essa abordagem proporciona diferentes possibilidades de entendimento (HABERMAS, 1981).

No que se refere às origens do conceito, os países da América Central e os EUA entendem CP como uma estratégia de comunicação organizacional entre as instituições e seu público – sejam as instituições públicas ou privadas (BRANDÃO in DUARTE, 2007). O interesse maior da CP nesse contexto é a consolidação de uma imagem da organização junto à sociedade ou ao nicho com que ela pretende se comunicar. Esse pensamento é mais forte nos países de língua espanhola das Américas, nos EUA e na Austrália.

Com esta acepção, a comunicação pública tem como objetivo primeiro o mercado, visando atingir os diversos públicos das corporações com o intuito de vender – seja uma imagem, seja um produto, seja uma idéia, seja uma fé – e obter lucro financeiro, pessoal, em status ou poder. (BRANDÃO in DUARTE, 2007, p. 3).

Há também a CP tida como a informação repassada ao cidadão sobre questões que envolvam a pesquisa científica, desde que ela própria estimule decisões de ordem política sobre os assuntos que envolvam a ciência.

Também existe uma corrente que vê essa comunicação como aquela efetuada entre o Estado e seus cidadãos em suas mais diversas esferas, sejam elas do executivo, legislativo, judiciário ou ainda do terceiro setor (BRANDÃO in DUARTE, 2007). E isso porque essa comunicação se propõe a ser uma espécie de prestação de contas cidadã, em que o governo mostra à sociedade o que vem executando e de que forma pretende contemplar sua plataforma estratégica de gestão da máquina estatal. Desse modo, o governo pode instigar o debate público acerca de seu próprio trabalho. Assim, o conceito de CP é usado no diálogo com o terceiro setor, o que, em tese, levantaria temas de interesse público. E já que essa perspectiva é privada de lucro, entidades sem fins lucrativos poderiam encaixar seu plano de comunicação dentro dessa noção de CP.

[..] a comunicação pública pode ser constituída por processos comunicacionais originários tanto do Estado, quanto do Governo e

da Sociedade (incluindo a categoria de Cultura). (MARTINS, 2003, p. 35).

Por fim, tem-se o conceito de CP como um ambiente político por natureza. A CP teria como objetivo promover o debate do que é de interesse público dentro da esfera pública, como um referencial qualitativo diante da lógica do quantitativo. Vale ressaltar, essa é a forma tradicional normalmente veiculada nos meios de comunicação de massa (BRANDÃO in DUARTE, 2007). Trata-se da noção (de CP) que se encontra inteiramente sustentada no debate teórico promovido anteriormente entre Arendt e Habermas. Arendt diz que a esfera pública se atenta ao relevante e, conseqüentemente, a futilidade fica ao relento, fora de sua preocupação. Assim, a esfera pública é o espaço onde o homem ou as suas ideias ganham dimensão histórica e seu legado se direciona à posteridade, extrapolando a vida terrena do labor e a vida útil do *faber*. Essa ideia condiz com o conceito de CP como o ambiente político por natureza. A CP encontra, assim, suporte na possibilidade emancipatória, como referido por Habermas, no agir comunicativo.

Assinale-se que este trabalho utiliza o conceito de CP elaborado por Elizabeth Pazito Brandão, em *Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público*, por ser o mais apropriado a uma discussão sobre a Rádio Universitária.

O panorama traçado até aqui demonstra que, dentre os múltiplos significados da expressão comunicação pública, é possível encontrar um ponto comum de entendimento que é aquele que diz respeito a um processo comunicativo que se instaura entre o Estado, o governo e a sociedade com o objetivo de informar para a construção da cidadania. É com este significado que no Brasil o conceito vem sendo construído, sobretudo por força da área acadêmica que tem direcionado seu pensamento para esta acepção. (BRANDÃO in DUARTE, 2007, p. 9).

Está claro que CP difere de comunicação governamental, embora o governo seja parte fundamental da primeira, pois enquanto a comunicação governamental é entendida como instrumento publicitário de ações do governo ou de conscientização sobre temas específicos – tais como o combate ao vírus da dengue, o voto consciente ou a coleta de lixo das ruas –, a CP tem como fim a informação para a cidadania (BRANDÃO in DUARTE, 2007). O governo é apenas um dos participantes desse debate na esfera pública e não o centro emissor das informações com a sociedade, como se esta se portasse como mera receptora. Aí está o ponto nevrálgico de diferenciação

entre CP e comunicação governamental. A CP, seguindo a noção desenvolvida por Brandão, tem a possibilidade de ser o instrumento que o cidadão usa como forma de pressionar as mais diversas instituições a se movimentar em prol de uma sociedade, tendo como base uma perspectiva cidadã. O trabalho da CP pode instigar o debate plural, concentrar e veicular as demandas da sociedade e agir como vetor fundamental da construção da cidadania (MONTEIRO in DUARTE, 2007).

Em uma emissora pública, a instauração da polêmica é fundamental para a constituição da programação. O fato de os mais diversos tipos de atores sociais exporem seus pontos de vista sobre os conflitos existentes na sociedade, bem como apresentar suas variadas metodologias de argumentação, são peças-chaves para que as transformações sociais de fato aconteçam. O debate que visa a pluralidade tem melhores condições de desenvolvimento em uma emissora de caráter público, em comparação com as emissoras convencionais que apresentam um perfil comercial (MONTEIRO in DUARTE, 2007).

Esse é outro momento em que a CP encontra um forte alicerce em Habermas (1961). Como mostrado anteriormente, a esfera pública burguesa se caracteriza pela esfera de pessoas privadas reunidas no público. Como todos ali presentes têm algum tipo de autoridade e debatem sem grau de hierarquia entre elas, a polêmica e a divergência de ideias são pontos comuns com a noção de CP deste estudo. Como a opinião pública serve de força diluidora do arbítrio monárquico no momento pré-revoluções burguesas, se investigado o contexto atual do debate sobre a CP, esta pode ser uma alternativa ao poder da lógica do lucro instituído pelas emissoras comerciais (DUARTE, 2007). Como a esfera pública possui sua força de legitimação do poder enraizada em um debate plural, a CP tem condições de adotar a polêmica plural como algo intrínseco à programação (MONTEIRO in DUARTE, 2007). Assim, como a esfera pública burguesa é o contraponto às decisões unilaterais por parte da coroa, a CP pode ser o contraponto da lógica do capital reinante na comunicação dos dias atuais. O subsistema do dinheiro é assim desidratado nessa dinâmica proposta de comunicação pública, porque a publicidade não é o motor principal de financiamento dessa emissora.

Se os recursos para manutenção e trabalho da emissora são garantidos de forma independente e transparente para a sociedade – sem qualquer tipo de vínculo com a fonte do que venha a ser transmitido pela emissora –, existe assim uma real possibilidade de se efetivar uma defesa contra a colonização por meio do subsistema econômico no veículo de comunicação de perfil público.

Contudo, ainda é necessário resolver a questão do subsistema poder em uma emissora de comunicação pública, para que a teoria habermasiana possa se realizar em plenitude. Uma alternativa para isso é a gestão compartilhada entre os diversos atores sociais que dão voz e expressão às mais variadas forças, para que uma esfera deliberativa seja efetivada. O argumento é o único recurso de convencimento disponível.

A possibilidade do agir comunicativo habermasiano dentro de uma emissora pública de comunicação, resguardada pela ação colonizadora dos subsistemas econômico e estatal, dá condições de debate e avança em uma proposta de modelo de comunicação pública.

Encontra-se no trabalho de Jorge Duarte a sustentação teórica para afirmar que o debate plural com referencial na esfera pública tem maiores condições de ser realizado em uma emissora pública de comunicação. Três pontos principais dão substrato a essa afirmação. O primeiro diz respeito ao próprio fim de cada tipo de emissora. Enquanto um veículo comercial tem como meta a obtenção de lucro, o órgão de imprensa público, em tese, se pauta pela construção da cidadania (BRANDÃO in DUARTE, 2007). Isso reflete no segundo ponto, que é o interesse público *versus* o interesse do público (DUARTE, 2007). Para conquistar uma audiência mais expressiva e, conseqüentemente, obter maior lucro, a emissora convencional opta de forma invariável por aquilo que é de interesse do público e não de interesse público. A lógica do quantitativo se sobrepõe à do qualitativo: a esfera privada do econômico ganha o espaço da esfera pública do político. Destaca-se ainda o terceiro ponto, que é o direcionamento ideológico dado pelas emissoras comerciais. Não que os veículos públicos, ao menos em sua concepção, não possuam esse direcionamento. A questão é que, para uma emissora trabalhar a CP de forma mais eficiente e evitar um problema de direcionamento ideológico, a sociedade, pelo menos em tese, deve controlar as emissoras e, por meio disso, defender a pluralidade com maior veemência do que em uma emissora comercial. Isso porque, via de regra, o que coordena a pauta das emissoras comerciais é a vontade de um único dono ou de um único grupo.

Vinculando esse diferencial da CP à obra de Habermas, a noção de emancipação é o ponto elementar. A autoridade do público cresce com a controvérsia gerada dentro da esfera pública por meio do debate generalizado na sociedade pela mídia, levando a um maior número de pessoas uma complexidade de sentidos e significados (SIGNATES, 2009).

Quando a CP consegue efetivar a troca de informações entre os mais diversos atores sociais, a esfera pública de caráter emancipatório, de acordo com a noção habermasiana, encontra terreno fértil para se solidificar perante a sociedade. Como já dito anteriormente, é nessa perspectiva habermasiana que se reconhece o vínculo do agir comunicativo com o debate que envolve a CP. A possibilidade emancipatória da ação comunicativa é baseada na perspectiva cidadã dentro da teoria da ação comunicativa, isso graças à ação orientada ao entendimento (SIGNATES, 2009). A CP, por conseguinte, tem como intuito maior entender a informação como chave para a construção da cidadania (BRANDÃO in DUARTE, 2007).

Diferentemente dos tradicionais meios de comunicação, em que o entretenimento visa o quantitativo sob influência do subsistema econômico, a CP tem a possibilidade de montar sua programação em prol da cidadania. E, se a diferença primordial entre um perfil de comunicação pública e um perfil comercial é o fim daquilo que é veiculado – entretenimento que visa o lucro (subsistema econômico) ou a manutenção do *status quo* (subsistema poder) –, observa-se, então, a colonização do mundo da vida na comunicação pública, segundo a perspectiva de Habermas. E, em contrapartida, se o objetivo é a informação de caráter cidadã, que dá voz e expressão aos mais diversos atores sociais em igualdade, e que prima pela pluralidade do conteúdo veiculado, existe uma relação igualitária entre mundo da vida e do sistema. Isso se caracteriza como um agir comunicativo pleno e como uma comunicação pública eficaz.

Uma emissora que se diz pública prioriza o interesse público ao preparar uma grade de programação (DUARTE, 2007). A pauta de debates é pensada a fim de que os critérios de montagem da programação e veiculação de conteúdo estejam intimamente ligados à construção da cidadania. A escolha dos temas, bem como a condução do diálogo e a seleção dos participantes, é norteada pela noção de pluralidade e de utilidade pública.

A comunicação pública é (e o capital social também é) uma ação coletiva sobre questões de interesse público, cujo objetivo é a tomada de decisões consensuais para benefício mútuo. No momento que estipula procedimentos claros para esta atuação social, que tenham origem em valores socialmente compartilhados, a comunicação pública tende a promover um ambiente de confiança e cooperação entre os agentes. (MATOS in DUARTE, 2007, p. 57).

A CP é, antes de tudo, uma forma de agir cuja fonte inspiradora é um senso de responsabilidade cidadã, que prima pelo bem coletivo em detrimento dos interesses particulares (DUARTE, 2007). Essa definição encontra respaldo teórico na separação primordial entre público e privado da teoria de Arendt (2007). A sobreposição do privado sobre o público, também teorizado pela autora alemã – em que o indivíduo perde a própria condição humana quando o ambiente político é asfixiado pela dimensão econômica – traça um paralelo com a comunicação que estabelece prioridade do fim privado sob o fim público.

As empresas privadas de comunicação também têm uma função social. Ainda que, ao contrário das emissoras públicas, as emissoras privadas não tenham objetivos e metas específicos, elas, de certa forma, assumem um compromisso com a sociedade e, sua função social, pelo menos em tese, não deveria se ater a interesses econômicos. Isso porque também possuem concessões públicas, ou seja, as emissoras privadas têm responsabilidades de caráter educativo e cultural. A legislação que regula suas ações também determina seus deveres. Por exemplo, uma emissora privada deve ter no mínimo cinco horas semanais destinadas à programas de perfil educativo e pelo menos 5% da programação tem de estar voltada à veiculação de notícias.

#### **1.4 Comunicação pública em outros países**

É interessante notar que vários países que usam a lógica da CP têm perspectivas que podem ser comparadas às da realidade brasileira. Nos EUA, por exemplo, o sistema de TV pública funciona com a transmissão de perfil aberto, como qualquer emissora VHF do Brasil, onde existem organizações nacionais e emissoras de alcance local (MYATT in CARMONA, 2003). São 350 emissoras e canais presentes em todos os estados do país, todos eles com total autonomia entre si. A *Public Broadcasting System* (PBS), por exemplo, propõe uma programação diferenciada e de perfil educativo à TV norte-americana. As emissoras que participam desse grupo mantêm um canal de programas não comerciais que custeiam seu acesso e sua possibilidade de retransmissão.

A fonte de recursos para a manutenção da rede pública de TV dos EUA não é única (MYATT in CARMONA, 2003). Até existe um crédito orçamentário que vem do governo, mas a maior fatia da receita total das emissoras se concentra nas doações dos próprios telespectadores. Algumas vezes por ano os canais públicos realizam campanhas para arrecadar fundos para seu custeio. Outra renda que abastece a TV

pública norte-americana é o chamado apoio cultural, em que empresas pagam para colocar sua marca na abertura e encerramento das atrações.

A grande maioria das emissoras públicas dos EUA não funciona como produtoras de conteúdo. Os programas são oferecidos por produtoras independentes e a emissora aceita ou não a atração (MYATT in CARMONA, 2003, p, 21). Associado a isso, não bastasse a audiência das emissoras públicas norte-americanas ser baixa, abrangendo apenas uma pequena parcela do mercado, elas sofrem uma crise de identidade, já que uma fatia da audiência confunde os programas da PBS com o de outros veículos de perfil também educativo, mas com fim comercial (MYATT in CARMONA, 2003). Por exemplo, é difícil para um estadunidense comum distinguir se determinada atração é transmitida pela *Discovery*, pela *National Geographic* ou pela própria PBS. E esse é exatamente o maior desafio da TV pública dos EUA: se firmar como um veículo de identidade própria em que as pessoas reconheçam seus diferentes princípios norteadores.

De fato, o modelo de comunicação pública norte-americano apresenta pontos positivos, mas eles são insuficientes para abarcar a realidade brasileira. O modelo a ser desenvolvido no Brasil precisa se aproximar da realidade. É incompleto, por exemplo, o modelo de financiamento centralizado nas doações espontâneas e de apoio cultural para o Brasil, pois a discussão em torno desses dois eixos de sustentabilidade financeira, que são as pernas mantedoras da TV pública norte-americana, já se mostrou infrutífera no caso específico da TV Cultura (LIMA in CARMONA, 2003).

A rede pública de comunicação no Reino Unido, por outro lado, funciona sob outro viés. Enquanto as emissoras dos EUA lutam por reconhecimento (MYATT in CARMONA, 2003), a BBC tem uma perspectiva ambiciosa: ser a organização mais criativa do mundo (MESQUITA in CARMONA, 2003). A rede possui números significativos, pois 90% dos britânicos utilizam algum produto da BBC uma vez por semana. Isso se deve à abrangência do serviço prestado, seja via rádio, TV ou internet, além da variedade de perfis dos conteúdos veiculados. O objetivo principal da BBC é enriquecer a vida dos indivíduos com programas e serviços que, além de entreter, possam educar e informar.

A estrutura da BBC é imponente. Em 81 anos de história, a emissora conta com oito canais de abrangência nacional de TV aberta, divididos por segmentação de programação. São canais de perfil infantil, jovem, cultural, notícias, atividades parlamentares e política, entretenimento e variedades. Na parte de rádio, são dez

emissoras de abrangência nacional, que também trabalham segmentadas: programação infantil, jovem, adulta, música clássica, contemporânea, *jazz*, notícias, documentários, radioteatro, esportes, de cultura urbana, asiática, estilo humorístico, dramático, entre outros. Além disso, a BBC tem cerca de 50 emissoras de rádio e TV de alcance local ou regional distribuídas pela Inglaterra. Por fim, a emissora tem seu portal *online*, um *site* de notícias, uma rede de correspondentes internacionais de 250 jornalistas em todo mundo, uma orquestra sinfônica, um teletexto, publicações das mais variadas e serviços prestados em 43 idiomas distintos (MESQUITA in CARMONA, 2003).

Para financiar uma estrutura de tal porte, a BBC cobra uma taxa a toda residência britânica que possua um aparelho de TV. O valor cobrado é de 116 libras por ano, e idosos, cegos e quem possui uma televisão em preto e branco possuem desconto. Em média, essa cobrança gera 2,5 bilhões de libras anuais para a BBC. Outra fonte de renda é a venda de licenças de programas para outras emissoras do mundo e a comercialização de DVDs. O quadro funcional da BBC é de mais de 20 mil empregados (MESQUITA in CARMONA, 2003).

A estrutura administrativa da BBC está diretamente ligada a um Conselho Curador, formado por doze pessoas que representam a sociedade. O diretor-geral da emissora, que responde por esse grupo, possui a responsabilidade de fazer o controle dos padrões e operações da BBC. O manual de produção da rede determina as seguintes linhas de conduta:

1. A necessidade de ser imparcial, preciso e justo.
2. Dar uma visão completa e justa das pessoas e das culturas dessas pessoas.
3. A manutenção da integridade editorial e da independência.
4. Respeito à privacidade e aos padrões de gosto e decência.  
(MESQUITA in CARMONA, 2003, p. 35).

O modelo britânico de comunicação pública introduz perspectivas que podem ser mais bem aproveitadas em um suposto modelo brasileiro de CP (LIMA in CARMONA, 2003). A ideia de um conselho gestor e de uma curadoria para a montagem da programação é interessante em um país de perspectivas plurais e continentais como o Brasil. Um conselho gestor atuando na preservação da pluralidade resgata a noção de ação arendtiana. Esta tem como base fundamental a pluralidade, visto que todos são iguais, por não existir a hierarquia típica da esfera privada, todos os participantes compartilham dos mesmos códigos de comunicação e das mesmas referências de passado e futuro que direcionam o grupo. E mesmo sendo diferentes,



cada indivíduo tem uma visão intrínseca do mundo que o cerca (ARENDR, 2007). Esse conselho poderia garantir voz e expressão aos diversos atores sociais.

Ainda sobre o modelo britânico, a questão do financiamento ainda se mostra um fator que pode gerar tensões e questionamentos caso seja espelhado na realidade brasileira. Existe um claro movimento social no Brasil de intolerância ao alargamento da tributação no País. A sociedade arcaria com mais um tributo para financiar a CP brasileira? A Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF)<sup>5</sup> que, em tese, destina recursos de forma única e exclusiva para a saúde, por exemplo, teve seu fim apoiado pela população e sua tentativa de retorno não foi bem-aceita. Logo, levantar um debate sobre a criação de uma nova contribuição compulsória é uma alternativa arriscada. O trabalho desenvolvido no Reino Unido é um exemplo mais que satisfatório da qualidade que atinge uma rede de CP (MESQUITA in CARMONA, 2003).

Um exemplo interessante de CP na América Latina é o do Chile. A televisão chilena nasce sob a resistência dos grupos dominantes do período, pois estes acreditavam que a sua criação iria distorcer valores culturais genuinamente chilenos, além de ser considerado um gasto desnecessário ao país (ARAOS; CASTELLÓN; ZOLEZZI in REIMÃO, 2000). Por conta dessa oposição, formula-se um sistema televisivo de experimentação técnica nas universidades do país. Assim, emerge no Chile uma TV com fins educativos e de serviços públicos.

Em 1958, na última semana de seu mandato, Carlos Ibañez Del Campo assinou um decreto autorizando o funcionamento de 78 canais de TV no território chileno. Destes, dezesseis são destinados às universidades. Contudo, o capital privado tem dificuldades de adentrar o mercado, pois não se concede nenhum tipo de incentivo à abertura desse novo segmento empresarial. Logo, a importação de todo maquinário indispensável à produção televisiva é inviável do ponto de vista financeiro (ARAOS; CASTELLÓN; ZOLEZZI in REIMÃO, 2000).

Na gestão que se seguiu, de Jorge Alessandri, foi promulgado um decreto que deixa claro o que vinha acontecendo na prática: somente universidades têm o direito de operar o sistema televisivo no Chile. Além disso, é proibido todo tipo de veiculação publicitária e se determinou que os fins da TV sejam estritamente educativos. Todos esses fatores deixam o caminho livre para o desenvolvimento da rede televisiva por

---

<sup>5</sup> A CPMF substituiu o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF). A CPMF começou a vigorar em 23 de janeiro de 1997 e teve sua vigência encerrada no dia 31 de dezembro de 2007.

meio das universidades chilenas: as instituições de ensino contam com a simpatia do governo, por conta do compromisso educacional. Elas têm capacidade de investimento, possibilidade de experimentação tecnológica e isenção tributária para importação dos equipamentos (ARAOS; CASTELLÓN; ZOLEZZI in REIMÃO, 2000). Em 1959, a Universidade do Chile (UCH), a Universidade Católica de Valparaíso (UCV) e a Pontificia Universidade Católica do Chile iniciam suas transmissões.

De início, tudo é feito de forma experimental. O conteúdo veiculado é gratuito e quem se apresenta trabalha de graça. O material nacional é basicamente feito de comentários com uma única câmera e a programação é oriunda de outros países, conseguida por meio das embaixadas e consulados. E tudo isso sob perspectiva pedagógica e cultural (ARAOS; CASTELLÓN; ZOLEZZI in REIMÃO, 2000). Após o ano de 1962, quando o Chile sedia a Copa do Mundo de Futebol, é introduzida a publicidade televisiva como forma de financiar o veículo.

Em 1964, durante o governo de Eduardo Frei Montalva, é definida uma política de comunicação para a televisão chilena. Cria-se, então, a Televisão Nacional do Chile. De caráter estatal, ela tem a permissão exclusiva de retransmitir conteúdo para todo o território nacional. As universitárias só têm autorização para emitir sinal às suas regiões de origem. A regulamentação da televisão também determinou o perfil do veículo no país.

Fica estipulado que as funções da televisão são:

- comunicar e integrar o país;
- difundir o conhecimento dos problemas nacionais básicos e procurar a participação de todos os chilenos nas grandes iniciativas e nos encaminhamentos para resolvê-los;
- afirmar os valores nacionais, os valores culturais e morais, a dignidade e o respeito aos direitos da pessoa e da família;
- informar objetivamente sobre os acontecimentos nacionais;
- à televisão universitária cabe a livre expressão pluralista da consciência crítica e do pensamento criador. (ARAOS; CASTELLÓN; ZOLEZZI in REIMÃO, 2000, p. 128).

Em 1973, com a implantação do regime militar, a lei que regulamenta a TV no Chile é alterada, proibindo temas classificados como “constrangedores”. Na prática, isso representa o fim da autonomia da Televisão Nacional e das emissoras universitárias. Os reitores eleitos são depostos e tanto seus substitutos quanto os que ocupam outros cargos na diretoria da TV estatal são indicados pela ditadura de Augusto Pinochet. Assim, o conteúdo veiculado perde sua isenção e passa a servir aos interesses do novo

regime. O Conselho Nacional de Televisão, um fórum de diálogo entre a sociedade e a direção das TVs, também é extinto por ordem ditatorial. E no início da década de 1990, com a queda de Pinochet, permite-se a entrada de canais privados, o que encerra a exclusividade estatal/universitária. Além disso, é autorizada a entrada de investidores estrangeiros nas TVs chilenas (ARAOS; CASTELLÓN; ZOLEZZI in REIMÃO, 2000).

A experiência chilena em CP é particular, já que por décadas ela esteve sob a responsabilidade estrita do poder público. A questão da autonomia financeira é resolvida de duas formas: crédito orçamentário específico (no caso da Televisão Nacional), como acontece com outras estatais, e uso da independência financeira das universidades, sendo que em ambas se usa o recurso da publicidade limitada a seis minutos por hora. Com o golpe ditatorial de Pinochet há uma interrupção no diálogo plural, que aborta o processo de controle social, algo indispensável para uma emissora pública. No quesito qualidade da programação, a TV chilena é diferenciada por conta de sua raiz pública, em que os debates de cunho político estão na grade regular das TVs universitárias e da Televisão Nacional, pois que esse tipo de pauta está na emissora desde sua fundação. De fato, a experiência do Chile em CP contribui ainda mais para a discussão proposta neste trabalho, principalmente no que diz respeito à possibilidade de empreendimento de uma emissora pública de comunicação que reverbere em um país latino-americano, em detrimento da realidade norte-americana ou britânica. Junte a isso o advento que interrompe o processo democrático, consequência de um golpe militar, que ocorre tanto no Chile quanto no Brasil.

### **1.5 A comunicação pública no Brasil**

A comunicação pública no Brasil tem início com a rádio trazida por Roquete Pinto. Em 1923, o pioneiro objetiva criar um clube de ouvintes para manter e administrar a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, por meio de contribuições voluntárias (LEAL FILHO in CARMONA, 2003). Esse mesmo grupo tem o controle do conteúdo veiculado, que, a princípio, é de finalidade informativa, cultural e educativa. Mas essa experiência é considerada elitista por grande parte do público e, ao se popularizar, o conteúdo visado de início sucumbe a outros interesses.

Outra tentativa de constituir uma emissora pública no Brasil se dá com a Rádio Nacional. Em 1936, a emissora se torna pioneira por sua transmissão cobrir todo o país. Isso proporciona sua liderança na corrida pela audiência e desperta o interesse de compra pelo então presidente Getúlio Vargas (LEAL FILHO in CARMONA, 2003).

Então, em 1940, por meio de um decreto, Vargas incorpora a Rádio Nacional ao patrimônio do país. Mas apesar de ser controlada pelo Estado, ela não se torna uma emissora efetivamente pública de comunicação se se adota a perspectiva de Elizabeth Brandão, que traz o conceito de CP utilizado neste trabalho. Isso porque a Rádio Nacional, apesar de ser uma emissora estatal, não é representante da comunicação pública, graças à lógica de sua própria programação, semelhante ao que outras emissoras comerciais levam ao ar. Os *shows* de cantores populares, as radionovelas e os programas de audição da Rádio Nacional têm como finalidade exclusiva a conquista da audiência e não a construção da cidadania. Vargas cede às pressões do capital privado, que tem fortes interesses na radiodifusão e deixa que a emissora seja comercialmente interessante, pois, dessa forma, ele tem o controle político e ideológico do maior veículo de comunicação do Brasil até a popularização da televisão, na década de 1960.

Depois disso, chega-se ao principal exemplo de experiência em comunicação pública no Brasil: a TV Cultura. Em 1968, surge a Fundação Padre Anchieta, mas a TV Cultura começa a funcionar efetivamente em 1969. Inspirada no modelo inglês da BBC, a emissora é administrada por um Conselho Curador formado por representantes da sociedade.

[...] é uma fundação de direito privado, criada pelo governo, que se obriga por lei a manter o custeio e a manutenção, mas que é dirigida por um Conselho representativo da sociedade, e não pelo estado que paga. (LIMA in CARMONA, 2003, p. 66).

O conteúdo da TV Cultura visa critérios qualitativos. A questão da segmentação é uma preocupação do conselho, pois se entende que cada faixa etária deve ser contemplada por diferentes tipos de programas que, além de entreter, tenham um cunho educativo, cultural e informativo. Educação, nesse caso, não é vista como aquela institucionalizada. A ideia é complementar o currículo das escolas, fornecendo suporte ao estudante, a fim de que ele compreenda melhor questões como a complexidade da estrutura social, bem como seus aspectos plurais, e até mesmo garantir que qualquer indivíduo possa ter uma visão abrangente de arte e política, temas estes que normalmente não fazem parte da grade curricular da escola convencional (LIMA in CARMONA, 2003). Os dilemas para a manutenção da TV Cultura se aproximam dos dilemas referentes a qualquer veículo público de comunicação.

Há três questões da TV pública, e são apenas três, permanentes desde sua fundação até hoje: a independência, o conteúdo e o

investimento ou sobrevivência. (LIMA in CARMONA, 2003, p. 65-66).

Sobre a questão da independência, o ponto central é a manutenção de uma estrutura jurídica e institucional que garanta os elementos necessários a essa autonomia. Não se pode permitir que as regras de mercado e as ingerências de um determinado governo interferiram na lógica de funcionamento da emissora. Para se precaver desses fatores, a TV Cultura tem a seguinte estrutura jurídica institucional: ela é uma fundação de direito privado criada pelo governo, que é obrigado por lei a manter o custeio e manutenção e dirigida por um conselho representativo da sociedade (LIMA in CARMONA, 2003). Em relação ao conteúdo, o objetivo da emissora pública é veicular materiais que atendam à necessidade de algo diferente do que usualmente é ofertado nas emissoras convencionais. Quando se trata do investimento, se forma o grande gargalo da TV Cultura, como explica Lima (in CARMONA, 2003, p. 69): “Vivemos uma crise permanente de investimentos e não há seriedade no tratamento dessa questão”.

A necessidade de se consolidar um modelo de repasse estável, que talvez mescle recursos de ordem federal, estadual e municipal, é latente para a efetivação da TV Cultura como maior veículo público de comunicação no Brasil. Alternativas como, por exemplo, uma parcela compulsória na tarifa de energia elétrica no Estado de São Paulo, é cogitada, mas ainda não se encontra a verdadeira solução para este impasse (LIMA in CARMONA, 2003).

### **1.6 Caracterizadores da comunicação pública**

Após ser traçado um breve panorama das experiências em comunicação pública no Brasil e em alguns lugares do mundo, é possível discutir os princípios que norteiam uma emissora pública de comunicação, pontos centrais deste trabalho, que são a autonomia de gestão, a qualidade do conteúdo veiculado e a independência financeira (CARMONA, 2003). Por meio do diálogo com toda sociedade organizada em movimentos sociais e representativos de classe, a emissora pode garantir a legitimidade para sua gestão junto à coletividade, entender melhor que tipo de conteúdo no aspecto qualitativo essas pessoas desejam e pode ainda ampliar as fontes de receita, pulverizando sua conta nos mais diversos segmentos sociais. Por fim, a emissora poderá avançar na conquista de seu objetivo maior: colaborar e ser instrumento ativo na construção da cidadania na sociedade em que está inserida.

Esses três pontos levantados (autonomia de gestão, qualidade da programação e independência financeira) se vinculam teoricamente à noção de esfera pública, que é paradigma fundamental deste trabalho. No que se refere à autonomia de gestão, encontra-se suporte na percepção de Habermas sobre a dependência do mundo da vida diante da ação sistêmica da economia e do Estado, que é denominado colonização (HABERMAS, 1981). Segundo o autor alemão, quando existem formas de controlar a comunicação, seja por meio do poderio econômico ou por interferência do poder estatal, a possibilidade emancipatória do agir comunicativo se esvai na colonização do mundo da vida.

A autonomia de gestão significa manter distância crítica de quem está no poder e esta é uma alternativa para que esse fim seja atendido (BRANDÃO in DUARTE, 2007). A credibilidade da emissora fica em xeque caso qualquer indício de adesismo por parte da emissora pública a um governante seja percebido. A credibilidade construída fica à mercê de especulações, o que não é positivo para a imagem pública da emissora. Zelar por esse distanciamento, preservando a autonomia na gestão, é um ponto crucial para a manutenção de uma CP pública de qualidade.

Não é esse tipo de visão republicana que normalmente se percebe nas emissoras públicas brasileiras. Ao efetuar a troca de partido no poder, muda também o direcionamento ideológico do veículo de comunicação que está subordinado àquele governante (BRANDÃO in DUARTE, 2007). Profissionais que não são da confiança de quem assume o cargo geralmente são retirados de posições importantes, sendo despedidos ou recolocados em funções de pouca visibilidade. Fontes consideradas incômodas para o partido para o Governo não são convidadas a dar entrevistas ou participar de debates. O caso paradigmático que exemplifica tal assertiva é o de João Pedro Stédile, que foi proibido de dar uma entrevista agendada pela TVE do Rio de Janeiro, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, no ano de 2000, por ser líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Há ainda aqueles programas que vão ao ar com o único intuito de enaltecer obras ou feitos de quem está no poder. A grade de programação é recheada de apadrinhados políticos (DUARTE, 2007). Se nas condições descritas acima o conselho curador existe, ele é mera figura ilustrativa e subserviente ao governante em exercício. Matérias especulativas com o único fim de provocar retaliações para os adversários políticos são produzidas. Enfim, as ingerências são muitas e colocam em xeque o conceito de CP praticado por aquele

veículo, retirando-o de sua missão primordial. Luiz Martins condena a prática do paternalismo e a considera comum no ambiente público brasileiro.

A coisa pública poderia muito bem ser gerida (e até mais eficazmente, em alguns casos) pela iniciativa privada, ao passo que nem sempre o melhor guardião da coisa pública é o Governo, haja vista (especialmente no caso brasileiro) o fenômeno do patrimonialismo, que consiste no uso para fins privados da máquina administrativa e dos bens públicos (MARTINS, 2003, p. 35).

Nesta análise de Luiz Martins, observa-se, mais uma vez, a hipertrofia do privado diante do público, teorizado por Arendt em *A condição humana*.

Nesse ponto é preciso abrir uma discussão acerca do regime jurídico das emissoras que se julgam públicas. Não é simplesmente porque um veículo é custeado pelo Estado e não depende de verbas da iniciativa privada para se manter que ele pode ser classificado de público, seguindo a acepção do termo que este trabalho propõe. Para ser público, o veículo de comunicação precisa cumprir de forma integral os três pilares elementares citados anteriormente. Caso a emissora seja custeada pelo dinheiro público, mas não desenvolva as práticas de CP, é preferível classificar o veículo como estatal ao invés de público. Essa diferenciação evita uma confusão conceitual que pode surgir por conta do regime jurídico da emissora.

O segundo quesito diz respeito à qualidade da programação levada ao ar (DUARTE, 2007). Aqui é possível encontrar subsídio teórico em Habermas, quando ele trata dos riscos ao mundo da vida, referindo-se ao a um empobrecimento cultural e a uma coisificação provocada pelo sistema (SIGNATES, 2009).

De ahí que la imagen del mundo constituida lingüísticamente pueda ser identificada hasta tal punto con el orden mismo del mundo que no pueda ser reconocida como tal en su calidad de interpretación del mundo, es decir, de una interpretación sujeta a errores y susceptible de crítica. En este aspecto la confusión de naturaleza y cultura cobra El significado de una reificación de la imagen del mundo. (HABERMAS, 1981, p. 79).

A disputa incessante por maiores índices de audiência leva a uma queda da qualidade dos conteúdos apresentados, o que Habermas (1981, p. 79) identifica como reificação do mundo da vida.

Arendt (2007) também promove um debate sobre qualidade de programação, quando afirma que, no que diz respeito à esfera pública, não há espaço para o fútil, visto que essa esfera preza pelo relevante e não pelo trivial, ansiando pelo legado e pela posteridade. Assim sendo, a vulgarização do sexo, a exposição da intimidade de celebridades e anônimos e a banalização da violência, tão comuns na programação das TVs comerciais brasileiras, não têm uma dimensão política. Em uma emissora pública, ao contrário, tais conteúdos têm menor possibilidade de vir ao ar por conta das condições objetivas de curadoria. E isso nada tem a ver com algum tipo de censura ou controle de programação, e sim com o propósito qualitativo desta.

E como se constitui de fato essa qualidade de programação? O paradigma que norteia a TV pública norte-americana entende este conceito, antes de tudo, como “a habilidade de oferecer informação e entretenimento livres de pressões governamentais ou corporativas; que ofereça à população programas com conteúdo, credibilidade e melhor qualidade” (MYATT in CARMONA, 2003, p, 26). A ideia de autonomia de gestão, ao menos para o modelo norte-americano de CP, tem ligação umbilical com a qualidade de programação.

A britânica BBC trabalha com outro viés de qualidade:

É preciso saber até onde ir com a TV espetáculo, que pode destruir pessoas em situações em que elas estão claramente vulneráveis frente às câmeras. Isso também se refere à necessidade de evitar o que a gente chama de imitação de comportamento anti-social e criminal. E também se refere à proteção do bem-estar da criança, um segmento extremamente importante para a BBC, que conta com normas bastante rígidas em relação ao público infantil. (MESQUITA in CARMONA, 2003, p. 35).

Na BBC, a questão da qualidade de programação diz respeito ao material veiculado e não efetivamente à autonomia de gestão. Isso porque o veículo em questão supera a preocupação com a autonomia, graças à própria história da emissora e à dimensão que ela atinge. Percebe-se, assim, que o conceito de qualidade de programação é pautado por perspectivas que tomam diferentes significados dependendo do lugar em que o conceito é aplicado.

Nelson Hoineff (in CARMONA, 2003) levanta outra perspectiva a respeito da CP:



[...] uma TV de qualidade não é, necessariamente, uma TV que coloca no ar uma bela sinfonia ou uma bela peça de teatro. Uma televisão de qualidade é aquela capaz de abrigar novas formas de experimentar linguagens e desenvolver os próprios modelos narrativos. (HOINEFF in CARMONA, 2003, p. 43).

Hoineff afirma que a inventividade e a quebra do paradigma convencional são significativas para que se tenha uma perspectiva mais profunda de qualidade de programação. Essa é uma noção importante, pois reproduzir o convencional é insuficiente para o papel da CP. Habermas confirma essa ideia que critica o empobrecimento cultural causado pela ação sistematicamente induzida. Quando a CP se torna vanguardista, ela contribui na ampliação de aspectos esteticamente referenciais de seu público.

Vistas várias noções de qualidade programação, a mais indicada para este trabalho é a de Jorge Duarte (2007), pois seu conceito provém de um debate plural entre diferentes nichos sociais. Questões como transparência na cobertura, participação ativa e responsável por parte do público e prioridade de interesses coletivos em detrimento de interesses pessoais e corporativos suportam a reflexão necessária ao desenvolvimento desta análise.

Segundo Duarte (2007, p. 60),

[t]ransparência diz respeito à atuação ética, responsável, límpida e acessível no trato das questões de interesse público. Exige a oferta de informações necessárias aos interessados, o estímulo ao acesso, facilitação da fiscalização sobre as práticas de quem detém o poder, adoção de mecanismos de cobrança de responsabilidade e sistemática prestação de contas.

Ou seja, uma comunicação pública que dá voz e espaço à pluralidade deve sempre primar pela transparência.

Já a participação ativa e responsável por parte do público é promovida pela criação de fóruns, de conselhos e até mesmo pela realização de consultas públicas que possam estimular a atuação popular no planejamento estratégico da emissora (DUARTE, 2007). A institucionalização desses instrumentos torna a sociedade uma corresponsável pelos conteúdos levados ao ar. Desse modo, a prioridade do interesse público em detrimento do particular volta à tona, o que é reflexo da distinção fundamental elaborada por Arendt (2007).

Cabe aqui também discutir um pouco mais sobre a independência financeira dos veículos de CP. A possibilidade de minimizar as ingerências por parte dos governantes na linha editorial, adotada pelo órgão de imprensa que pratica a CP, é ponto central para que se garanta seu sustento, independente de quem é o chefe do Executivo. Esse fato se interliga à noção de autonomia de gestão, anteriormente explicitado.

[...] o ideal, ainda do ponto de vista do financiamento, é que, neste momento, as emissoras não-comerciais sejam mantidas com recursos de diversas fontes, simultaneamente. Tal procedimento serviria como uma defesa em relação a problemas que podem advir quando se tem apenas um financiador. Em determinados momentos, ele pode se valer da situação para impor os seus interesses. (LEAL FILHO in CARMONA, 2003, p. 84).

A independência financeira é necessária para que uma comunicação pública realmente não dependa ingerência do Estado. Habermas (1961) descreve que, nos anos 1930 do século XIX, ocorreu uma massificação dos jornais, em virtude da venda de anúncios publicitários nas páginas das publicações, barateando, assim, o preço de cada unidade, de modo que as tiragens naturalmente fossem ampliadas. Mas na visão habermasiana, isso não é positivo, pois a discussão política deixa de ser finalidade e se transforma em meio. Novamente a apropriação do privado sobre o público subverte a lógica do debate da esfera pública e o transforma em meio do qual os anúncios publicitários tiram audiência. Dessa maneira, intui-se que a CP não se realiza à mercê da lógica de mercado e menos ainda pela interferência governamental na distribuição de recursos.

### **1.7 Comunicação pública e esfera pública**

Vistas as teorias de Arendt e Habermas e feito um debate aprofundado acerca da comunicação pública, parte-se para uma discussão sobre os marcos legais e a cidadania, com a identificação dos modelos públicos de comunicação, bem como de suas limitações, de suas potencialidades e de sua operacionalidade.

Como elemento de diferenciação do processo comunicacional contemporâneo e como um agente que contrabalança a robustez do privado com o público, segundo a teoria de Arendt (2007), a CP também pode ser entendida como um espaço público potencial. De acordo com a visão de Habermas (2003), isso envolve as formas generalizadas de comunicação e respeita a dicotomia central entre sistema e o mundo da

vida (a CP pode pleitear esse posto caso dê conta das três premissas e pontos nevrálgicos: autonomia de gestão, qualidade do conteúdo veiculado e independência financeira). A perspectiva habermasiana também considera a CP um agente emulador da esfera pública no contexto das revoluções burguesas europeias.

Naturalmente, não existe comunicação pública nos moldes deste trabalho no contexto especificado acima. Agente emulador é uma apropriação do sentido construído no campo da computação. Nesta área do conhecimento, emulador é um *software* que reproduz as funções de um determinado ambiente, a fim de permitir a execução de outros *softwares* sobre ele. Aqui a comunicação pública respeita as premissas da esfera pública habermasiana e pode ser considerada um agente emulador daquele ambiente pré-revolucionário.

É importante nesse momento ligar os pontos que caracterizam a esfera pública de Habermas e Arendt com os preceitos aqui determinados para que exista uma comunicação efetivamente pública. Quando se coloca que a autonomia de gestão na comunicação pública é ponto essencial para sua existência, liga-se essa ideia ao fato de que, para uma esfera pública existir, as relações de poder não devem aparecer. O único meio de convencimento possível dentro de uma esfera pública é o argumento. Caso uma relação de poder seja levada para dentro da esfera pública e esse fator seja preponderante para o convencimento de um participante diante do outro, a esfera pública deixa de existir naquele exato momento. Caso a relação de poder interfira na autonomia de gestão de um veículo que se diz de comunicação pública, por conseguinte, a comunicação pública também deixa de existir.

Neste trabalho, o poder não é considerado a capacidade deliberativa da esfera pública, tal qual Arendt (2007) afirma. Para essa autora, poder é o oposto de imposição, pois que deriva da autoridade, sendo construído com o respeito conquistado diante dos demais membros da esfera pública. Ao contrário dessa ideia, a relação de poder legimitada neste trabalho é entendida como a imposição de uma tese por meios não argumentativos, como a força física, a bélica, a econômica etc. Para Habermas isso desequilibra as relações internas da esfera pública. E se a única forma de convencimento plausível dentro da esfera pública é o argumento, qualquer outro tipo de recurso utilizado desconfigura a esfera pública e acarreta mais facilmente a perda do arcabouço teórico desenvolvido para aquelas condições específicas.

O poder econômico também desequilibra a esfera pública, visto que o dinheiro é um instrumento de pressão e persuasão, que Habermas trata como um mecanismo que

opera o desligamento da economia dos sentidos da ação comunicativa e do mundo da vida.

Sobre a qualidade do conteúdo veiculado como fator central da comunicação pública, existem elementos suficientes que vinculam esse ponto com a premissa central de Arendt (2007) ao afirmar que, dentro da esfera pública, somente o relevante se faz presente; o supérfluo não tem espaço. Caso a discussão sobre o fútil se configure, a esfera pública deixa de existir por conta da necessidade intrínseca desse debate substancial. Partindo desse ponto, o fato de conteúdos de relevância questionável estarem na grade de programação de uma emissora desbanca sua função mantenedora de comunicação pública, pois não satisfaz o ponto cabal de sua existência primordial.

É pertinente insistir na investigação da noção de qualidade, pois uma análise superficial corre o risco de apresentar uma visão particular e não democrática do que essa noção e sua relevância realmente representam na conquista de um espaço no debate público. Diz Arendt (2007, p. 83):

Embora a distinção entre o privado e o público coincida com a oposição entre a necessidade e a liberdade, entre a futilidade e a realização e, finalmente, entre a vergonha e a honra [...].

Fica claro que, segundo a visão arendtiana, a noção de esfera pública extrapola a questão formal, de regras de relação, e parte para a questão dos conteúdos. A noção de fútil se liga àquilo que não tem relação com o interesse público: “Uma existência vivida inteiramente em público, na presença de outros, torna-se, como diríamos, superficial” (ARENDR, 2007, p. 81).

Do choque argumentativo e do consenso mínimo alcançado no conflito de ideias entre os atores participantes da esfera pública, é possível se aproximar do que seria aquele razoável que se vincula à noção de interesse público. Os conteúdos que colaboram para a construção da cidadania, provenientes desse debate múltiplo, é um bom referencial para sustentar a ideia de qualidade de programação. Assuntos de natureza privada podem ser debatidos e abordados, desde que se priorize o interesse público, percebendo que essa noção provém de uma discussão plural que procura afunilar esse conceito da forma mais democrática possível.

Chega-se, assim, à questão da independência financeira necessária para a configuração de uma comunicação pública efetiva. Aqui se liga tanto à teoria de Arendt quanto à de Habermas no que diz respeito à existência de subsídios teóricos que

sustentam esse elemento caracterizador da comunicação pública. Arendt preocupa-se com a robustez da esfera privada do econômico sob a esfera pública do político, afirmando que essa aproximação desigual anula a existência da esfera pública de referência. Percebe-se, portanto que, caso não existam garantias de financiamento e recursos para a existência da emissora, a comunicação pública não se efetiva. A preocupação com a subsistência suplanta o debate de cunho cidadão. Habermas corrobora a teoria arendtiana ao afirmar que, caso o econômico se sobreponha à comunicação pública, esta deixa de cumprir seu papel e não se efetiva como uma emissora de interesse público.

## CAPÍTULO 2

### A COMUNICAÇÃO PÚBLICA COMO ELEMENTO NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA E AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO À COMUNICAÇÃO

Este capítulo tem o objetivo de provocar uma reflexão e um pertinente debate sobre o direito à comunicação e como as emissoras de caráter público, sejam elas rádios ou TVs, têm a possibilidade de ser instrumentos da efetivação dessa garantia prevista no texto constitucional. É importante discutir os marcos legais, pois na conceituação anterior acerca da CP há um espaço de atuação para as emissoras que tenham autonomia de gestão, qualidade de programação e independência financeira. Por outro lado, necessita-se ainda de respaldo da positividade do Direito para que todas as possibilidades de sustentar a viabilidade da CP no Brasil sejam devidamente discutidas e analisadas. Ou seja, a discussão foi feita acerca de modelos, com uma parte mais subjetiva, de âmbito ético (qualidade de programação) e operacional (autonomia de gestão e independência financeira). Agora, a outra parte da discussão permeia as possibilidades objetivas amparadas no texto legal. Voltando a Habermas, é preciso analisar sistematicamente a viabilidade da CP por meio do campo jurídico.

Além disso, este capítulo tem o intuito de discutir a questão da cidadania. Se se trata de comunicação pública, é imprescindível a utilização do conceito de Elizabeth Brandão (in DUARTE, 2007, p. 9) como referência: “informar para a construção da cidadania”.

#### **2.1 Comunicação social e legislação**

Desde a década de 1930, a questão da radiodifusão faz parte da preocupação do poder constituído. Os primeiros decretos que surgem no país e que tocam nesse ponto são de Getúlio Vargas, durante o regime de exceção do Estado Novo (JAMBEIRO, 2001). Os anos se seguem com a discussão entre os limites e deveres das empresas de rádio e TV no Brasil, até que o Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963, conhecido como Decreto dos Serviços de Radiodifusão, vem à tona. O documento estabelece parâmetros que até hoje são seguidos pela prática de comunicação social.

Conforme o Regulamento, os serviços de TV têm objetivos educacionais e culturais, mesmo nos seus aspectos informacional e de entretenimento. Além disso, são considerados de interesse nacional, sendo sua exploração permitida somente quando não seja ferido aquele interesse e os objetivos culturais e educacionais que lhes são atribuídos pela legislação. A radiodifusão de TV é classificada como local, regional ou nacional, e pode ser licenciada para serviços limitados ou ilimitados, transmitidos através de VHF ou UHF. (JAMBEIRO, 2001, p. 61)

É nesse decreto que fica definido o que vem a ser a concessão e permissão pública. A concessão é o direito de se explorar e executar serviços de radiodifusão em determinado espaço de tempo. A permissão, por sua vez, é o direito de retransmitir sinais emitidos por emissoras de radiodifusão (JAMBEIRO, 2001). O decreto também trata da competência única e exclusiva da União de legislar sobre assuntos de Comunicação, vetando assim qualquer tipo de interferência por legislações de ordem municipal, estadual ou distrital.

Outra lei infraconstitucional relevante é o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão. Esse documento conceitua o que é uma emissora comercial.

[...] pode ser definida como entidade que: detém a licença do governo federal para organizar e emitir programas, visando uma comunidade específica, de acordo com um plano já aprovado; transmite estes programas pelo espaço aéreo, usando equipamentos em concordância com padrões específicos; e insere naquela programação mensagens comerciais que promovem produtos ou serviços, pelo que recebe pagamento. (JAMBEIRO, 2001, p. 63)

É importante destacar a Portaria Interministerial de 568, do Ministério das Comunicações e do Ministério da Educação, de 21 de outubro de 1980, que obriga as emissoras comerciais a exibirem cinco horas semanais de programação educativa, assim divididos: 30 minutos diários de segunda a sexta e 75 minutos aos sábados e domingos (JAMBEIRO, 2001). Existe também a determinação do teto de 25% da programação estar destinada à publicidade e 5% da grade estar disponível para programas de notícias.

O Código Nacional de Telecomunicações é que define o que a legislação brasileira entende por uma emissora educativa de comunicação. O texto legal diz que essas emissoras não podem ter caráter comercial, sendo proibidas de transmitir publicidade e/ou aceitar patrocínio. Os programas são de leituras, conferências, debates

e entrevistas. Somente os governos federal, estadual, municipal ou distrital, universidades e fundações não comerciais podem ser detentores desse tipo de emissora. Sobre a produção de conteúdo, pelo menos 20% do total exibido é de produtoras independentes (JAMBEIRO, 2001). As emissoras públicas só podem ter sede em municípios com número igual ou superior a 100 mil habitantes.

É relevante agora partir para uma reflexão mais profunda sobre o texto constitucional no que tange a comunicação, pois é na Carta Magna que a questão se desenvolve mais claramente. O Brasil tem um histórico de sete constituições, desde sua independência, em 1822. A de 1988, chamada de Constituição Cidadã, dá maior atenção a questão da comunicação social. Um caloroso debate entre a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) marca a comunicação social (JAMBEIRO, 2001).

Cinco artigos da Constituição de 1988 têm como foco central a Comunicação Social – do artigo 220 a 224 (ANEXO I), além de outras citações no artigo 5º, incisos IV e XIV (BITELLI, 2001). Isso indica que o legislador constituinte tem uma preocupação especial com a questão da programação e da pluralidade (BAZI, 2001), como está nítido no artigo 221 (BITELLI, 2001). Contudo, essa diversificação, tipicamente brasileira, não é encontrada nos meios de comunicação tradicionais, que são pautados pela visão de mundo dos grandes centros urbanos nacionais – Rio de Janeiro e São Paulo – que concentram a produção de conteúdo que é retransmitida no restante do país (BAZI, 2001).

Para exemplificar, o caso da Rede Globo de Televisão pode ilustrar bem a situação. Bazi (2001) cita os horários do espaço destinado à programação regional nas emissoras afiliadas TV de Roberto Marinho: de segunda-feira a sexta-feira, das 6h30-7h15, 12h-12h50, 18h50-19h05, são os telejornais regionais; no sábado, das 12h-12h50, telejornal regional, 13h50-16h, espaço em que a emissora afiliada pode ou não transmitir o Caldeirão do Huck, 18h50-19h05, o telejornal regional noturno; no domingo, das 7h-7h30, mais uma hora no final da noite (quando Bazi escreve o livro é o Sai de Baixo, agora é após o Fantástico) (BAZI, 2001, p. 67). Ou seja, a cultura local tem horários restritivos na principal rede de televisão do Brasil. A produção independente é desvalorizada.

Nota-se então que a maior parte da programação é produzida nas centrais localizadas em São Paulo e Rio de Janeiro. As demais regiões do Brasil ocupam espaços periféricos na grade da programação (BAZI, 2001). A produção regional é reprimida.



Essa lógica é interessante tanto para a matriz, que controla os meios de comunicação com maior eficácia, quanto para as regionais, que não dispõem de recursos suficientes para desenvolver uma programação regional de melhor qualidade (BAZI, 2001). Nisso, a pluralidade é prejudicada, noção esta que Arendt (2007) julga imprescindível na esfera pública, onde todos são iguais, por não ter sentido a existência de a hierarquia típica da esfera privada, e ao mesmo tempo diferentes, já que individualidades de cada um merece ser respeitada no debate público.

Infelizmente, não há mecanismos plurais nas redes de comunicação brasileiras. De acordo com a teoria arendtiana, isso se dá pelo fato de São Paulo e Rio de Janeiro monopolizarem a distribuição do conteúdo de sua programação para as demais 25 unidades da Federação, além de reservá-las a horários nobres, enquanto a programação regional é relegada a horários periféricos e insatisfatórios quanto ao espaço de tempo que deveriam ocupar. Logo, a noção arendtiana de pluralidade é prejudicada e isso se reflete no diálogo da sociedade com poder vigente, principalmente no que diz respeito a tomada de decisões. Se esta é definida pela visão exclusivamente sudestina de Brasil, é impossível que a noção plural de Arendt encontre suporte no modelo de comunicação brasileiro.

Registrada a centralização da produção de conteúdo no Brasil e a marginalização da programação regional em horários periféricos da grade, cabe agora o conceito de direito à comunicação:

Um tal ramo que se denominasse ‘direito da comunicação’ seria numa primeira face um subsistema derivado da Constituição e somando aos comandos maiores nela contidos que visam a assegurar, equilibrar e regular interesses individuais, metaindividuais e transindividuais derivados das possibilidades e liberdades de comunicação e informação, no seu microsistema ‘direito da comunicação social’. Para atingir essa finalidade, que é regular, e assegurar a mensagem com um mínimo de perturbação, esse sistema legal avança para abraçar a regulação do meio, da infra-estrutura da comunicação que garante a entrega da mensagem (informação)

Portanto, um ‘direito da comunicação e da comunicação social’ seria tributário das garantias constitucionais inerentes à dignidade da pessoa humana e aos direitos sociais no que toca à formação e preservação de seu bem maior, que é a consciência, de que emana o conhecimento da própria dignidade. Por isso, o interesse tão grande da sociedade e do Estado por ela organizado diante desses direitos (de informar e ser informado), pois somente uma pessoa humana ‘consciente’ poderá ter satisfeito o atendimento desse princípio fundamental (BITELLI, 2001, p. 168).

O conceito de direito à comunicação, proposto por Bitelli (2001), contempla a discussão proposta neste trabalho. Isso porque o fato desse direito estar vinculado à noção de dignidade humana, coloca a comunicação sob um ponto de vista cidadão. Se “a informação é um recurso social vital” (BITELLI, 2001, p. 31), a Constituição entende a comunicação como um direito indispensável ao cidadão.

Duarte (2007), no tocante à transparência da cobertura, defende a participação ativa e responsável por parte do público e a prioridade do interesse coletivo em detrimento de interesses privado, itens que, segundo ele, são inerentes à noção de qualidade de programação. Bitelli (2001), ao citar a necessidade de se garantir por meios legais a possibilidade de comunicação sem a interferência ou perturbação, se refere tanto à necessidade de instrumentos positivados que sirvam de garantia ética e plural no repasse dessa informação, se enquadrando aqui a qualidade da programação, quanto à preservação da autonomia de gestão (outro ponto chave da CP).

Deve-se agora pormenorizar as formas como as emissoras vinculadas ao modelo comunicacional público podem colaborar com a efetivação dos itens da Constituição Federal que versam sobre este assunto, respeitando o texto legal e a noção de direito à comunicação levantada por Bitelli. O artigo 221, em especial, foca sua atenção na programação e, como este trabalho se preocupa com a qualidade do conteúdo veiculado pela comunicação pública (junto da autonomia da gestão e financiamento), se faz a importante um estudo detalhado do artigo em questão.

Quando a Carta Magna expõe que os veículos de comunicação dão “preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas”, esses pontos coincidem com a perspectiva de qualidade da programação abordada no capítulo anterior. Tais referenciais são absorvidos no trabalho de uma emissora pública de comunicação. Habermas então é citado como suporte teórico, pois que manifesta preocupação quanto ao empobrecimento cultural e a coisificação provocada pela robustez do sistema diante do mundo da vida (SIGNATES, 2009). Quando o texto legal prioriza determinados conteúdos, a preocupação do legislador com essa relação dicotômica habermasiana permanece em patamar equalizado.

O princípio norteador de toda e qualquer ação nas rádios e TVs comerciais é a busca pela audiência, pois quanto maior o índice apresentado, maior sua lucratividade. Quando a sociedade opta por arcar com os custos de determinada emissora, os

conteúdos ali veiculados não seguem a mesma lógica e encontram a possibilidade de atingir outro fim. Se a emissora prioriza a comunicação para a construção da cidadania, ela tem a chance de dar vazão a conteúdos que não reproduzam a lógica do mercado. Isso porque seu financiamento parte do seio social e não da publicidade tradicional, ou seja, não do comercial pago que inverte a lógica da esfera pública dentro da perspectiva de Habermas. Assim, a programação da emissora de caráter público tem a possibilidade de seguir quatro caminhos citados no inciso I do artigo 221.

Outro ponto que soma responsabilidades às emissoras que têm a direção pública é o citado no inciso II do artigo 221. A “promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação” faz parte de uma ideia maior, que toca um ponto sensível da grade de programação das emissoras comerciais. De acordo com o que afirma Bazi (2001), o que se vê na tela ou o que se ouve no rádio não diz respeito à realidade vivenciada pela maioria dos brasileiros, pois a produção é centralizada em São Paulo e Rio de Janeiro, deixando em segundo plano a cultura regional. A programação das emissoras regionais nas redes tem um espaço ínfimo e completamente periférico, sendo subjugada conforme a determinação das matrizes, não respeitando assim a pluralidade arendtiana da esfera pública, pois não é dada voz e expressão a esses grupos excluídos que, conseqüentemente, não têm vez na tomada de decisão.

O inciso IV trata do princípio do “respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família”. Ele é de difícil interpretação e aplicabilidade, pois aborda valores de cunho subjetivo que podem variar de região para região, estado para estado, cidade para cidade e, até mesmo, de indivíduo para indivíduo. Contudo, é possível estabelecer critérios mínimos de respeito a este princípio. Por exemplo, é sensato poupar crianças de cenas de sexualidade, de violência, de consumo de substâncias ilícitas etc.

Depara-se então com uma abordagem mais subjetiva, principalmente quando se trata de temas controversos que não gozam de um consenso social. O controle ideal da programação para que o inciso seja respeitado, tem prevê o debate plural que obtenha uma pauta mínima, isso de acordo com a legislação vigente. Tal situação é mais bem garantida nas emissoras públicas, graças a noção de controle social e a seus conselhos curadores (que existem, por exemplo, na TV Cultura e BBC). Temas que não gozam de um consenso social, como orientação sexual, eutanásia e/ou situações políticas controversas, como a reforma agrária ou a política de cotas, passam pelo crivo do conselho, o que dificulta abusos dessa ordem. A prática da CP visa sempre a pluralidade

e a diversidade de opiniões, evitando a construção de estereótipos e respeitando as diversas visões de mundo. O receptor da informação, conseqüentemente, está mais propício a defender o pensamento a que melhor se identifica. As linhas de conduta propostas no manual de produção da BBC oferecem parâmetros interessantes a serem observados, como por exemplo, a necessidade da imparcialidade, que preza por uma abordagem mais abrangente de mundo, preservando assim, a integridade editorial e a independência com respeito a privacidade e a decência (MESQUITA in CARMONA, 2003). O cuidado em zelar as diferentes concepções de mundo, sejam elas de origem religiosa, política, ideológica ou cultural, garantem a noção de coletividade..

Percebe-se então, que a busca pelo lucro, em muitos momentos, é conflitante com os preceitos da Constituição Federal. De posse de diferentes objetivos, as emissoras de rádio praticam programações diferentes. Mas, o modelo de comunicação pública, se aproxima daquele preconizado na Carta Magna, colaborando assim, para a consolidação de um Estado democrático no Brasil.

Agora que os marcos legais que regem o direito à comunicação no Brasil estão explicitados e suas possíveis interações com a noção de comunicação pública estão mais claras, e isso sempre com base na teoria de pluralidade de Arendt e na teoria de Habermas, sendo que a segunda trata da possibilidade de coisificação e empobrecimento cultural do mundo da vida, caso uma ação sistêmica mais contundente se efetue, se faz importante, em um próximo momento, detalhar os aspectos que envolvem a cidadania.

## **2.2 A noção de cidadania**

Após identificar os marcos legais que dão sustentação a uma comunicação pública, este trabalho julga fundamental a investigação da noção de cidadania, já que a CP efetiva, como finalidade na construção da cidadania, é uma possibilidade emancipatória do agir comunicativo, de acordo com Habermas, que vislumbra uma perspectiva cidadã.

A sociologia entende cidadania como o direito de se ter direitos. Naturalmente, essa não é uma perspectiva estagnada, portanto, ela sofreu uma série de variações conceituais ao longo dos séculos de acordo com a origem de seus estudos.

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a

participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais (PINSKY, 2008, p. 9).

A concepção acima, formulada no século XXI, encontra raízes no processo de lutas revolucionárias na França e Estados Unidos, que culminaram na derrubada da monarquia do país europeu e na independência do país norte-americano. Estes dois acontecimentos orientam a dimensão da sociedade atual, visto que há um rompimento com a tradição de legitimidade configurada anteriormente; “Nesse sentido pode-se afirmar que, na sua acepção ampla, cidadania é a expressão concreta do exercício da democracia” (PINSKY, 2008, p. 10).

Antes destas revoluções, outros princípios sustentam a noção de cidadania. Na antiguidade, são as ligações sanguíneas garantem a cidadania. Ela é passada de geração em geração, de forma que esse direito é limitado a uma pequena parcela da sociedade, excluindo sumariamente os indivíduos de origem estrangeira (GUARINELLO in PINSKY, 2008). Esta lógica é comum no continente europeu, onde países como Portugal, Itália, França, Espanha, entre outros, entendem a cidadania como um suporte de noção do *jus sanguinis* (expressão latina traduzida literalmente como “direito de sangue”). Já os países do continente americano, como Brasil, EUA, Canadá, Argentina e outros, apóiam seu conceito de cidadania na noção de *jus solis* (traduzida literalmente como “direito de solo”), principalmente devido à forte influência imigratória em sua constituição étnicas.

Esclarecidas as lógicas de concessão de cidadania, vale destacar que a *polis* grega prima o *jus sanguinis*. Para pertencer a determinada comunidade, todos os registros de quem pleita esse direito são checados com extremo zelo e rigor. Quando Aristóteles afirma que fora da cidade-Estado não existem indivíduos realmente livres e plenos, ele reitera a lógica da cidadania na noção grega de pertencer a *polis* (GUARINELLO in PINSKY, 2008).

Além da lógica sanguínea, o poder econômico é um fator preponderante para a noção de cidadania na *polis* grega. Com o passar dos anos, o embate entre a aristocracia e o restante da sociedade grega, permite que mudanças estruturais fossem efetuadas na *polis*, tais como, o aumento da liberdade individual de seus membros, a elaboração de leis escritas, a conquista de espaços públicos e a reorganização do exército.

O caso mais exemplar foi o de Atenas, modelo para muitas cidades-estado, onde a participação estendeu-se ao conjunto da população masculina cidadã e a democracia se manteve por quase dois séculos. É importante conhecer melhor Atenas, pela relevância que possui no imaginário político até hoje. Em primeiro lugar, uma ressalva: a democracia ateniense nunca foi absolutamente incluyente: dizia respeito apenas aos cidadãos masculinos e excluía, de qualquer forma de participação política, as mulheres, os imigrantes e os escravos. Em contrapartida, no âmbito restrito dos cidadãos, representou uma experiência notável de participação direta no poder de todas as camadas sociais, independente da riqueza ou posição social. Criaram-se mecanismos de indenização pecuniária que facilitavam, aos mais pobres, o acesso à participação na vida comunitária, não apenas nas assembléias e tribunais, mas até mesmo nas festividades cívicas, como a assistência às competições teatrais. Os ricos, que se acomodaram como puderam ao sistema democrático, foram obrigados a contribuir com a comunidade de várias formas, construindo naves de guerra, financiando espetáculos e festas religiosas (GUARINELLO in PINSKY, 2008, p. 41).

Após a análise da noção de cidadania na *polis* grega, que Arendt (2007) usa como referência em seu estudo, parte-se para a investigação da noção de cidadania na Europa da Idade Moderna, época de transição do feudalismo para o capitalismo. Mais especificamente na Inglaterra do século XVII, surge no seio das camadas desfavorecidas, a conscientização da existência de uma prejudicial desigualdade social.

[...] o indiscutível ponto de partida para o desenvolvimento dos direitos de cidadania tem sua localização no século XVIII. Foi quando um país se envolveu naquela que é considerada a primeira revolução burguesa da história. Falamos aqui, é claro, da Revolução Inglesa. Uma revolução que se inicia em 1640 e tem sua conclusão quase meio século depois, em 1688, dando origem ao primeiro país capitalista do mundo (MONDAINI in PINSKY, 2008, p. 116).

John Locke, inglês burguês do século XVII, é considerado o mentor intelectual de um peculiar momento político. É ele quem desbanca Thomas Hobbes, teórico político que defende a noção de “pacto de consentimento”. Para Hobbes, no chamado estado natural, em que se pode observar uma relativa paz e harmonia, os indivíduos dotados de razão possuem os “direitos naturais” de vida, liberdade e propriedade. Nesse período, durante a Primeira Revolução Industrial, a camada social que trabalha nas fábricas desperta para sua condição de excluída em relação aos proprietários dos meios de produção (SINGER in PINSKY, 2008).

Já na segunda metade do século XVIII, eclodem duas revoluções que marcam a história da construção da noção de cidadania trabalhada neste texto, a saber, a Revolução Americana e a Revolução Francesa. A primeira é pioneira na formulação de princípios que garantem os direitos humanos, que chega até mesmo a influenciar a Revolução Francesa. Até esse momento é novidade na história da civilização ocidental o fato de um povo colocar como prioritário em uma luta popular a questão da cidadania e a defesa da liberdade individual (SINGER in PINSKY, 2008). Os documentos que acompanham a formação dos Estados Unidos da América provam que, desde sua concepção, seus princípios defendem uma nova perspectiva de relacionamento entre o indivíduo e o Estado.

A Declaração de Independência afirma que todos os homens foram criados iguais e dotados pelo Criador de direitos inalienáveis, como vida, liberdade, busca de felicidade. Da mesma forma, a Constituição elaborada em 1787 inicia com a consagrada expressão “We, the people of United States” (Nós, o povo dos Estados Unidos). Os termos são coletivos e não há traços de limitação escrita e jurídica desses documentos. (KARNAL in PINSKY, 2008, p. 142).

O objetivo central do processo revolucionário norte-americano é assegurar a esfera privada do arbítrio do Estado. A Constituição dos EUA e as emendas constitucionais que garantem liberdade de expressão, porte de armas, julgamentos abertos com júri, proibição de penas cruéis e demais liberdades, reforçam a ideia de blindagem do homem comum diante do Estado. É perceptível o cunho liberal da noção de cidadania que nos EUA desde sua independência.

O povo francês, por sua vez, faz sua revolução de 1789 baseada em três pilares: liberdade, igualdade e fraternidade (ODALIA in PINSKY, 2008). Esse lema, que norteia todas as batalhas travadas na França, sintetiza a revolta popular contra a opressão da Coroa. Nesse sentido, o apogeu do processo revolucionário francês se dá com a publicação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (vide ANEXO II). Com a ambição de ser estendida a todos os seres humanos, a declaração francesa suspeita de todos os demais regimes monárquicos da Europa do século XVIII.

O artigo primeiro da Declaração estabelece que “os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos”, tais direitos são naturais e imprescritíveis e cabe a toda e qualquer associação política sua defesa e conservação. Esses direitos consistem na

liberdade, no direito à propriedade, na segurança e na resistência à opressão.

O novo homem que daí nasce é intrinsecamente um cidadão, cuja liberdade deve estar também assegurada, entendendo-se a liberdade como o “direito de fazer tudo que não prejudique os outros”. [...] Se ao cidadão é assegurado o direito de falar e escrever, imprimir e publicar, não lhe cabe o direito de ofender ou desobedecer o que é normatizado pela lei. (ODALIA in PINSKY, 2008, p. 167).

Os dezessete artigos nascidos da sangrenta revolta francesa instigam as demais sociedades europeias, além do continente americano, a inverterem a lógica de intromissão do Estado nas liberdades individuais de cada um. Essa concepção de sociedade emerge com as lutas populares nos EUA e na França e é forjada na imprensa embrionária com perspectiva de debate na esfera pública.

### **2.3. Legislação, cidadania e comunicação pública**

Reiterando, a comunicação pública bem desenvolvida é agente de efetivação das garantias constitucionais. As emissoras privadas não estão isentas dessa responsabilidade, até mesmo por existirem legalmente como concessões públicas em âmbito maior. Toda discussão teórica acerca da comunicação pública empreendida neste texto demonstra que, longe das pressões pela conquista de audiência a qualquer custo, existe um espaço apropriado à consolidação de preceitos constitucionais.

Um veículo de comunicação efetivamente público deve priorizar a noção de cidadania e isso se aplica também à veiculação de notícias: a informação para a cidadania. Brandão (in DUARTE, 2007) faz uma revisão bibliográfica resgatando o conceito de cidadania historicamente construído, o que dá a este trabalho material necessário para se mensurar a dimensão da legislação brasileira no que diz respeito à comunicação.

A discussão teórica de esfera pública vinculada à comunicação pública, junto ao subsídio fornecido pelo debate acerca da Constituição e da revisão histórica do conceito de cidadania, abre caminho ao desenvolvimento empírico deste trabalho, que consiste, em linhas gerais, na verificação da aplicabilidade ou não das teorias já analisadas no estudo de caso da Rádio Universitária da Universidade Federal de Goiás.



## CAPÍTULO 3

### ASPECTOS METODOLÓGICOS

A metodologia deste trabalho contempla três tópicos: revisão bibliográfica acerca da noção de esfera pública, dos conceitos de comunicação pública, da legislação sobre o direito à comunicação e dos preceitos de cidadania, bem como um levantamento histórico sobre a Rádio Universitária (RU) da Universidade Federal de Goiás (UFG); análise de conteúdo da programação da RU, que é o estudo de caso deste trabalho; entrevistas em profundidade de caráter qualitativo com ouvintes e profissionais da emissora.

A pesquisa bibliográfica comporta seis assuntos que se interligam e se iluminam mutuamente. A comunicação pública é conceituada com base nas teorias de noção de esfera pública de Arendt e Habermas. Além disso, a efetivação de uma garantia constitucional, que é o direito à comunicação, atende aos veículos que tenham a pluralidade como seu princípio norteador. A emissora pública pode se tornar um instrumento de promoção do diálogo entre os mais diversos atores sociais, contribuindo de forma incontestada na construção da cidadania no Brasil contemporâneo. Por fim, um debate sobre os gêneros jornalísticos apoia o estudo de caso.

O amálgama entre comunicação pública, esfera pública, direito à comunicação, noção de cidadania e gêneros jornalísticos é fundamental para o desenvolvimento deste trabalho. Portanto, inicialmente apresenta-se uma análise profunda dos elementos citados e depois um levantamento histórico da RU.

Para entender o porquê de a RU ser considerada um estudo de caso, se torna necessária a compreensão desse conceito.

São várias as definições encontradas para o estudo de caso, mas a mais citada é a de Yin (2001, p. 32): “o estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas”. Ele enfatiza ser a estratégia preferida quando é preciso responder a questões do tipo “como” e “por que” o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real. (DUARTE in DUARTE; BARROS, 2009, p. 216).

A teoria contemporânea é mais apropriada para se conceituar o estudo de caso, pois ela preza pela observação do objeto e pela entrevista como métodos auxiliares de investigação.

Nessa tentativa de melhor “analisar” um fenômeno, Bonoma (in BRESSAN, 2000, p. 102) reforça a noção de que o objetivo principal da pesquisa reside na compreensão dos eventos, indicando como objetivos do método do estudo de caso: (1) a descrição, (2) a classificação (desenvolvimento de tipologia), (3) o desenvolvimento teórico e (4) o teste limitado da teoria. (DUARTE in DUARTE; BARROS, 2009, p. 216).

A análise de conteúdo da programação da RU é feita por meio de uma audição ininterrupta de sete dias, a fim de abarcar toda a grade, visto que a maioria dos programas da emissora tem periodicidade semanal. Além disso, estudos em comunicação observam a importância dessa periodicidade, como o pioneiro desenvolvido por Jacques Kayser, intitulado *Une Semaine Dans Le Monde (Uma Semana no Le Monde)* (FELICIANO, 2003), e os estudos de José Marques de Melo e Sérgio Caparelli, desenvolvidos em 1978, realizados pela Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ARONCHI, 2004, p. 34). Já a pesquisa de José Carlos Aronchi de Souza, intitulada *Gêneros e Formatos na Televisão Brasileira*, além de corroborar os estudos citados acima, serve de apoio à categorização dos programas da Rádio Universitária, que classifica os programas conforme o gênero em que se enquadram.

Para Souza (in ARONCHI, 2004), a identificação de um gênero envolve diversos fatores, entre eles a tecnologia, o tipo de equipamento, os recursos especiais, a linguagem etc. Embora focalize seus estudos nos gêneros televisivos, este trabalho aplica a teoria de Aronchi no veículo rádio, visto que deste deriva toda a experiência televisiva brasileira, que aproveita desde o quadro de profissionais até o modelo de programação, pautada nos gêneros. A categoria na qual um gênero de programa se enquadra abrange vários outros:

[...] existem, portanto, três categorias que abrangem a maioria dos gêneros: entretenimento, informativo e educativo. Uma quarta categoria, tratada na mesma pesquisa<sup>6</sup> como “especiais”, suscita controvérsia quanto ao significado na própria programação. A pesquisa classifica na categoria “especiais” os

---

<sup>6</sup> O autor faz menção à pesquisa já citada nesse trabalho de José Marques de Melo, feita no ano de 1978, na qual ele se calca para obter as possibilidades de categorias que existem.

programas infantis, de religião, de minorias étnicas, agrícolas e outros. (ARONCHI, 2004, p. 39).

Antes disso, há o conceito de programação:

Programação é o conjunto de programas transmitidos por uma rede de televisão. O principal elemento da programação é o horário de transmissão de cada programa. (ARONCHI, 2004, p. 54).

Há uma multiplicidade de conceitos de gênero. Para Ellmore (in ARONCHI, 2004), gênero é um grupo de programas ou tipos de filme que podem ser agrupados por conta do estilo, da forma, da proposta etc. Para Kaminsky (in ARONCHI, 2004), gênero é praticamente sinônimo de ordem, já que existe para ordenar segundo métodos previamente definidos. No que diz respeito ao estudo de caso envolvendo a RU, este apoia-se em Campbell e Jamieson (in ARONCHI, 2004, p. 42), os quais afirmam que “gênero é composto de uma miríade de formas reconhecidas, agrupadas numa dinâmica interna”.

Este trabalho elege a teoria de gênero em Aronchi (2004), mas faz algumas adaptações, devido às particularidades do veículo rádio. Por exemplo, os programas esportivos são classificados como de Entretenimento. Contudo, por conta da característica específica da RU de tratar o esporte de forma diferenciada – com jornalismo, debates e opinião –, esse gênero é abordado, aqui, como Informativo. Além disso, por conta de a rádio destinar uma boa parcela de sua grade a programas musicais, faz sentido a criação de uma categoria dedicada exclusivamente a esse gênero – Musicais –, ao invés de ser encarada como um grande bloco pertencente a entretenimento e desequilibrar o restante das possíveis classificações. Do mesmo modo, é pertinente a criação de uma categoria que possa abranger gêneros que fazem uso de recursos de duas ou mais categorias simultaneamente. Portanto, é criada a categoria Híbrido. Em resumo, os gêneros apresentam a seguinte divisão:

<b>Categorias</b>	<b>Gêneros</b>								
Entretenimento	Colunismo Social	Dramatizado	Docudrama	Humorístico	Variedades	Auditório	Revista	Infantil	Série
Informativo	Transmissão Esportiva	Documentário	Entrevista	Debate	Radiojornal				
Educativo	Educativo	Instrutivo							
Musical	Programas Musicais								
Híbrido	Gêneros que usam elementos que se relacionam com mais de duas categorias								

Figura 1  
 Fonte: ARONCHI (2004, p. 92)

A categoria Entretenimento tem como característica principal ser composta de gêneros que se preocupam com a diversão e o passatempo do público. São programas que propõem, antes de tudo, uma descompromissada atividade para as mais diversas faixas etárias e sociais. Os dramatizados, como novelas – que usam de recursos artísticos e de interpretação como mote principal –, pequenos esquetes teatrais, histórias, casos, contos, sociodramas, imitações, personagens, encenações e representações estão aqui enquadrados.

A categoria Informativo, por sua vez, é formada por aqueles programas que apresentam notícias, debates, acontecimentos e informações gerais. Eles possuem características eminentemente jornalísticas, com enfoque em matérias, reportagens ou notas de âmbito local, nacional ou mundial. Os programas de esportes também se encontram nessa categoria, sejam eles de opinião, de debates, de comentários, de editoriais e de informações.

Os programas que tratam de saúde, promoção social, direitos e cidadania estão na categoria Educativo. A categoria Musical engloba programas de samba, música popular brasileira (MPB), sertanejo, clássico, *rock*, dentre outros estilos. Por fim, a categoria Híbrido contém programas com elementos de duas ou mais categorias elencadas.

Depois dessa categorização, a metodologia deste trabalho lida com as entrevistas em profundidade com a equipe de jornalismo da RU e sua audiência. Antes, é preciso ter ciência do que José Marques de Melo (in DUARTE; BARROS, 2009, p. 26) diz a respeito dos procedimentos quantitativos e qualitativos em pesquisas de Comunicação.

Em ciências sociais, os procedimentos quantitativos às vezes são menos valorizados por seu caráter reducionista. Em verdade, todo procedimento, seja qualitativo, seja quantitativo, é em grau maior ou menor reducionista. Esta redução da complexidade do real é realizada com certa diversidade em cada língua natural e, mais ainda, nas linguagens específicas de cada disciplina científica. Nenhum procedimento analítico deixa de ser reducionista. Há então a necessidade de fazer um exame cuidadoso dos procedimentos analíticos quantitativos e qualitativos mais adequados para cada caso particular e em relação aos objetos pretendidos.

Tendo em vista esse fator limitante, opta-se pelo método de entrevistas em profundidade, em virtude de sua perspectiva qualitativa ser menos reducionista que a quantitativa. Essa técnica também é adotada na busca de se compreender os cotidianos inerentes a rádio, pois, de acordo com Cremilda Medina (1987), o ato de entrevistar pressupõe uma forma viva e corrente de captar informações. Assim, ao propiciar uma relação dialógica mais aprofundada e verdadeira, esse método garante uma melhor investigação das realidades analisadas. Para tanto, são utilizadas entrevistas de caráter semiestruturado, com apenas um roteiro (ou tópico-guia) e apontamentos abertos para orientação do processo. Se o objetivo é uma profunda compreensão da audiência da RU e dos cotidianos de produção jornalística na emissora. Entrevistas fortemente estruturadas (ao estilo de questionários ou formulários) não são adequadas para a pesquisa.

A entrevista em profundidade é um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações eu se deseja conhecer. Desta maneira, como na análise de Demo (2001, p. 10) sobre pesquisa qualitativa, os dados não são apenas colhidos, mas também resultado de interpretação e reconstrução pelo pesquisador, em diálogo inteligente e crítico com a realidade. (DUARTE, 2009, p. 26).

Na busca de identificação das demandas, dos interesses comuns, das identidades e das motivações dos ouvintes da emissora, foram entrevistados, de 15 de abril a 24 de maio de 2008, treze ouvintes da RU cadastrados pela emissora e escolhidos aleatoriamente. De acordo com suas preferências de programação, eles foram divididos em específicos e gerais. Os ouvintes específicos são os que se interessam por um

programa em particular, ou seja, com tempo programado de audiência. Já os ouvintes gerais são os que acompanham a programação por um maior espaço de tempo.

Da equipe de jornalismo que trabalha nas mais diversas áreas de cobertura da RU, seis deles são entrevistados, incluindo o diretor-geral. A seleção é feita entre os jornalistas que atuam na produção de textos, na elaboração da programação musical, na administração interna da rádio etc. Com base nas entrevistas, busca-se observar as relações internas de produção na emissora (os cotidianos dos profissionais, as relações, entre eles, a dinâmica própria dos programas); identificar as particularidades do jornalismo praticado em um veículo dito público, cultural e educativo; e perceber se os princípios norteadores de uma emissora pública estão sendo aplicados na rotina de produção da RU.

## CAPÍTULO 4

### ESTUDO DE CASO DA RÁDIO UNIVERSITÁRIA

Após o debate da teoria de esfera pública em Arendt e Habermas, da análise das noções de comunicação pública, legislação, cidadania e da exposição dos aspectos metodológicos deste trabalho, chega-se ao estudo de caso da Rádio Universitária. Este capítulo contém um breve levantamento histórico da RU e uma análise da grade de programação da emissora, levando em consideração o conteúdo de cada programa específico e o uso de entrevistas de profundidade com a equipe da emissora e parte da audiência da rádio para identificar a percepção de CP dos profissionais da emissora, a fim de se reconhecer a expectativa dos ouvintes da RU.

#### 4.1 A história da Rádio Universitária

A Rádio Universitária é criada através da Resolução 14/62, assinada pelo então reitor da UFG, Colemar Natal e Silva, o primeiro reitor da universidade. Em 1962, o mundo vive o auge da Guerra Fria. Duas superpotências, Estados Unidos e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), disputam a liderança mundial desde o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945 (ROBERTS, 2002).

O símbolo mais representativo desse período, o Muro de Berlim, dividia a Alemanha em lado ocidental (influenciada pelos Estados Unidos e, naturalmente, de sistema de produção capitalista) em oriental (sob influência soviética). Aliás, vale ressaltar que em 1962 o muro só tinha um ano de construção, ou seja, é um marco ainda recente.

A divisão do mundo em duas superpotências é fundamental para se compreender o contexto histórico da década de 1960. Os golpes militares na América Latina têm como principais argumentos a proteção do ocidente contra o “perigo vermelho”, ou seja, em reação à invasão comunista. A revolução coloca Fidel Castro no poder de Cuba e deixa os Estados Unidos em alerta para evitar que golpes semelhantes se espalhem pela América Latina. Fidel Castro, em diversas oportunidades, afirma seu desejo de que a Cordilheira dos Andes se transformasse em uma Serra Maestra (local onde os aliados de Fidel Castro montam sua base e dali partem para a derrubada do governo de Fulgencio Batista). Ou seja, ele deseja que os simpatizantes do regime cubano façam exatamente o mesmo nos países sul-americanos.

No Brasil, o começo da década de 1960 é conturbado. Depois da euforia do governo Juscelino Kubitschek (1956-1960) e da transferência de poder entre dois presidentes eleitos democraticamente, setores do país e do mundo veem com temor a renúncia do presidente Jânio Quadros, em 1961. Com menos de sete meses de poder, Jânio renuncia ao mandato afirmando que “forças ocultas” o impediam de governar para o povo.

Jânio é o primeiro presidente a tomar posse em Brasília e a encarnar as esperanças de um futuro melhor para o Brasil. Em menos de sete meses essas esperanças são desacreditadas com a renúncia que atira o país em uma grave crise política (FAUSTO, 2002). A grande popularidade de Jânio, no momento eleitoral, visto que ele vence o pleito com números históricos para a época, pressiona o Congresso Nacional, que se manifesta em favor de sua volta ao cargo. Jânio demonstra sinais de simpatia ao comunismo, pois chega a condecorar o ministro do Exterior de Cuba, Ernesto Che Guevara, com a maior homenagem que o Brasil poderia oferecer: a Ordem do Cruzeiro do Sul. Além disso, dias antes da sua renúncia, Jânio envia seu vice João Goulart a uma visita de Estado à China, até então comandada por Mao Tse-Tung. O cenário estava armado em favor da estratégia janista: o Congresso pede sua permanência na presidência, o povo o apoia e seu vice está bem distante do país. Mas a ideia não vinga. O Congresso aceita a carta da renúncia e a sucessão presidencial desencadeia uma crise que culmina com o golpe de 1964.

João Goulart não inspira confiança no meio militar. É um aliado de Getúlio Vargas e tem simpatia pela esquerda, apesar de ser um latifundiário. A legislação diz que o vice-presidente deve assumir a presidência na ausência do titular. Como o titular renuncia, o certo é Jango tomar posse assim que retornar da China. Mas o seu retorno não é tranquilo. Militares começam a pressionar e tentar evitar que um vice, simpatizante do comunismo, assuma o poder do Brasil. A crise anunciada se concretiza. O governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, lança a Rede da Legalidade, um programa de rádio transmitido do Palácio do Piratini, em Porto Alegre, que pede o cumprimento da Legislação, ou seja, cobra que o vice tome posse do cargo de presidente logo após a renúncia do titular. O interessante é que Jango é cunhado de Brizola. Para que a posse de Jango seja avalizada pelas Forças Armadas, Brizola tem de atender a três condições: que Goulart aceite a implantação do regime parlamentarista, ideia esta que germina no Congresso como forma de reduzir a inquietação que a chegada de Jango ao gabinete presidencial provoca nos quartéis; que Goulart não faça



uma escala em Porto Alegre em sua viagem de regresso a Brasília; e que ele não chegue à capital federal em companhia de Leonel Brizola (NUNES, 1988).

Goiás também teve sua participação nesta crise. O então governador Mauro Borges defende a Rede da Legalidade. A proximidade do estado com Brasília permite uma melhor e mais rápida movimentação dos militares na tentativa de conter este apoio. Cogita-se até mesmo a hipótese de bombardear o Palácio das Esmeraldas, o que mostra a possibilidade de ocorrer uma guerra civil.

No final da década de 1950 e começo da de 1960, o país vive uma efervescência cultural. Aproveitando o surto industrial, finalmente busca-se erradicar o analfabetismo. Uma metodologia de trabalho tida como inovadora chama a atenção de vários educadores e estudiosos do assunto: o método Paulo Freire. Considerado ousado, o trabalho busca alfabetizar adultos em 40 horas. A alfabetização tem como base o mundo vivido pelo alfabetizando, valorizando as palavras usadas em seu cotidiano. Logo após a crise da renúncia de Jânio e Jango assumir a presidência, Freire é chamado pelo governo para ampliar o seu método e aplicá-lo nacionalmente.

Intelectuais da esquerda acreditam que sua missão é educar o povo, defendê-lo do imperialismo capitalista norte-americano e conscientizá-lo em relação ao comunismo. Esse é também um período de busca por uma identidade brasileira. É criado o Centro de Estudos Brasileiros de Pesquisa (Cebrape). Vários intelectuais se reúnem a fim de estudar os problemas vividos pelo país e tentar achar uma solução. Volta-se a olhar para o interior do país. É uma época de grandes transformações e torna-se necessário compreendê-las (FAUSTO, 2002, p. 251).

É nesse contexto histórico que é criada a Rádio Universitária da Universidade Federal de Goiás. O reitor, Colemar Natal e Silva, quer uma imprensa universitária inovadora, moderna. Através da Resolução 14/62, a rádio deveria levar educação ao povo, visando o seu aprimoramento no que tange a noções de política social, higiene, puericultura, ciências, alfabetização primária e despertar de aptidão vocacional. A rádio deve também divulgar eventos culturais e educacionais que, antes da sua criação, são publicados na imprensa privada, o que onera a universidade.

Tratando de dispêndios financeiros, no ano de 1962 o país vive uma crise econômica com uma inflação alta que o governo não consegue controlar. É preciso segurar os gastos. O governo Juscelino Kubitschek traz muitos avanços ao País, mas deixa uma dívida enorme a ser paga pelo sucessor. Com toda crise política envolvendo os anos 1960-1962, o governo não consegue resolver os problemas da economia. A

Rádio Universitária deve também economizar os recursos da UFG.

Originalmente, a rádio é mantida sem ônus à universidade, e sim por meio de contratos publicitários captados no mercado. Não está explícito na resolução como são feitos esses contratos publicitários e se priorizam o contato com o setor público ou privado.

Sobre os funcionários que trabalham na recém-formada rádio, a resolução determina que sejam mantidos os que já trabalham na UFG e que outros sejam admitidos, segundo a necessidade restrita imposta pelos serviços, por lei trabalhista vigente. Anos depois, começa um debate acalorado sobre o tema, discutindo se a rádio deve admitir funcionários da área da comunicação ou técnicos administrativos indicados pela reitoria.

Como referido anteriormente, o momento histórico da criação da Rádio Universitária é marcado por grandes produções científicas e estudos que investigam a realidade brasileira. Colemar Natal e Silva deseja que a imprensa universitária divulgue e patrocine as produções científicas e culturais estaduais, nacionais e internacionais, por meio de um sistema autônomo de informação e estímulo (SILVA, 1992). Além disso, a referida imprensa é o elemento de ligação da universidade com o povo, voz de reverberação das reivindicações populares, além da participação de associações culturais e sindicatos de classes (SILVA, 1992).

A Rádio Universitária surge em um momento político-econômico muito conturbado. Porém, a área cultural está em evidência com a arte popular ocupando o centro das atenções, com discussões acaloradas sobre os destinos da cultura e do Brasil como nação. Sentimentos como entusiasmo e esperança são nítidos nos discursos de Colemar Natal e Silva, que deseja uma rádio que leve educação e cultura ao povo.

Em um discurso proferido em razão das comemorações dos 25 anos da UFG, Colemar Natal e Silva fala da lei de criação da universidade, que é quase suspensa durante o governo Jânio Quadros. Em uma entrevista concedida no aeroporto de São Paulo, Jânio afirma que não instalaria as universidades criadas por Juscelino, taxando-o de fazer cortesia com o chapéu alheio, largando o ônus dessas criações por conta do seu sucessor.

Com um presidente criticando duramente seu antecessor, Colemar Natal e Silva tem motivos de sobra para temer a revogação da lei aprovada no governo JK. A UFG participa desse período de crise política podendo ter revogada a lei que a cria.

No reitorado de Colemar Natal e Silva, logo após a criação da RU, é baixado o

decreto federal n. 66.555 que subordina a rádio à reitoria da UFG. Pouco tempo depois, em 16 de setembro de 1965, com a presença do ex-presidente Juscelino Kubistcheck, a emissora chega aos ouvintes pela primeira vez.

O reitor nomeia Ivo Pinto de Melo como dirigente da rádio. Em uma entrevista concedida em 14 de outubro de 1988, Melo conta as dificuldades de criação da RU, citando a pressão dos estudantes e a burocracia. Ivo destaca a importância do ministro da Justiça da época, o goiano Alfredo Nasser, que acelera o processo de concessão. É destacada também sua visão da RU que surge: a rádio da universidade deve servir à comunidade no âmbito universitário.

Operando nos primeiros anos em caráter experimental, a emissora tem uma programação irregular. A partir de 1972, com a instituição do curso de Jornalismo, a rádio passa a adotar um caráter educativo. Com a criação dos cursos de Radialismo e Relações Públicas, práticas desses cursos são inseridas no laboratório da rádio. Disciplinas e atividades dentro da RU contam com a presença de alunos subordinados ao Departamento de Comunicação (antigo nome e regime jurídico da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, Facomb) sob a orientação constante de um professor.

A programação nesta época é 18 horas diárias, estando a grade sob responsabilidade de estagiários e servidores efetivos. Sob tutela do Ministério da Educação, em Brasília, a emissora busca preencher vazios existentes na grade de programação de outros rádios de frequência AM de Goiânia, priorizando o caráter público da instituição.

Em meados da década de 1970, a RU enfrenta diversos problemas como a falta de verba, de pessoal e de apoio da reitoria. Ivo Pinto de Melo assume o cargo por cinco vezes ao longo da história da emissora, com alguns afastamentos por vontade própria, outros por decisão da reitoria. Apesar desses problemas internos, a RU chama a atenção de vários formadores de opinião graças a sua programação musical que prioriza a MPB e a música clássica.

Na década de 1970, alunos e professores do curso de Jornalismo se mobilizam a fim de transformar a RU em laboratório e veículo de formação de profissionais de comunicação. Em uma mudança na hierarquia da emissora, o reitor Paulo de Bastos Perillo revoga a medida que designa os professores Hélio Furtado do Amaral e Paulo Marins aos cargos de superintendente e coordenador didático, respectivamente, restabelecendo a administração da emissora à Reitoria. Assim, o reitor assina uma portaria que designa o radialista Antônio de Pádua J. Reis para fiscalizar e superintender

todas as atividades da RU. O antigo superintendente fica responsável por vincular o curso de Jornalismo à RU, para dar espaço ao trabalho dos alunos, estes responsáveis pelos projetos culturais e educativos, que contam com colaboração do Instituto de Artes, da Faculdade de Educação e com os coordenadores de Estudos de Problemas Brasileiros.

Paulo Perillo chega a dar autonomia da RU ao Departamento de Comunicação do Instituto de Ciências Humanas e Letras, mas diante dos problemas encontrados, uma nova reestruturação é proposta para a emissora, principalmente para não sobrecarregar o curso de Jornalismo, que até então contava com apenas 10 professores que deveriam ministrar 38 matérias.

O ex-superintendente da Rádio Universitária, Hélio Furtado, alega na época que existe uma divergência entre o Departamento de Comunicação e a Diretoria da RU. O primeiro quer implementar um caráter educativo e laboratorial, já o segundo um caráter mais profissional. Furtado propõe uma reformulação para a emissora:

a) procurar uma qualidade de conteúdo adequado aos objetivos básicos da UFG: ensino e pesquisa;

b) produção de conteúdo cultural e educativo a partir de um sistema radiofônico, que exige uma complexidade de administração de trílice perspectiva: estrutura de comunicação, de cultural e de educação;

c) veicular o planejamento e a orientação da programação a um esquema grupal, por meio da instituição de conselhos executivos/consultivos, cabendo ao atual sistema funcional a execução da programação.

Hélio Furtado ganha o apoio do diretor de Ciências Humanas e Letras da UFG, Vonivar Campos Araújo, mas o superintendente da época, Antônio de Pádua Reis, afirma desconhecer qualquer divergência entre os departamentos, alegando que a RU se submete aos requisitos comuns como qualquer rádio comercial. Ao jornal *Cinco de Março*, de 29 de agosto de 1976, Vonivar diz:

Acho errado a Rádio Universitária, que é um órgão de divulgação da Universidade Federal de Goiás e que, por sua vez, possui um curso de Comunicação, ser dirigida por uma pessoa não habilitada profissionalmente. É um desestímulo para os estudantes o fato de fazerem Comunicação e não ocuparem os cargos da profissão. A Lei 972, que regula a profissão, é taxativa, quando diz que os cargos de chefia são exclusivos de profissionais em situação regulamentada por essa lei.

O ano de 1978 é fatídico para a RU. No final do mês de fevereiro, a Engenharia e Construções S.A. (ESUSA) leva um relatório ao diretor da emissora, Nelson Lopes Figueiredo, alertando sobre o estado emergencial em que se encontra o prédio da emissora. O relatório sugere sua desocupação imediata e a execução de algumas obras no local. O recomendável é que a desocupação do prédio seja feita pela Secretaria de Ação Urbana, trinta dias antes de sua interdição do prédio. Como o prazo não é respeitado, funcionários e estagiários ficam apreensivos quanto ao risco que correm. Abaixo segue um trecho do relatório:

Tendo em vista que a desocupação e a remoção do prédio da RU não foram ainda efetivadas, temos a informar que nas atuais circunstâncias, sem que haja uma providência imediata e definida do órgão competente, não mais podemos assumir as responsabilidades quanto aos possíveis riscos de danos materiais e humanos, que oferecem o prédio local, pelo seguinte:

[...]

Informamos ainda, que se a liberação da RU estivesse sido efetivada a tempo, poderíamos ter evitado uma série de prejuízos, inclusive do desabamento de dois barracões situados na outra margem do córrego. Desta maneira, a canalização neste trecho até a Avenida Universitária já poderia estar concluída.

Solicitamos, desta maneira, providências imediatas, que apesar dos nossos empenhos pela segurança do talude do prédio, com a execução de cortinas de concreto e madeira, incluindo a contratação de uma firma especializada para este serviço, não nos alivia em sua segurança, em decorrência das chuvas que se precipitam diariamente nesta capital.

No dia 28 de abril desse mesmo ano, o prédio da emissora, localizado na Alameda Botafogo, é destruído por um incêndio, em que parte dos registros da história da RU é perdida. O curioso é que não há informações claras sobre o fato, que não tem cobertura de jornais da época. Mesmo após o incêndio, a emissora não sai do ar, e isso graças a um estúdio que é improvisado junto aos transmissores por um ano. A inauguração da nova sede, em abril de 1979, situada na Alameda das Rosas, no Setor Oeste, conta com a presença do ministro de Educação da época, Eduardo Portela.

Ainda hoje funcionando nessa sede, na emissora estão alojados os setores de administração, produção e radiojornalismo. Na transferência, o estúdio permanece com transmissores de caráter provisório. Em agosto de 1979 eles são definitivamente transferidos para a nova sede (Jornal *Cinco de Março*, 1979).

Com a mudança de sede, a RU traça planos para melhor aproveitamento do espaço físico. Dentre eles está a sonorização de todo complexo Lago das Rosas/Horto Florestal, com o objetivo de conjugar esse complexo com o Centro Integrado de Cultura que é futuramente implantado. A estrutura física da emissora continha salas de Diretoria Administrativa, Conselho Deliberativo, Diretoria Artística, Secretaria, Redação, Pesquisa, Estudo, Estagiários, Discoteca Popular, Discoteca Clássica, Oficina de Reparos, Almojarifado, Copa e três instalações sanitárias.

Um transmissor de reserva SNE de 1.000 kilowatts é adquirido. A antena é mudada de lugar e são recuperados o sistema irradiante e o antigo transmissor. O quadro de pessoal passa a ser composto de 49 funcionários, sendo 21 admitidos pela UFG, 4 pela Associação dos Servidores da Universidade Federal de Goiás (Asufego), 11 cedidos por convênio e 13 estagiários. É criado, na mesma época, o Conselho Deliberativo, previsto no artigo 6º do Regimento Interno da Rádio, que atua junto ao Reitor e à Diretoria Executiva, compostos pelos professores Marcus Antonio Brito de Fleury, presidente; Euler de Amorim, secretário; e Hélio Furtado do Amaral, membro.

Tais mudanças surtem efeitos que se refletem na audiência da emissora. Uma pesquisa Serpes aponta a RU como a segunda rádio mais ouvida em ondas médias de Goiânia. Nessa época é iniciada a abertura ecumenista da emissora.

Conquistando estabilidade no funcionamento da emissora, o laboratório de comunicação, fruto do projeto do diretor Nelson Lopes Figueiredo, permite a participação dos alunos dentro da rádio, com horários especiais programados para a música popular brasileira e os clássicos internacionais.

Ainda em 1978, seis horas diárias da programação da rádio são de responsabilidade dos estudantes bolsistas de jornalismo e comunicação. Em 1979, é criada a Diretoria de Estágios, sob a coordenação do professor Venerando Ribeiro de Campos. O Departamento de Comunicação da UFG é integrado ao dia a dia da emissora e os alunos dos cursos de Comunicação passam a receber aulas práticas dentro da própria RU. O *Jornal Opção* de 2 de novembro de 1980 noticia a participação dos estudantes de comunicação na programação da rádio:

Muita gente que hoje sintoniza os 1.400 quilohertz da Rádio Universitária, cujo som de um quilowatt está perfeito, não imagina a dificuldade que foi a concessão de seis horas para exercício, prática e trabalho de 13 estudantes de jornalismo. Para o reconhecimento do curso de Jornalismo, o Conselho Federal de Educação exigiu que o

Departamento de Comunicação tivesse uma rádio, um estúdio de televisão e uma imprensa, bem equipados. Tudo isto foi apresentado ao CFE, que acabou aprovando o curso. No entanto, a prática demonstrou que nem a rádio, nem a imprensa, possuíam qualquer vínculo com o Departamento. O próprio estúdio de televisão, instalado nas dependências do Instituto de Ciências Humanas e Letras, pouco ou nada tinha a ver com os estudantes. O professor não deixava o aluno se aproximar das câmaras com medo que estas se esborrachassem no chão. Mas, aos poucos, foram vendo que os estudantes não tinham mãos tão inseguras assim.

No final de 1981, o Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel), órgão do Ministério das Comunicações, dá um prazo para a RU aumentar sua potência para 2,5 kW. Caso não cumprisse, a emissora seria fechada. *A Folha de Goiaz* de 7 de novembro de 1981 informa:

Nelson Figueiredo informou que enviou em outubro um ofício ao reitor, comunicando o plano do Ministério (das Comunicações) e a necessidade de se adquirir um novo transmissor de 2,5 Kw, avaliado em 4 milhões de cruzeiros. 'Além disso, a emissora necessitaria ainda de 500 mil cruzeiros para processar algumas mudanças no sistema de irradiação', informou Nelson.

O jornal também informa que a rádio estava aguardando o material, pois a compra dependia de uma licitação por parte da Divisão de Material da UFG. Além disso, um vazamento de água provocava uma inundação no estúdio 1, o que ocasionava a paralisação no funcionamento da rádio durante a noite, mas nenhum material foi danificado.

No início de 1982, o diretor da rádio Nelson Figueiredo coloca seu cargo à disposição, apesar de anunciar que os problemas que a RU havia enfrentado já haviam se resolvido. O jornal *Diário da Manhã* de 12 de janeiro relata a mudança na diretoria da rádio e a ausência de um diretor artístico:

Até hoje, a rádio da UFG está sem um diretor artístico, cargo que deverá ser ocupado por uma pessoa ligada à área de Comunicação. Quanto ao diretor administrativo, há uma dúvida na equipe da reitoria: não sabe se nomeia um administrador ou técnico em Comunicação. O Pró-Reitor de Graduação Joel Pimentel Ulhoa está estudando o assunto.

A Portaria 137/82, assinada pela então reitora, Maria do Rosário Cassimiro,

nomeia os professores Francisco Eduardo Ponte Pierre, Venerando Ribeiro Campos e Hélio Furtado do Amaral para a direção da RU. Os três tinham a principal tarefa de estudar e apresentar, no prazo estipulado de 120 dias, um plano objetivo sobre a rádio. Com estes três professores dirigindo a RU, mesmo que *pro tempore*, a reitora atende a uma reivindicação antiga do Departamento de Comunicação Social: a de que a rádio ser dirigida por professores do próprio departamento, uma vez que a emissora é laboratório dos alunos do curso de Comunicação, cuja regulamentação se dá em virtude do Conselho Federal de Educação exigir a existência, entre outras, de uma emissora de rádio (*O Popular*, 21 jan. 1982).

Em agosto de 1982, com a queima de um transformador, a RU fica aproximadamente dez dias fora do ar. O diretor da época, Francisco Eduardo Pontes Pierre, justifica que em Goiânia não há válvulas disponíveis para compra. Além disso, um novo transmissor já estava sendo solicitado havia três meses antes à reitoria, pois a potência da emissora estava fraca antes mesmo da queima do transformador e a mudança das válvulas já havia sido solicitada. O novo plano básico pretendia aumentar a potência da RU para 2,5 e 1, dentro do sistema de radiação direcional (*Diário da Manhã*, 11 ago. 1982). Dentel dá um prazo de trinta dias para a regularização do sinal, do contrário, a licença da emissora seria cassada. Dentro de dez dias a situação retornava à normalidade, registrando-se que a paralisação não havia trazido prejuízo financeiro, pois o funcionamento da RU não dependia de publicidade.

No começo da década de 1990, a RU tenta trazer de volta à sua grade de programação alguns programas pioneiros e/ou outros que obtiveram algum sucesso junto ao público. O jornal *Diário da Manhã*, de 21 de outubro de 1991, anunciava a volta de *O Pó de Anjo* que, segundo a reportagem, é o único programa dedicado ao *rock* em Goiânia. Ele volta pela iniciativa de um grupo de estudantes do curso de Radialismo.

Em 1996, a emissora sofre modificações na sua estrutura e na sua programação. A Rádio passa a ser de 20 Kw<sup>2</sup> e ter 870 Khz de frequência. Em relação à programação, realiza-se o I Seminário Interno da Rádio Universitária, encontro que busca refletir sobre o trabalho que a emissora executa e objetiva propor novas diretrizes e reforçar suas finalidades, a saber, educativa, cultural e acadêmica.

#### **4.2 Produção de conteúdo jornalístico**

A atual programação jornalística da RU é produzida por cinco profissionais do



departamento de jornalismo com o auxílio de trinta estudantes<sup>7</sup> da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia (Facomb) da UFG, além de parcerias com educadores, pesquisadores, artistas e emissoras nacionais e internacionais como a Radiobrás, Rádio MEC, Rádio Nacional, Rádio França Internacional, entre outras. Todos são responsáveis por desenvolver atividades em diferentes áreas de interesse público, como educação, saúde, política, artes etc. Isso é feito por meio de reportagens, *flashes*, entrevistas e quadros temáticos. No que diz respeito exclusivamente aos programas produzidos pelos profissionais de jornalismo, a RU conta com as seguintes produções, que vão ao ar de segunda a sexta-feira:

- *Intercâmpus*, com Ana Flávia Pereira, às 9 h e reprise às 15 h;
- *Mundo Universitário*, com Augusta Faria, às 10 e reprise às 14 h;
- *Conversa com o Reitor*, com Josete Bringel, às 11 h e reprise às 15h55;
- quadros e notas que vão ao ar durante a programação, com Cida Dias e Maria Olina de Barros Carneiro;
- *Matinê*, com Rodrigo Oliveira, às 16h30.

A questão do isolamento, um dos itens mais comentados durante as entrevistas, consistia na distância formada entre os programas, em razão da falta de interação entre os próprios profissionais que os produziam, em especial, entre profissionais e estagiários. O jornalista Rodrigo Marcelo de Oliveira exemplifica esse problema ao citar que, no *site* da RU, a programação estava incompleta, pois “falta(va) união das equipes, comunicação interna”. A ausência de integração é ainda reforçada, implicitamente, quando o jornalista diz: “apesar de eu trabalhar aqui do lado dos estudantes, não me sobra tempo para noticiar no *site* as duas partes”. Rodrigo, então, divide os integrantes da emissora em partes – o lado estudantil e o lado profissional –, divisão esta que é prejudicial à união da equipe, visto que são tratados de maneira diferentes, quando na verdade são igualmente responsáveis pela RU.

A jornalista Maria Olina também comenta esta divisão:

Como você sabe, a rádio tem um espaço dedicado aos estudantes de Comunicação Social, mas, no que se refere aos profissionais, a gente procura destacar as informações relativas à universidade, não apenas as locais, mas com enfoques nacionais e internacionais.

---

<sup>7</sup> Os estudantes estão na rádio cursando disciplinas da grande curricular de suas graduações, tanto as de perfil ordinário quanto as livres. Isso não se caracteriza um estágio formal, mas sim como parte do próprio curso de graduação.

Ela também comenta a falta de diálogo com os estudantes: “hoje nós não fazemos mais o acompanhamento dos estudantes, mas foi um momento muito bom (quando fazíamos) e eu participei dessa experiência”. Ela afirma ainda que os profissionais se reúnem para traçar o planejamento estratégico da RU, mas nada comenta sobre as reuniões de planejamento estratégico, questão-chave da pergunta feita a ela.

O jornalista Itamar Pires afirma não saber claramente quais os programas produzidos por jornalistas da RU. Isso mostra que as produções jornalísticas não são definidas em conjunto, razão por que é impossível ao grupo compreender exatamente o que é de fato relevante para a sociedade. A seleção dos temas noticiados é feita, conseqüentemente, a partir de critérios particulares e de gostos pessoais dos profissionais. A jornalista Josete Bringel exemplifica essa questão ao comentar a falta de uma reunião de pauta:

[...] esporadicamente, a gente faz reuniões [...]. Por exemplo, tem aqui a Ana Flávia, ela sabe que tem que dar prioridade à cobertura da universidade. A Augusta sabe que tem que dar prioridade à cobertura em geral das instituições de ensino superior, que é o programa dela que fala de bolsas, de atividades, de educação em geral, inclusive o vestibular está dentro do programa dela. [...]. A Ana Flávia sabe e eu monitoro todos os dias. A primeira coisa que eu faço é abrir o *site* da UFG e ver o que que tem que pode dar pauta, se tem, eu vou lá na Ana Flávia e digo “você viu?”.

A escolha pessoal de pautas veiculadas nos programas jornalísticos da RU é feita pensando em uma RU autônoma, em relação a seu órgão superior, a UFG, fato confirmado pela fala do diretor da emissora, Roberto Nunes. Esta situação reflete a proposta inicial da criação de um veículo público. Para ele, a RU deve levar o conhecimento produzido pelas universidades à população, mas isso não significa dependência da instituição:

Outro aspecto é que a rádio, pelo seu caráter público e por suas características, tem certa autonomia em relação à UFG. Essa autonomia lhe confere a possibilidade de, por exemplo, questionar o reitor sobre coisas que estão acontecendo na universidade. A rádio tem a possibilidade através de seus produtores, sejam profissionais ou os próprios estudantes orientados pelos professores, de perguntar qualquer coisa para qualquer autoridade, evidentemente seguindo os preceitos do bom jornalismo, do jornalismo público, de interesse público. (Depoimento de Roberto Nunes).

A autonomia e o caráter público da RU estão relacionados, aparentemente, com

sua própria filosofia, que preza pela cultura, educação e ambiente acadêmico. Entretanto, estes elementos são desenvolvidos muito mais pela dinâmica de trabalho do que por uma questão de jornalismo público. O fato da RU ser independente da publicidade privada e da influência do governo sob a programação, confere ao veículo maior possibilidade de questionamentos e coberturas por ângulos diferenciados, o que possivelmente não aconteceria com emissoras comerciais. Isso, contudo, se dá de forma sistematizada, pois é prática de um voluntarismo de caráter individual, e não é necessariamente política da emissora. Nem mesmo o diretor da RU interfere nas pautas, pois sua função está mais focada na burocracia que envolve a parte administrativa.

Além da não interferência da Universidade no funcionamento interno da emissora e da falta de reunião de pauta, outro fator surge como decisivo quanto ao isolamento desses jornalistas e dos programas: a reduzida equipe de redação. Com poucos profissionais na equipe de jornalistas, cada um deles é responsável por um programa, sem a intervenção dos outros companheiros de RU. O esquema de trabalho isolado é determinado no *I Seminário Interno da Rádio Universitária*, em que cada jornalista escolhe o programa pelo qual possui mais afinidade. Josete Bringel conta que todos exercem muitas funções na RU, o que ela define como uma “operação tapa buraco”. Josete, por exemplo, além de produzir o programa *Conversa com o Reitor*, coordena a equipe, produz matérias, edita e faz a locução. Ela acredita que é impossível fazer um programa de qualidade com equipe pequena, mas que melhores condições de trabalho são fundamentais. Logo se percebe que as condições de trabalho construídas ao longo de anos na RU transformam o jornalista em uma espécie de “proprietário” de seu programa, dando atenção somente a seu objeto de trabalho.

Um dos pilares da filosofia e do discurso da RU é a função educativa. O diretor da emissora, Roberto Nunes, explica que a programação educativa deve se preocupar, entre outras coisas, em abrir discussões que a mídia comercial geralmente não pauta. Ele cita a questão da audiência como principal fator responsável por esta omissão. Além disso, há outros aspectos:

Tem o aspecto cultural da rádio que é abrir espaço para as manifestações culturais, sejam elas folclóricas, de qualquer segmento da arte, música, teatro, banda de rock de garagem, movimentos sociais, então a rádio também tem esse aspecto que é próprio de rádio educativa e cultural. Então ela [rádio] tem várias funções, a função de pautar a mídia também. (Depoimento de Roberto Nunes).

O jornalista Rodrigo Oliveira afirma que o perfil educativo-cultural da emissora está associado ao noticiário da própria Universidade com o objetivo de prestar serviço à população. Entretanto, ele acusa haver falta de consciência dos funcionários a respeito deste quesito e desassocia programa educativo de jornalismo:

O perfil educativo cultural é informar mesmo o que está acontecendo na universidade ou, no caso do programa, no mundo do cinema. Por exemplo, no programa de cinema, não tenho nenhuma pretensão de fazer crítica de cinema, por exemplo. Ele é um noticiário em que, à medida que as coisas vão acontecendo, eu vou noticiando. Os filmes vão estreando, eu vou contando que eles vão estreando, sem nenhuma crítica cinematográfica. Então eu não sei se ele serviria como perfil educativo, ele é jornalístico mesmo. Mas também não sei se a rádio tem essa função educativa, talvez isso seja função da universidade e não da rádio, eu realmente não sei. Nas próprias reuniões que a gente tem aqui, internas, nas reuniões de planejamento estratégico, nós também não temos claro qual é a função da rádio. (Depoimento de Rodrigo Oliveira).

Neste contexto, os profissionais da RU enfatizam a questão de promover suas produções sempre pautadas no perfil educativo. Esta posição pode levar a uma primeira reflexão: a rádio, às vezes, assume a postura de detentora de um conhecimento que deve ser levado à população. Isto se torna mais explícito quando os jornalistas colocam o “outro olhar” que o jornalismo público possui. Signates e Boaratti (2002) afirmam:

[...] a emissora busca se distanciar do público, mantendo-se na posição discursiva de quem detém o conhecimento em oposição aos ouvintes, ou firmando-os discursivamente como inaptos para decidir o que é bom ou ruim, o que devem ou não ouvir.

Após a análise de rotina e de condições estruturais que a emissora proporciona, pode-se afirmar que o discurso institucionalizado e distanciado se torna evidente na programação musical. Levando em conta que na RU cada profissional produz seu programa de forma isolada, com interesses particulares influenciando a escolha das pautas, existem vários minidiscursos institucionalizados, em que cada profissional oferece a população o que considera mais importante de acordo com sua perspectiva pessoal. Logo, a abordagem discursiva utilizada na emissora não é homogênea. Por exemplo, a seleção musical de um programa muda de um dia para o outro, mesclando MPB clássica, com MPB contemporânea, com *rock* nacional. Essa discordância marca uma falta de personalidade que compromete a formação de uma identidade junto ao

público ouvinte.

No campo jornalístico, esse conflito também aparece. Notas informativas com conteúdo similar são veiculadas no mesmo dia da programação da emissora, pelo fato de o jornalista responsável pela informação daquela faixa da programação ser diferente do que elabora o conteúdo de outra. Tudo isso evidencia a falta de diálogo e sintonia entre a equipe e demonstra que os discursos são múltiplos dentro da RU. Ou seja, cada um coordena aquilo que lhe diz respeito e não se envolve com o restante da programação da rádio.

Outro discurso muito citado nas entrevistas realizadas com os profissionais do departamento de jornalismo da emissora diz respeito ao compromisso público que a RU possui. Vale lembrar que a RU não tem um público-alvo. Não se sabe para quem ela produz. Logo, o conteúdo expresso corre o risco de estar distante do público. E essa distância é percebida nas entrevistas:

Eu que seleciono as notícias, eu que vou atrás [...] O jornal UFG semanal serve para pautar as coisas da própria Ascom, recebo a programação da assessoria de imprensa da Faculdade de Medicina, a Faculdade de Artes Visuais também me manda pontualmente [...]. (Depoimento de Rodrigo).

Este depoimento põe em xeque a participação do ouvinte na emissora.

Durante a entrevista, a jornalista Maria Olina parece se preocupar mais com o ouvinte:

A gente procura, ao dar a notícia, contar. A gente busca [...] uma linguagem simples, direta. [...] A nossa característica maior é que a gente tenta prender, segurar nosso ouvinte, pela qualidade da informação, pelo valor dela, atendendo todas as áreas do conhecimento humano.

Parece existir, na RU, uma preocupação, mas não uma ação efetiva de atender ao interesse público. Sobre seu discurso, Maria Olina, que parece mais atenta a essa questão, ressalva:

Eu fazia o *Espaço Maior*, programa que dava espaço às comunidades de bairro. Foi muito marcante. A maioria das pessoas me aborda e lembra. Um dos primeiros entrevistados do programa até hoje visita a rádio. [...] Estudantes procuram a rádio para a questão do vestibular. [...] O objetivo é deixar o estudante e, mesmo o graduado, bem informado em relação ao mercado de trabalho e a esse contexto todo que envolve esses profissionais ou futuros profissionais.

Porém, mesmo com esta preocupação, é perceptível que na RU não se empenha em criar uma esfera pública de discussão social e política satisfatória. A emissora ainda se deixa influenciar por critérios internos, colocando em segundo plano aqueles que, de fato, são relativos ao interesse público. Por exemplo: um programa que poderia contribuir mais para estabelecer esse diálogo com o público, como o *Espaço Maior*, apresentado por Maria Olina, é retirado do ar por motivos internos.

Outro exemplo de que as condições internas se sobrepõem ao interesse da audiência é falta de profissionais, fator determinante para que programas tradicionais da emissora, que contava com respaldo do público, como *Vestibular*, saiam do ar. Isso mostra o quanto é possível questionar a postura da RU quanto ao compromisso com o público. Se existe o objetivo de levar informação de qualidade ao ouvinte diariamente, até que ponto estes problemas internos prejudicam a qualidade da programação e o compromisso com o jornalismo público?

Outra questão que chama a atenção nas entrevistas é o desconhecimento dos estudantes, funcionários da UFG e da população em geral quanto à existência da RU. Nenhum dos ouvintes entrevistados e escolhidos de forma aleatória no cadastro de ouvintes da rádio tinha vínculo com a universidade. A falta de recursos para a administração da emissora é fator que se destaca como uma das causas desse desconhecimento. Se não há volume de recursos suficiente para tornar este veículo um meio de grande presença nos debates sociais, o objetivo de divulgar o que tem de melhor em cultura, cidadania e etc. não é alcançado. Josete Bringel propõe uma integração maior entre a Assessoria de Comunicação da UFG (Ascom) e a Faculdade de Comunicação e Bibliotecomia (Facomb), como alternativa de melhoria para o jornalismo público produzido pela emissora. Para ela, a universidade “ainda não entendeu o papel da rádio dentro da instituição”.

Sobre essa questão, Itamar Pires opina:

[...] o que seria interessante: a televisão da UFG divulgar a rádio da UFG e a rádio da UFG divulgar a TV da UFG, né? Ou seja, essa integração... Não acontecer como acontece hoje, por exemplo, no *campus* universitário se ouve outras rádios. É dentro da universidade. Ou seja, seria lógico que o sistema de sonorização passivo da universidade fosse feito com o sinal da rádio da universidade e não com o sinal de alguma outra rádio por aí como, às vezes, acontece. A gente vê em lugares da administração central da universidade, os radinhos lá sintonizados em outras emissoras. É um absurdo! É o dono

da pizzaria ligando pra pizzaria do concorrente pra encomendar pizza pra levar para família dele! Uai! É esquisito!

Outro ponto que merece destaque é até que ponto há motivação para que os jornalistas ingressem na RU. Quando perguntado sobre o que mais desperta a atenção dos profissionais concursados para que optassem por esse trabalho a maioria cita o fator estabilidade do emprego. Logo, a questão do interesse de se praticar jornalismo em uma emissora pública como incentivo não é um elemento que figura entre os mais importantes da lista de preferências.

Apesar disso, a jornalista Josete Bringel acredita na comunicação pública:

O objetivo da comunicação pública é, no mínimo, despertar na comunidade que existem outras coisas acontecendo, que não estão no monopólio da comunicação. Assim é fazer a comunicação pública, sem querer ser igual à comunicação privada. Sem querer ser igual, sem copiar modelo, criar o seu próprio modelo de comunicação pública. Descobrir este modelo que, na minha opinião, é voltado para os valores sociais, para a discussão dos problemas sociais, para a desmistificação de alguns estigmas, de alguns mitos criados pela própria comunicação privada [...].

Quando a jornalista cita as discussões de problemas sociais leva-se a crer na existência de um diálogo com a população, o que não acontece, mas que deveria ser elemento fundamental em uma emissora pública. Os conteúdos produzidos na RU desconsideram, em grande parte, o diálogo com a sociedade e ficam imersos nas rodas internas de interesses e gostos particulares dos profissionais, no circuito da Universidade e na ausência de discussão conceitual sobre o que é, de fato, a função do jornalismo praticado na emissora. Isso pode ser conferido quando investigada a escolha das notícias que são veiculadas. A maioria das respostas apresenta as notícias da internet como principal fonte. Quando a jornalista Ana Flávia é perguntada sobre o papel que a RU exerce no jornalismo público, ela mostra as limitações da emissora:

Eu acho que não, porque a estrutura da RU é complicada, é muito débil. É uma rádio AM, de difícil sintonia, tem uma equipe pequena. Eu acho que deixa muito a desejar, podia ser muito melhor. Mas, na medida do possível, com as condições que a gente tem, a gente faz o que é possível.

Por mais que se tenha em mente que o veículo deva produzir jornalismo público, as dificuldades estruturais impedem que essa produção seja vista dessa forma

até pelas pessoas que trabalham na própria emissora. Assim, com tantos entraves, torna-se uma tarefa penosa transformar um ouvinte das emissoras de perfil comercial em público cativo da RU.

É importante considerar algumas falas do jornalista Itamar Pires Ribeiro quando se comentam os dois projetos de programas que produz:

*O Histórias de músicas* vai fornecer ao ouvinte informações sobre aquela faixa, não apenas informações de caráter técnico – quando foi gravada, história das músicas, essas coisas –, mas também informações de natureza cultural, que permitam situar aquela música em determinado contexto histórico. [...] No *Grandes nomes da literatura no rádio*, a idéia é trabalhar com 48 nomes da literatura em língua portuguesa [...] para que o ouvinte tenha noção dos grandes nomes dos autores de sua língua. [...] Não vão ser leituras de poemas, são informações sobre a obra.

A necessidade de se produzir localmente, e não a de reproduzir conteúdos, que Itamar coloca como primordial, demonstra interesse em relação ao ouvinte, mesmo que este camufle o já discutido discurso institucionalizado. Por outro lado, o jornalista parece estar certo de que sua contribuição é satisfatória para a elevação da cidadania e da educação de seu público, mesmo que sua fala não demonstre que isso se dê sem o olhar elitizado do portador de uma cultura letrada.

O que se pode observar nas entrevistas realizadas é que os jornalistas possuem uma preocupação com o ouvinte, mas uma preocupação mais associada aos interesses e gostos próprios. Além disso, essa preocupação é baseada na imaginação, no “achismo”, já que não se tem um material de pesquisa sobre o que é de interesse ou não dos ouvintes.

Sobre a independência financeira, característica elementar para que o veículo seja considerado público, a RU tem suas mãos completamente atadas. Segundo o diretor da rádio, Roberto Nunes, “99% do recurso para manutenção da emissora vêm da UFG”. Não existe uma quantia real para que a direção da rádio invista em determinado equipamento ou contratação profissionais, já que todas essas despesas passam pela reitoria da Universidade. Esta é responsável por distribuir os gastos, desde a manutenção de equipamentos, aquisição de novos, folha salarial, gastos operacionais como transporte, água, energia, reformas na estrutura física, aquisição de músicas para o acervo da rádio etc. Para tudo que envolve dispêndio de recursos a RU precisa contar com o suporte da administração central da UFG.



Ainda segundo Nunes, algumas alternativas para minimizar o problema de captação de recursos para a RU são pensadas. Entre elas está a busca de verba dos governos municipal, estadual e federal para determinados programas, por meio de apoio cultural. Contudo, a falta de força política da rádio para negociar valores mais altos e a falta de periodicidade nos pagamentos por parte dos entes públicos dificultam a ação. Além disso, parcerias com sindicatos e movimentos sociais também firmadas apresentam baixo volume de recursos.

Contudo, mesmo com essas amarras financeiras, a RU ainda é privilegiada no cenário de rádios goianas, pois não participa da briga convencional do mercado publicitário para garantir sua manutenção mínima. Esse é um ponto que deve ser destacado, pois se mostra como um importante diferencial da RU.

Acerca da autonomia de gestão, percebe-se que a RU também tem limitações. Para chegar aos postos-chave da emissora (direção-geral e coordenações de jornalismo, artística e técnica) é necessário vencer uma votação interna. Os professores e estudantes da Facomb e servidores técnico-administrativos lotados na RU que têm direito a voto, com diferentes peso de decisão. Eleitos os vencedores, os nomes são enviados à reitoria da UFG para que o reitor aceite ou não o que foi escolhido pelo voto. Novamente, embora ainda não seja a autonomia ideal, a emissora mostra pontos positivos. A consulta entre os entes com interesse direto na administração da emissora é inegavelmente uma lógica diferenciada do que acontece rotineiramente nas rádios de perfil comercial.

### **4.3. Análise de conteúdo**

Para definir o caráter da programação que vai ao ar na RU, foi feita a audição ininterrupta de todo o conteúdo veiculado por sete dias, de 26 de março de 2008 ao dia 1º de abril de 2008. Quanto à forma, faz-se uma comparação entre o que vai ao ar de fato e seu tempo de duração, confrontando os dados com o que é previsto na grade. Depois disso, dividem-se os programas em cinco categorias, que levam em conta o conteúdo veiculado, para que seja definida qual a predominância de estilos dentro da grade da RU. A divisão é feita em programas Informativos, de Entretenimento, Musicais, Educativos e Híbridos. Eles podem ser divididos de outras formas, mas a proposta da RU preza pela simplicidade de categorização.

Além dessa divisão, criam-se três blocos maiores que se referem à produção de conteúdo, identificando os responsáveis pelo programa que vai ao ar, que são o bloco

dos profissionais da RU, dos estagiários e dos colaboradores. Para facilitar o trabalho desse levantamento, procedeu-se à seguinte padronização:

- Dias: em quais dias da semana o programa vai ao ar;
- Horários: em que horas é prevista a entrada no ar;
- Duração: quantos minutos de programa são previstos;
- Transmissão: o tempo real que o programa foi ao ar;
- Programador: pessoa responsável pelo programa;
- Conteúdo: breve resumo do que trata o programa;
- Classificação: categoria a que pertence o programa;
- Blocos: os profissionais da RU e bloco dos estagiários.

Como estratégia de definição, existe a padronização dos programas, definindo uma duração mínima de trinta minutos e máxima de duas horas. Já os programetes são os que têm tempo mínimo de cinco minutos e máximo de quinze minutos.

Os programas são os seguintes:

#### 1. Programa: Rede Rádio MEC

Dias: segunda a domingo

Horários: segunda a sexta-feira, de 22 às 7 h; sábado e domingo de 6 às 9h30

Duração: segunda-feira a sexta-feira, 9 horas; sábado e domingo, 3 horas e meia

Transmissão: atraso de 12 a 15 minutos no término de segunda a sexta-feira.

Programador: Rede Rádio MEC – o programa é produzido no Rio de Janeiro e no Distrito Federal

Conteúdo: musical

Classificação: Musical

#### 2. Programa: Programas especiais gravados pela Rede Sesc/Senac

Dias: segunda a sexta-feira

Horários: segunda, quarta e sexta-feira, de 7 às 7h15; terça e quinta-feira, de 7 às 7h30

Duração: segunda, quarta e sexta-feira, 15 minutos; terça e quinta-feira, 30 minutos

Transmissão: é inconstante. Por exemplo, em 31 de março não foi transmitido.

Nos dias de 15 minutos de duração em que há atraso do programa Rede Rádio MEC, ele é excluído da programação

Programador: Rede Sesc/Senac

Conteúdo: informativo e musical

Classificação: Híbrido.

### 3. Programa: Filosofia no Ar

Dias: segunda, quarta-feira e sexta-feira

Horários: 7h às 7h15

Duração: 15 minutos

Transmissão: segunda (31/03) e quarta-feira (26/03) foram ao ar com dois minutos de adiantamento

Programador: Prof. Gonçalo Palácio Armijos (colaborador da RU)

Conteúdo: discussão sobre temas do cotidiano calcada na reflexão filosófica e leituras específicas

Classificação: Educativo.

### 4. Programa: Conexão Rádio França Internacional

Dias: segunda a sexta-feira

Horário: 7h30 às 8h

Duração: 30 minutos

Transmissão: na sexta-feira (28/03) atrasou o término em cinco minutos

Programador: Rádio França Internacional

Conteúdo: notícias internacionais direto de Paris. Nos intervalos das notícias transmite músicas

Classificação: Híbrido.

### 5. Programa: Brasileiríssimas

Dias: segunda a sexta-feira

Horários: segunda, de 8 às 11h30; demais dias, de 8 às 12h

Duração: segunda-feira, 3 horas e meia; demais dias, 4 horas

Transmissão: 26/03 – atraso de 5 minutos para começar; 31/03 e 1/04 – atraso de 1 minuto para começar; 01/04 – atraso de 1 minuto para terminar

Programador: musicais – Fernando Leite, Sérgio Pato e Geni Gomes; informativo – Cida Dias, Maria Olina e Josete Bringel

Conteúdo: Informativo – programetes com material produzido na UFG; quadros temáticos de meio ambiente, saúde, utilidade pública e eventos musicais; Musical – música popular brasileira

Classificação: Híbrido

Programetes que estão dentro do *Brasileiríssimas*:

#### 5.1. Programa: Programa Intercampus

Dias: segunda a sexta-feira.

Horários: 9 às 9h05 e 15 às 15h05

Duração: 5 minutos

Transmissão: 28/03 – não foi transmitido a tarde e entrou uma reportagem sobre previdência social. Um pouco mais tarde entrou um programa, que não aparece na grade, denominado de *Conversa com o Reitor*, sobre o projeto Reuni

Programadores: Maria Olina e Josete Bringel

Conteúdo: notícias e eventos da UFG e demais universidades e faculdades goianas

Classificação: Informativo

Programete do bloco dos jornalistas.

#### 5.2. Programa: Mundo Universitário

Dias: segunda a sexta-feira

Horários: 10 às 10h15 e 14 às 14h15.

Duração: 15 minutos

Transmissão: 26/03 – o programa transmitido de 8h45 às 9h, com 1 hora e 15 minutos de adiantamento; 27/03 – adiantamento de 1 minuto no início do programa da manhã e de 2 minutos no término do mesmo programa; 28/03 – atraso de 2 minutos no término dos programas

Programadores: Maria Olina e Josete Bringel

Conteúdo: Notícias sobre matrículas, vestibulares e eventos de universidades e faculdades de todo o País

Classificação: Informativo.

#### 6. Programa: Voz da Mulher

Dia: segunda-feira

Horário: 11h30 às 12h

Duração: 30 minutos

Transmissão: conforme previsto

Programador: Rede de Mulheres de Rádio de Goiás (colaboradores da RU)

Conteúdo: revista direcionada ao público feminino, com notícias, músicas, artes e reportagens

Classificação: Híbrido.

#### 7. Programa: Sala de Concertos

Dias: segunda a sábado

Horários: 12 às 14h de segunda a sexta-feira, das 12 às 13h no sábado

Duração: 2 horas.

Transmissão: 31/03 – atraso de 1 minuto no término; 01/04 – atraso de 1 minuto no início

Programadora: Fernanda Furtado (colaboradora da RU)

Conteúdo: música erudita e clássica

Classificação: Musical.

#### 8. Programa: Música para Todos

Dias: segunda a sexta-feira

Horários: 14h15 às 15h e 15h05 às 16h30

Duração: 2 horas e 10 minutos

Transmissão: 26/03 – 5 minutos de atraso no início e 1 minuto de atraso término; 27/03 – *Acontece na UFG*, 1 minuto de atraso no término; 28/03 – 11 minutos de atraso no início

Programadores: Sérgio Pato e Fernando Leite  
Conteúdo: músicas de variados estilos de Pop/Rock  
Classificação: Musical.

#### 9. Programa: Matinê

Dias: segunda a sexta-feira  
Horários: 16h30 às 17h  
Duração: 30 minutos  
Transmissão: 26/03 – 2 minutos de atraso no início; 27/03 – 1 minuto de atraso no início  
Programador: Rodrigo de Oliveira  
Conteúdo: músicas de trilhas sonoras de filmes e informativo sobre produção cinematográfica  
Classificação: Híbrido.

#### 10. Programa: Panorama

Dias: segunda a sexta-feira  
Horários: 17h às 18h  
Duração: 1 hora  
Transmissão: 26/03 – 2 minutos de atraso no término; 31/03 – atraso de 1 minuto no término  
Programadores: estagiários do curso de Jornalismo da UFG, sob orientação de professores da Faculdade de Comunicação  
Conteúdo: programação musical e entrevistas ao vivo com integrantes de grupos musicais  
Classificação: Híbrido.

#### 11. Programa: Jornal das Seis

Dias: segunda a sexta-feira  
Horários: 18h às 18h30  
Duração: 30 minutos

Transmissão: 26/03 – 5 minutos de atraso no início e 3 no término; 27/03 – 3 minutos de atraso no término; 28/03 – 4 minutos de atraso no término; 31/03 – 1 minuto de atraso no início e no término; 01/04 – 3 minutos de atraso no início e 1 no término

Programadores: estagiários do curso de Jornalismo da UFG, sob orientação de professores da Faculdade de Comunicação

Conteúdo: notícias internacionais, nacionais e locais produzidas na RU, mas pautadas pela imprensa diária local e nacional

Classificação: Informativo.

## 12. Programa: Fanático Esporte Clube

Dias: segunda a sexta-feira

Horários: 18h30 às 19h

Duração: 30 minutos

Transmissão: 26/03 – 3 minutos de atraso no início; 27/03 – 3 minutos de atraso no início; 28/03 – 4 minutos de atraso no início; 31/03 – 1 minuto de atraso no início; 01/04 – 1m minuto de atraso no início

Programador: estagiários do curso de Jornalismo da UFG, sob orientação de professores da Faculdade de Comunicação

Conteúdo: esportivo exclusivamente sobre futebol; campeonatos, rodadas e negociações

Classificação: Informativo.

## 13. Programa: Voz do Brasil

Dias: segunda a sexta-feira

Horários: 19h às 20h

Duração: 1 hora

Transmissão: 26/03 – 2 minutos de atraso no término; 27/03 – 5 minutos de atraso no término; 28/03 – 5 minutos de atraso no término; 31/03 – 3 minutos de atraso no término; 01/04 – 3 minutos de atraso no término

Programador: Radiobrás.

Conteúdo: notícias dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário

Classificação: Informativo.

#### 14. Programa: Escola Brasil

Dias: segunda a sexta-feira

Horários: 20h às 20h30

Duração: 30 minutos

Transmissão: 26/03 – 4 minutos de atraso no início e término 8 minutos antes do previsto; 27/03 – 5 minutos de atraso no início e no término; 28/03 – 5 minutos de atraso no início e término 2 minutos antes do previsto; 31/03 – 3 minutos de atraso no início e 2 no término; 01/04 – 3 minutos de atraso no início

Programadores: Rádio MEC e organizações não governamentais

Conteúdo: exemplos de projetos educativos em todo o país

Classificação: Informativo.

#### 15. Programa: Café Brasil

Dia: segunda-feira

Horários: 20h30 às 21h

Duração: 30 minutos

Transmissão: 31/03 – 2 minutos de atraso no início e no término

Programador: Luciano Pires (colaborador da RU, mas que distribui o programa nacionalmente que é transmitido em várias emissoras)

Conteúdo: apresentação de poesias e contos de acordo com o tema abordado

Classificação: Entretenimento.

#### 16. Programa: Conexão Goiás

Dia: terça-feira

Horários: 20h30 às 21h

Duração: 30 minutos

Transmissão: 01/04 – término 5 minutos antes do previsto

Programador: Sérgio Pato

Conteúdo: apresentação de vida e obra de um artista goiano



Classificação: Informativo.

17. Programa: Doutores da Bola

Dias: quarta-feira, sábado e domingo

Horários: quarta-feira, das 20h30 às 22h

Duração: 1 hora e 30 minutos

Transmissão: 26/03 – 8 minutos de adiantamento no início e 33 minutos de atraso no término do programa; sábado e domingo não houve transmissão

Programadores: estagiários do curso de Jornalismo da UFG, sob orientação de professores da Faculdade de Comunicação

Conteúdo: notícias e comentários sobre campeonatos de futebol regionais e nacionais; notícias da Seleção Brasileira de Futebol e transmissão ao vivo de jogos

Classificação: Informativo.

18. Programa: Momento Bossa

Dia: quinta-feira

Horários: 20h30 às 21h

Duração: 30 minutos

Transmissão: 27/03 – 5 minutos de atraso no início e 4 minutos no término

Programador: Francisneide Cunha

Conteúdo: história de letras de músicas, de compositores e de intérpretes do gênero musical bossa nova

Classificação: Híbrido.

19. Programa: Remember

Dias: sexta-feira

Horários: 20h30 às 21h

Duração: 30 minutos

Transmissão: 1 minuto de atraso no início e 2 minutos de adiantamento no término

Programador: Geni Gomes  
Conteúdo: músicas internacionais de sucesso  
Classificação: Musical.

20. Programa: Poesia no Ar

Dias: segunda-feira  
Horários: 21h às 22h  
Duração: 1 hora  
Transmissão: 31/03 – 2 minutos de atraso no início e 3 minutos de atraso no término  
Programador: Geraldo Pereira (colaborador da RU)  
Conteúdo: conversa com convidados no estúdio sobre livros de poesias; há música nos intervalos  
Classificação: Híbrido.

21. Programa: Beatlemania

Dia: terça-feira  
Horários: 21h às 22h  
Duração: 1 hora  
Transmissão: conforme previsto  
Programador: João Sobreira  
Conteúdo: exclusivo com músicas, histórias e curiosidades sobre a banda *The Beatles*  
Classificação: Híbrido.

22. Programa: Flauta e Bandolim

Dia: quinta-feira.  
Horários: 21h às 22h  
Duração: 1 hora.  
Transmissão: 27/03 – 4 minutos no início e 6 minutos no término  
Programador: Clube do Choro de Goiânia

Conteúdo: músicas do estilo choro e notas informativas sobre o gênero musical  
Classificação: Híbrido.

#### 23. Programa: Universitária em Seresta

Dia: quarta-feira.

Horários: 21h às 22h

Duração: 1 hora

Transmissão: 28/03 – 5 minutos de atraso no início

Programador: João Sobreira

Conteúdo: apresentação de poesias e de canções seresteira.

Classificação: Entretenimento.

#### 24. Programa: Conexão Brasil

Dias: segunda, quarta e sexta-feira

Duração: de 5 a 10 minutos.

Transmissão: segunda-feira, 31/03, às 14h18, logo após o Mundo Universitário e antes do Música para Todos; quarta-feira, 26/03, às 14h10, após o Mundo Universitário; sexta-feira, 28/03, às 14h17, após o Mundo Universitário; sexta-feira, às 20h58, reprisou o mesmo programa que foi exibido de tarde

Programador: programa em rede nacional

Conteúdo: cultural, informações sobre música, bandas e artes de todas as regiões brasileiras

Classificação: Informativo.

Durante o final de semana, a Rádio MEC entra na programação em vários horários que não estão previstos na grade original do final de semana, que seria nos sábados e domingos de 6h às 9h30. No sábado analisado, a Rádio MEC ocupou o espaço da meia noite até as 9h. Além disso, voltou ao ar ao meio-dia e ficou até as 13h42, devido o atraso do programa Matéria Prima.

#### 25. Programa: Liberdade de Expressão

Dia: sábado

Horários: 9h às 9h30

Duração: 30 minutos

Transmissão: atraso de 2 minutos, mas ultrapassou seu horário normal em 10 minutos.

Programadores: Eri Ferreira e Ênio de Brito (colaboradores da RU).

Conteúdo: o programa é uma proposta de resgate da identidade cultural, no formato de mesa redonda e, geralmente, são três debatedores, que representam segmentos diferentes na mesa

Classificação: Informativo.

## 26. Programa: Fábulas Radiofônicas

Dia: sábado.

Horários: 9h30 às 9h50

Duração: 20 minutos

Transmissão: entrou no ar com 10 minutos de atraso devido o atraso do programa Liberdade de Expressão

Programador: Pedro Luzs (colaborador da RU)

Conteúdo: causos e músicas sertanejas de raiz

Classificação: Entretenimento.

## 27. Programa: Embarque Cultural

Dia: sábado

Horários: 10h às 11h

Duração: 1 hora

Transmissão: horário previsto

Programador: Márcia Ferreira (colaboradora da RU). Programa da Secretaria Municipal de Cultura em Parceria com a Rádio Universitária e a Casa de Cultura.

Conteúdo: há sorteio de CDs, livros e ingressos do cinema do Cine Ouro, além da programação musical e leitura de mensagens e textos

Classificação: Híbrido.

## 28. Programa: Banquete Esportivo

Dia: sábado

Horários: 11h ao meio-dia

Duração: 1 hora

Transmissão: horário previsto

Programadores: estagiários do curso de Jornalismo da UFG, sob orientação de professores da Faculdade de Comunicação

Conteúdo: boletins informativos sobre o esporte em Goiás, no Brasil e no mundo. O conteúdo é mais amplo que os outros programas esportivos da rádio com matérias mais detalhadas

Classificação: Informativo.

## 29. Programa: Matéria Prima

Dia: sábado

Horários: 13h às 16h

Duração: 3 horas

Transmissão: houve atraso e iniciou 13h42

Programadores: estagiários do curso de Jornalismo da UFG, sob orientação de professores da Faculdade de Comunicação

Conteúdo: revista cultural com temas variados, agenda de eventos, músicas e entrevistas

Classificação: Híbrido.

Às 16h é prevista a entrada do programa *Doutores da Bola*. Contudo, não houve transmissão no final de semana que serviu de base para esse estudo. Então, foi ao ar uma programação musical preparada pelos próprios estagiários da Facomb e, nos intervalos, vinhetas dos programas. Às 17h a Rádio MEC voltou ao ar para preencher o final da programação musical que cobriu o horário do *Doutores da Bola*.

## 24. Programa: Quadro a Quadro

Dia: sábado

Horários: 18h às 19h

Duração: 1 hora

Transmissão: horário previsto na grade

Programador: produzido pelos alunos de jornalismo da Faculdade Fasam

Conteúdo: além de cultura, música, informações, há também quadros esportivos.

Classificação: Híbrido.

A Rádio MEC voltou ao ar às 19h de sábado e foi até às 9h de domingo.

### 31. Programa: Viva a Vida da Pastoral da Criança

Dia: domingo

Horários: 11h às 12h

Duração: 1 hora

Transmissão: 3 minutos de atraso para entrar no ar

Programador: Pastoral da Criança (colaboradora da RU)

Conteúdo: dicas de saúde e entrevistas com agentes de saúde

Classificação: Educativo.

### 32. Programa: Programa Meus Sertões

Dia: domingo

Horários: 9h às 11h

Duração: 2 horas

Transmissão: atraso de 2 minutos

Programador: Farid Abreu (colaborador da RU)

Conteúdo: uma seleção de músicas sertanejas e causos

Classificação: Híbrido.

### 33. Programa: Programa Loaded e Zine

Dia: domingo

Horários: 19h.

Duração: 1 hora

Transmissão: horário previsto

Programador: Equipe Loaded (colaboradores da RU)

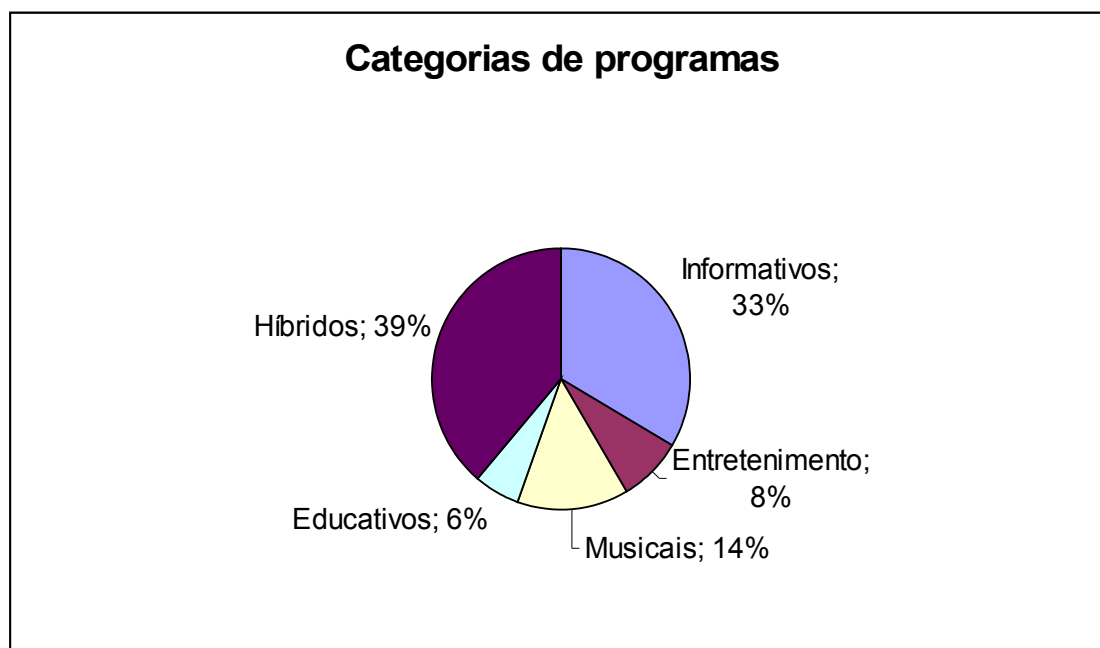
Conteúdo: o programa é gravado em São Paulo e transmitido em Goiânia, Paraná e Santa Catarina, com assuntos e músicas são voltados para o público jovem interessado em bandas de rock independente

Classificação: Musical.

O restante da programação do domingo foi da Rádio MEC. Das 11h20 às 15h, das 18h às 19h e das 20h à meia-noite.

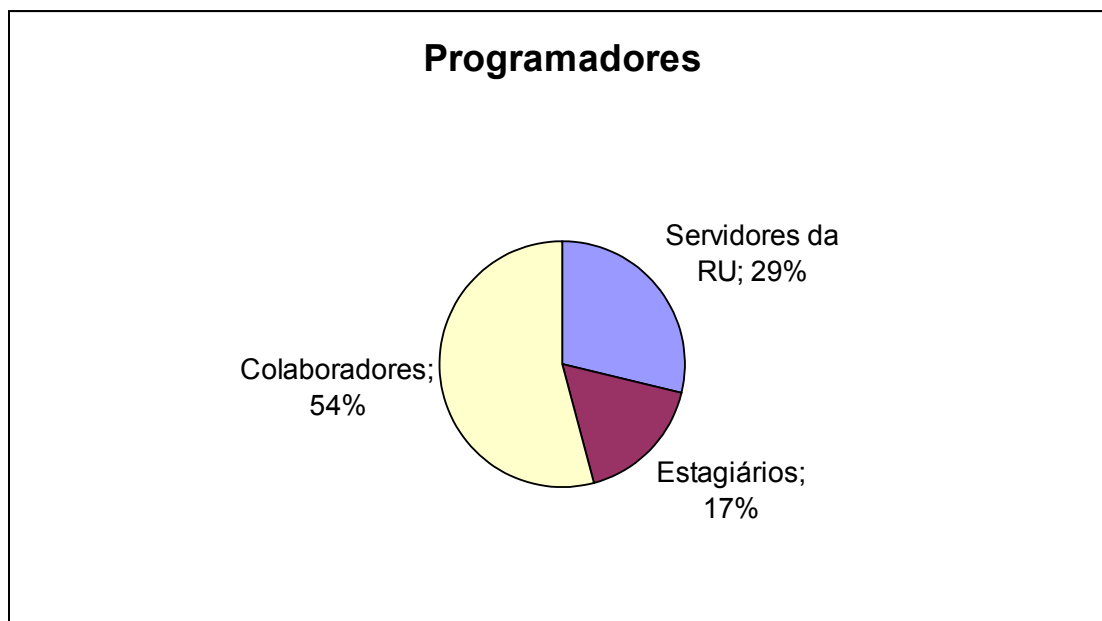
Em dados e porcentagem, verifica-se o seguinte:

<b>Categorias de programas</b>	<b>Quantidade</b>
Informativos	12
Entretenimento	3
Musicais	5
Educativos	2
Híbridos	14
<b>Total de programas e programetes</b>	<b>35</b>



<b>Programadores</b>	<b>Quantidade</b>
----------------------	-------------------

Servidores da RU	10
Estagiários	6
Colaboradores	19
<b>Total de programas e programetes</b>	<b>35</b>



Na audição dos programas gravados durante uma semana, verifica-se que a programação não segue rigidamente a grade montada ou os propósitos de uma rádio pública, pois contraria a lógica de Walter Clark, ao afirmar que TV não é programa, é programação. A RU não visa trabalhar toda a programação, mas sim o desenvolvimento de cada programa em si.

Embora tenha uma programação musical e cultural reconhecida por formadores de opinião de qualidade, a grade não prioriza o jornalismo ou o registro da realidade local. Ela está calcada em programas híbridos que encontram dificuldades de dialogar com ouvintes interessados em programas educativos, informativos ou de entretenimento. Sobre os programas musicais, os estilos prioritários na programação são a MPB e música clássica. Isso leva a um questionamento sobre o interesse do público-alvo: a RU deve atingir os jovens do ambiente acadêmico? Isso porque a RU trabalha com dois estilos musicais que destoam muito do universo juvenil de hoje. Se o público-alvo não são os jovens, qual seria então?

Nas lacunas existentes na programação, a grade é completada pela produção de outras rádios, como a Rádio MEC que, no jargão jornalístico, servem como um “calhau”



da RU. Isso é um subterfúgio perigoso que pode servir como muleta em determinadas ocasiões. Contudo, o tempo pode ser melhor aproveitado se fossem pensados programas para divulgar a produção de professores, alunos e de unidades da própria UFG. Além disso, a comunidade também poderia se apropriar desse espaço, através de programas de entrevistas, debates e divulgações culturais.

Em relação aos programas esportivos e jornalísticos produzidos pelos estudantes/estagiários da RU, percebe-se que não há um critério claro de noticiabilidade, ou seja, de importância, interesse, abrangência, impacto, atualidade consequência, proximidade, honestidade, exatidão, identificação, ineditismo, oportunidade etc. O *Jornal das Seis*, por exemplo, não precisa se pautar apenas em outros meios de comunicação. É possível encontrar alternativas para que os estudantes produzam suas próprias reportagens com base no critério de relevância para o público. É preciso pensar em inovação conteudística, pois o ouvinte sintoniza a estação que possui um diferencial em relação às outras.

No tocante aos programas produzidos pelos colaboradores, como o *Voz da Mulher e Loaded E-zine*, por exemplo, ocorre um claro disparate (discrepância?) entre os discursos dos servidores e estagiários.

No final de semana, a falta de identidade da RU está mais visível. Muitos programas de sábado não seguem uma coerência conteudística. No domingo, a programação é vazia, com uso excessivo da programação da Rádio MEC, o que confirma seu papel de “calhau”. Por fim, as falhas técnicas e os problemas de locução também devem ser observados, pois prejudicam o resultado final do que vai ao ar na RU.

#### **4.4 A audiência da rádio**

Procurando identificar as demandas, os interesses comuns, as identidades e motivações dos ouvintes da emissora, foram entrevistados, no período de 15 de abril a 24 de maio de 2008, treze ouvintes da RU (ANEXO III). Eles foram selecionados por meio de um cadastro de ouvintes que a emissora possui e a escolha foi feita de forma aleatória.

Deste total de entrevistados, oito foram considerados ouvintes específicos e cinco ouvintes gerais da programação, de acordo com o grau de relação e contato deste com a programação da RU. Nesse sentido, é pertinente, em um primeiro momento, fazer

uma classificação quanto à profissão, faixa etária, etnia, ao gênero e à localização dos ouvintes.

Dos entrevistados, sete são homens, sendo seis brancos ou pardos e um negro. Em relação às mulheres, foram entrevistadas seis: quatro brancas ou pardas e duas negras. O critério usado foi a autodeclaração.

No que se refere à idade, toma-se como base a observação do entrevistador. Percebeu-se que três ouvintes estão na faixa etária entre 18 e 30 anos. O restante aparenta estar na faixa de idade acima de 30 anos.

No que se refere à profissão, três são universitários; dois são psicólogos; dois são músicos; uma é dona de casa; dois são auxiliares ou secretários; e três são trabalhadores autônomos e exercem outra atividade.

Os entrevistados residem nos seguintes bairros: Setor Central, Jardim Novo Mundo, Campinas, Conjunto Castelo Branco, Cidade Jardim, Setor Marista, Setor Aeroviário, Hipódromo Lagoinha e Setor Bueno.

<b>Classificação dos ouvintes da Rádio Universitária</b>						
<b>Tot al</b>	<b>Tipo</b>	<b>Profissão</b>	<b>Faixa Etária</b>	<b>Etnia</b>	<b>Gênero</b>	<b>Localizaç ão</b>
13	8 específicos	3 universitários	10 acima dos 30	10 brancos ou pardos	7 homens	2 Bueno
	5 gerais	3 autônomos	3 entre 18 e 30	3 negros	6 mulheres	2 Centro
		2 músicos				2 Campinas
		2 secretários				2 C. Branco
		2 psicólogos				C. Jardim
		1 dona de casa				Novo Mundo
						Marista
						Lagoinha
						Aeroviário

Na maioria das entrevistas se percebe que o primeiro contato dos ouvintes com a RU se dá de forma casual. Ao mudarem aleatoriamente as estações radiofônicas, acidentalmente sintonizam a RU. Em todos os relatos em que esta situação ocorre, os ouvintes se sentem interpelados pela música que está no ar, como comprova o depoimento dos seguintes entrevistados:

[...] eu sou ouvinte da Universitária há muito tempo mesmo. Quando eu cheguei em Goiânia, na verdade ela começou em 67 a Universitária, a gente começou a pegar ela no rádio. (...) Desde de 67 eu ouço a Universitária. [...] eu vim do Maranhão, morei no

Maranhão, vim pra cá. Aí mexendo no rádio parei naquela música diferente, entendeu. (Entrevistado 4 C.A).

Como eu sou uma pessoa que gosta muito de rádio [...] eu fui descobrindo as rádios. Assim, como na televisão você fica passando de canal quando você ta começando a ver, nas rádios também. Eu fui passando, fui experimentando, essa aqui é legal [...]. Uma das primeiras vezes que eu ouvi a Rádio Universitária, eu ouvi música clássica. Eu achei legal, assim, descansa. Aí eu passei a prestar mais atenção na programação. O que será que essa rádio tem a mais? Aí eu fui vendo, em horários diferentes durante o dia, durante a semana, durante o final de semana. Aí fui vendo as programações, o que tem de legal. Hoje como eu sei os programas, eu já ligo naquele horário que ta passando. (Entrevistado 3 N.).

A música é um importante aspecto que influencia na escolha dos ouvintes pela RU. Há também os entrevistados que conhecem a emissora por meio da indicação de outras pessoas e que, da mesma forma, acompanham a programação da rádio devido à característica musical da emissora. A entrevistada 11 EM, 50 anos de idade e cursa o primeiro ano de Musicoterapia na UFG, opta pela RU desde os 11 anos de idade, graças à indicação de um funcionário de sua escola, que classifica a programação musical da RU como interessante. Segundo EM, a RU influencia diretamente seu gosto musical, pois, sendo criada em uma família interessada na música sertaneja, o contato com a RU possibilita que ela conheça diferentes estilos de música, como a erudita, inclusa na programação musical da emissora. Nota-se, assim, uma pluralidade de interesses e gostos musicais dos ouvintes.

Refletindo sobre o perfil da programação musical da RU, percebe-se que seu caráter qualitativo e não comercial funciona como demanda para os ouvintes. A grade da emissora contempla estilos musicais que muitas vezes não são explorados por outras emissoras, mas que possuem um público de interesse:

Minha primeira vez na Rádio foi quando eu era adolescente e falaram que tinha em Goiânia um programa de rock and roll. Eu não sabia disso: “como assim rock and roll em Goiânia?”. E em rádio é impossível. Era aquele programa *Espírito da Música*, ou era aquele, não sei, era um programa que passava sábado. No finalzinho do sábado que passava um programa de rock e depois ainda falava a agenda de Goiânia. E aí eu comecei a escutar a rádio por causa desse programa no sábado, depois eu tomei gosto. Eu não consigo escutar nenhuma outra rádio. E hoje em Goiânia tem rádio exclusivamente de rock e eu não consigo escutar, eu não gosto. Aí eu sofria até conseguir a banda, eu tinha um rádio velho de antena que eu fica sofrendo assim: ai cadê a sintonia, onde que está isso, onde que está, eu demorei até pegar a banda. Hoje o meu som é digital e é, assim, a única que pega. (Entrevistado 2 K. A.).

O que eu gosto é porque em se tratando da Rádio Universitária toca coisas que você não vê em lugar nenhum, eles não têm essa preocupação: ah, eu não vou tocar isso aqui porque não é comercial, é muito bonito, mas não é pra tocar no rádio. Eles não têm isso. O programador quando acha [...] arranca lá do fundo do baú, ao mesmo tempo ele toca coisas de agora, que se faz agora. Então, eu acho essa variedade fantástica porque surpreende a gente. (Entrevistado 4 C. A.).

A relação de proximidade e afeição com apresentadores dos programas também cativa ouvintes na RU. Muitos deles conhecem a emissora por intermédio de profissionais que trabalham ou apresentam algum programa. Nesse caso, percebe-se que o vínculo deste ouvinte está situado direta e especificamente ao programa daquele que o indica. O entrevistado 8 L elucida a questão:

Nós conversamos que o programa é muito bom. A rádio tá expandindo muito bem, porque essa Rádio, eu assisto ela de uns cinco anos pra cá. [...] Eu descobri pelo Farid. O Farid tinha o CTCG aqui perto de casa e ele trabalhava na rádio. Aí, quando foi um dia, a gente conversando sobre música, porque meu esposo toca, né. E aí ele foi e falou: “ah, eu trabalho na rádio e tal, vou mandar umas músicas pra vocês”. E me deu o número do telefone de lá e a gente todo domingo liga. Todo domingo eu ligo lá.

Uma das características da RU que se pode evidenciar na fala dos entrevistados, quando analisadas as motivações que conquistam os ouvintes, está relacionada à abertura da programação quanto à participação dos ouvintes. Eles identificam a RU como um espaço democrático em que estão livres para escolher as músicas pelo telefone da emissora, protagonizando acontecimentos, participando de produções artísticas etc. Essa questão assume grande importância no discurso dos entrevistados que chegam a opinar sobre o que pode estreitar o relacionamento entre o público e a RU, como no exemplo abaixo:

Agora, outra coisa, eu acho que a Rádio Universitária deveria expandir mais os programas, pelo menos durante dia, ao vivo. Esse negócio de rádio que é só o programa gravado parece que fica muito *light*, muito assim sem aquele calor humano. Acho que isso aí é importante demais se ela fosse difundir mais assim o programa ao vivo na programação. Inclusive, também, de ligação direta com ouvinte assim, telefones assim. Até mesmo se for o caso de concorrer prêmios, tudo mais, que incentive muito o ouvinte e tem muitas coisas que às vezes o ouvinte tem, assim, a questionar sobre a Rádio e não tem jeito de falar, porque a Rádio não tá em contato com ouvinte, assim, no telefone. Isso é importante demais. (Entrevistado 10 D. R.).

A proximidade da emissora com sua audiência também é destacada pelo público:

Teve uma vez que nós tínhamos uns amigos lá em Campinas, e ele tinha sofrido um derrame, tava na cama, esse moço ficou uns quatro anos na cama mesmo. E, então, nós ligamos pra Sobreira e pedimos pra dizer a ele que o moço tava assistindo, ouvindo o programa. Ele mandou a mensagem linda pra ele, falando, cumprimentando, admirando que, apesar de tudo, ele estava consciente, lúcido e tinha bom gosto, né, pra ouvir música. E nós gravamos, essa fita ficou lá com meu marido. [...] Depois eu tive um problema com meu filho mais novo, ele sofreu um acidente terrível, traumatismo sério, sério mesmo, ficou quase morto. O médico não tinha dado esperança, falando se ele iria sobreviver. E como o meu marido é mais assim... ligou pra Rádio contando. Contando o problema, fala, às vezes até no ar com ele sobre o que havia acontecido. O Sobreira mandava sempre mensagem, cumprimentava nós, nesse momento muito difícil, mandava música. Isso tudo fica marcado na música. [...] Nós fizemos um elo de amizade tão forte que eu não sei passar a semana sem ligar pro Sobreira. E aconteceu umas coisas, aqui nessa semana, que eu não liguei pra ele, eu saí, tivemos reunião aqui. Então, eu não liguei pra ele duas semanas. Duas sexta-feiras que eu não ligo. Mas sempre, às vezes, quase toda semana. (Entrevistado 6 R.).

A possibilidade de o ouvinte interferir diretamente na programação musical é destacada. O entrevistado 4 C A é músico:

Eu chego lá e sento lá na sala deles, na sala de programação e dô as idéias. Eles me ouvem com muita atenção. No tempo da Fernanda, eu ia lá pra sala da Fernanda, a gente ouvia disco junto lá. “Ó Fernanda, eu tava pensando porque você não programa a música assim, assado”. “Vamos ouvir”. Aí vai lá pega o disco, ouve, a gente ouve junto.” Ah, é interessante, eu vou por”. Eu sempre tenho essa influência com eles lá, porque eu sou ouvinte da Universitária há muito tempo mesmo [...]). A minha esposa, quando eu tô ouvindo ela ouve [...] aí ela não é muito de ouvir rádio não, ela vai pro computador. Eu acho que ela nem ouvia rádio, hoje ela ouve rádio por causa de mim. Ela não é muito de rádio não. Quando ela quer se divertir ela vai pra tevê, um DVD, alguma coisa assim. [...] É muito bom, ela acompanha direitinho. O que é interessante que a gente sempre ri. A gente tá ouvindo alguma coisa. Aí vamos ligar lá pra falar que isso aí que ele falou não é isso. Aí de repente eu ligo lá. Depois que eu ligo, a pessoa pergunta quem é que falou, eu digo o C. A. Depois que eu desligo aí a pessoa fala no rádio. Seja o Sobreira, seja a Francis, fala no rádio. “Ah, o C. A. ligou assim, assado” e vai falando e vai puxando, né. Aí a gente fala que se você quiser aparecer no rádio é só ligar lá pra dar uma sugestão. Aí a gente ouve muito isso. Aí, de repente, à noite assim, “vamos ouvir o Sobreira” – ele tem um programa à noite chamado Universitária em Seresta – “vamos ouvir o Sobreira, é tão

bom ouvir o Sobreira, ele conta aquelas coisas dele, aquelas amarguras dele, mas de um jeito tão engraçado. Ele mesmo acha graça das peripécias que ele passa tal”. A gente liga lá e fica ouvindo.

Percebe-se que, na fala de alguns ouvintes, como a do entrevistado 4 CA, a RU é mais procurada como um espaço de entretenimento do que de informação. No caso, o conteúdo informativo relacionado às questões públicas não é comentado e, por conseguinte, tratado como fator que conquista os ouvintes entrevistados. Contudo, as informações relacionadas às questões públicas são procuradas por eles em outras emissoras ou em outros dispositivos midiáticos. Constatam-se aí uma deficiência dentro do processo comunicativo da RU, até porque a emissora se constitui a partir de uma ideia de qualidade, diversidade, diferenciação, inovação e construção da cidadania, do interesse coletivo e de natureza não comercial, caracterizada por independência e imparcialidade editorial. O que não se percebe é a utilização deste espaço público para servir ao debate, à negociação, às controvérsias e ao interesse das diversas instâncias de poder constitutivas da vida pública no país.

Outro assunto comentado em várias entrevistas é quanto aos conteúdos que abarcam música, música erudita, cinema, futebol, religião e informações de utilidade pública. Este último, destinado aos interesses comunitários, se mostra de bastante importância para os ouvintes. A informação de utilidade pública é uma das categorias de informação que se agrupa na natureza da comunicação pública. Ela é formada por temas relacionados ao dia a dia das pessoas, geralmente serviços e orientações. Buscam mobilizar, prevenir ou alertar a população ou setores específicos relacionados a ela para assuntos de seu interesse.

Pode-se dizer que, na fala dos entrevistados e na percepção destes, este tipo de informação auxiliar deve estar presente na programação da RU, com foco voltado para as produções culturais e fatos sociais locais. Alguns ouvintes apontam que esse tipo de comunicação está presente na RU, principalmente no que se refere à agenda cultural da cidade, orientações e serviços diversos, mas que o trabalho pode ser intensificado para atender melhor à população.

A partir das entrevistas, percebe-se que existe uma identificação do ouvinte com a emissora e estes estão cientes das singularidades da programação e conseguem identificar aspectos estruturais da rádio. Eles apontaram uma despreocupação com a formalidade e a expressividade das informações e uma simplicidade no tratamento e

divulgação do conteúdo. Outro ponto comentado é a atuação dos locutores. João Sobreira, mais comentado pelos ouvintes, é tido como um profissional de postura carismática e irreverente que, muitas vezes, durante o programa, emite comentários críticos, opinativos e particulares sobre determinados assuntos de interesse público que agradam os ouvintes:

Hoje o que eu sinto é assim, há uma tendência de cada vez mais o locutor falar gritando. Na Universitária não, a Universitária tem pouca gente falando: tem de manhã a Geni, com as participações da Maria Olina que vem dar os informes. Na hora em que solta a vinhetinha; “Universitária informa”, aí vem lá a Maria Olina. No mais é a Geni certinha, da programação gravada. E à tarde tem a Francis ou Sobreira. Eles falam tranqüilamente, conversando, sem aquela preocupação de falar a palavra certinha, sem escapar uma letra. Já o Sobreira, tem essa preocupação, mas aí ele fala assim como se estivesse na casa dele, assim lentamente, o Sobreira fala uma palavra e aí ele busca, assim, a outra palavra para encaixar com aquela palavra. Mas aí sai certinho, sai ótimo, é agradável de ouvir. Muito bom! Você sente que tem uma pessoa que é igual a você que está falando. (Entrevistado 4 CA).

Outra questão também comentada, mas de forma mais discreta, é o fato da RU não ter anunciantes ou propagandas, o que permite um espaço maior para circulação do conteúdo, que incentiva a participação do ouvinte sem incentivar o consumo.

#### **4.5 A Rádio Universitária é pública ou não?**

Como a pesquisa se efetiva sobre a RU tem três momentos distintos – a audição da programação, as entrevistas com servidores da emissora e as entrevistas com o público –, neste momento é importante sistematizar os dados recolhidos para que se tenha noção completa dos resultados. O que determina a característica pública ou não da RU é o cruzamento dessa sistematização com os preceitos de comunicação pública elencados no levantamento teórico deste trabalho. As entrevistas com servidores da rádio dão suporte empírico a dois pilares de sustentação do conceito de comunicação pública: a independência financeira e a autonomia administrativa. Já as entrevistas com os ouvintes e a audição da programação da rádio se relacionam com a qualidade do conteúdo veiculado.

Em relação à independência financeira da RU, a entrevista com o diretor da emissora, Roberto Nunes, é elucidativa. Existe completa dependência de absolutamente todos os gastos feitos ao orçamento geral da UFG controlado pela reitoria: desde os

pontos abrangentes, como é o caso da folha salarial, até os pontos de uso rotineiro de uma rádio, como pilhas para gravadores de entrevistas ou papéis brancos. O recurso captado fora do esquema tradicional de sustento da emissora via UFG não chega a uma porcentagem significativa, segundo Nunes. Por outro lado, é preciso ressaltar que pouquíssimas emissoras no país contam com a possibilidade de se custear uma fonte fixa e trabalhar sem se preocupar em agradar o mercado ou o governo. A RU não precisa recorrer nem ao mercado publicitário e nem à publicidade oficial para fechar as contas. Mesmo estando em uma situação mais confortável que a média, esse fato por si só não garante a autonomia financeira desejável a um órgão de comunicação pública, pois a reitoria da UFG é que administra essa questão. Como visto na parte teórica, a independência financeira é elemento *sine qua non* para que uma emissora seja considerada praticante da comunicação pública. Então, nesse caso, a RU não pode ser classificada completamente como uma emissora pública. Mas, a situação confortável oferecida para a emissora em questão não pode ser desprezado, pois que a RU, nesse sentido, se encontra em estágio avançado caminho à comunicação pública ideal.

Sobre a autonomia administrativa, percebe-se que, nesse quesito, a UFG oferece a flexibilidade suficiente para que esse preceito elementar da comunicação pública seja respeitado. A RU goza da mesma autonomia que as universidades, seguindo esse preceito constitucional. Assim, ela se encontra livre das pressões de mercado e dos governos que possam interferir em sua gestão. A reitoria da Universidade é que pode determinar algum tipo de relação antirrepublicana dentro da RU. Na sua entrevista, quando questionado sobre esse assunto, Nunes não relata fato algum de ingerência por parte da reitoria da instituição que cobre a não cobertura de determinado assunto, ou mesmo o direcionamento da pauta para determinado tipo de abordagem. É importante lembrar que a escolha da programação da emissora, mesmo tendo a participação de profissionais da UFG e da RU, passa antes por um aceite da Reitoria, que tem a palavra final sobre quem vai dirigir a emissora e coordenar cada departamento. Logo, nesse ponto de autonomia de gestão, pode-se afirmar que a prática da RU está de acordo com o fundamento da CP no que diz respeito à pauta jornalística e programação musical, contudo deve no seu controle administrativo ser referendada pelo poder maior dentro da Universidade.

Por outro lado, a prática discutida acima extrapola a questão da independência administrativa em si e não satisfaz quando se trata da produção de conteúdo, o que traz ao debate o terceiro e último ponto sobre a caracterização de uma emissora como



pública ou não: a qualidade do material veiculado. Cada colaborador ou servidor desenvolve seu próprio programa baseado naquilo que ele mesmo considera como pertencente aos objetivos macros de comunicação pública. Aludindo à frase clássica de Walter Clark quando diz que o que importa não é o programa e sim a programação, a RU segue o caminho completamente inverso. Cada programa segue sua própria lógica e eles não têm conexões entre si. Isso pode ser ilustrado na fala dos servidores, visto que se contradizem quanto ao conceito de comunicação pública, além do fato de boa parcela dos ouvintes se caracterizar como audiência específica de somente um programa por não compartilharem dos mesmos atrativos no restante da programação.

É fato que a falta de controle e direcionamento da programação prejudica o resultado final do conteúdo veiculado pela RU. Mas é preciso ressaltar que a RU desenvolve conteúdos que normalmente não são veiculados em outras emissoras. O problema maior está na falta de vínculo entre eles. Logo, a emissora não está longe de atingir o objetivo maior da CP quanto à qualidade do conteúdo veiculado. É preciso que se pense em alternativas que combatam a falta de direcionamento dos servidores e colaboradores do que vem a ser a identidade da emissora e quais são os princípios que orientam a produção de conteúdo veiculado.

Por não ser uma rádio pública na acepção do termo que se delimitou nesse trabalho, o que seria então a RU? Naturalmente, ela não pode ser considerada uma emissora privada, por não ter no mercado publicitário convencional sua fonte de renda. Diante desse diagnóstico, é possível afirmar que a RU é uma rádio estatal a caminho de se tornar uma rádio pública. Como tratado anteriormente, uma emissora estatal é aquela cujo erário público arca com seu custeio. No entanto, a RU não consegue suprir as premissas elementares para ser considerada pública. O veículo de comunicação é bancado pelo dinheiro público, mas não exerce de forma efetiva a comunicação pública. Assim, existem elementos suficientes colhidos na pesquisa empírica para enquadrar a RU como uma rádio estatal. Diante das peculiaridades e contradições inerentes à RU, a pesquisa permite deduzir que o modelo de comunicação pública desenvolvido por ela, no tocante ao conteúdo veiculado, é aleatório, em que cada produtor trabalha com seu próprio conceito e definição. Não existe uma linha mestra que conecte todos os programas que são levados ao ar, o que dá um caráter multiforme à prática de comunicação pública. E a situação ainda tem um agravante, o fato de que mais de 50% da programação da emissora é produzida por colaboradores que são distantes do cotidiano de redação local. Os servidores e estagiários ainda têm um melhor

alinhamento por conta da convivência diária nos bastidores da emissora. Já os colaboradores têm como compromisso único e insatisfatório: levar o programa ao ar.

Por fim, cabe uma reflexão sobre o conceito de esfera pública e a prática da RU. Percebe-se que a emissora não consegue emular os paradigmas teóricos arendtiano e habermasiano por conta da limitação do debate entre os atores sociais. Como a emissora tem uma grade completamente multiforme, ela não consegue tratar diretamente com algum tipo específico de público, com um nicho, visto que a maioria dos ouvintes entrevistados é enquadrada como específicos e não como gerais. Uma rádio que deveria estar direcionada a todos os públicos está, de fato, direcionada a ninguém. E, por não conseguir estabelecer esse diálogo, ela não atinge a capacidade deliberativa que pressupõe Arendt, ficando esvaziada dos pressupostos elementares da esfera pública.

## CONCLUSÃO

O conceito de comunicação pública ainda é amplo e carece de deliberações. Contudo, é consenso entre os pensadores, em particular os brasileiros, afirmar que a natureza desse processo ou *ethos* consiste em estender – por meio dos espaços físicos ou simbólicos na esfera pública – as relações de participação, de negociação e de interesses plurais que possibilitam debates e diversas perspectivas e tomadas de consciência entre a sociedade e o Estado acerca dos assuntos de interesses da coletividade. Um Estado que se propõe democrático e possui o desejo de firmar a noção de cidadania na sociedade precisa consolidar estruturas que ofereçam condições mínimas aos cidadãos, para que todos possam participar dos instrumentos de formação de valores e das mais diversas práticas políticas. Isso é justificável quando se discute a natureza e as finalidades de uma comunicação pública. As esferas públicas habermasiana e arendtiana iluminam o que vem a ser uma CP efetiva – plural, desierarquizada e inclusiva. O tipo ideal burguês da Europa e o tipo ideal grego clássico são boas referências teóricas para se pensar a CP no Brasil de hoje. Por isso a escolha de Habermas e Arendt para suporte teórico desse trabalho. A escolha do argumento como única arma de convencimento dentro de um ambiente, que é o ponto central onde as noções de esfera pública dos dois autores se tocam, é um belo ponto de partida para o que se almeja para a comunicação pública.

Nesse sentido, cabe refletir se a Rádio Universitária, como dispositivo midiático que pretende exercer a prática da comunicação pública, consegue executar esse papel a contento, estimulando o debate entre os diferentes grupos organizados; produzindo conteúdos que possam contribuir para a formação social, educativa e cultural do cidadão; se a emissora tem a autonomia financeira e de gestão, que são elementos indispensáveis para o exercício da comunicação pública. E mais: se a Rádio Universitária incentiva o indivíduo a refletir e participar da realidade a qual ele pertence, sendo uma alternativa de estrutura, linguagem e experimentação que se preocupa com os aspectos qualitativos da informação, independentemente dos interesses mercadológicos presente nas grandes mídias. Naturalmente, esse ponto do debate se liga à questão da qualidade do conteúdo veiculado, um dos três pilares elencados por este trabalho para a existência da comunicação pública.

A partir do que foi elucidado e está vinculado ao discurso dos ouvintes da Rádio Universitária, é preciso que se pense qual é o verdadeiro fundamento da

emissora. Até que ponto ela consegue corresponder às demandas de uma sociedade consciente dos valores democráticos e que busca formas singulares de comunicação. Percebe-se que existe um grande potencial nas rádios públicas, universitárias e comunitárias como um instrumento de equilíbrio de poderes, graças ao controle público que contrabalança os fluxos de informação proporcionados pelos dispositivos midiáticos atrelados aos valores mercadológicos. Contudo, para isso, é necessária uma mudança na forma de se pensar comunicação, de se fazer comunicação e de ser comunicação – a começar dentro da própria RU.

As entrevistas com a audiência da emissora demonstram que o público consegue perceber o caráter diferenciado da emissora. Por outro lado, não foi destacado seu perfil público como fator que a distingue. O fato da emissora veicular conteúdos fora dos padrões convencionais de mercado atrai essa parcela da audiência, contudo os ouvintes não relacionam esse fato ao pretense caráter público da rádio. Logo, percebe-se que a audiência da RU está calcada muito mais em uma questão de segmentação de programação do que, por exemplo, na perspectiva da construção da cidadania por meio dos conteúdos que vão ao ar em sua grade. O público não faz essa ligação entre perfil público e a programação, optando pela RU por uma aproximação de gosto pessoal com as músicas ou programas que ali são veiculados.

Se por um lado a pretensão pública de construir a cidadania por meio dos conteúdos transmitidos não é percebida pelo audiência, o caráter educativo da emissora frente aos alunos da Facomb já é identificado com mais nitidez. Nas entrevistas, o público cita, até com certa complacência, os erros que acabam indo ao ar. A audiência tem compreensão de que são estudantes que estão na produção de determinados programas e relativiza as falhas por conta desse fator. Não se percebe tom crítico ou ácido nessa constatação, mas sim o entendimento de que parte das pessoas que ali estão na lide diária da RU ainda não são profissionais. Logo, a exigência diminui de patamar. “Ninguém nasce sabendo e é na Universitária onde os estudantes da UFG aprendem o jornalismo”, afirmou um entrevistado.

Sobre a questão da análise de conteúdo, percebe-se que para cumprir a função da comunicação pública, a programação precisa de maior heterogeneidade de espírito e conceitos, sendo que ao mesmo tempo é necessário homogeneizar sua programação, com uma sistematização onde um programa mantenha um vínculo com o anterior e o posterior na grade. A linha-mestra do pluralismo deve ser o *ethos* que guia a emissora, ou seja, o pluralismo é aquilo que dá o aspecto heterogêneo de forças sociais presentes

nos conteúdos veiculados e, por outro lado, também homogeniza a programação. Homogêneo no princípio norteador da pluralidade, heterogêneo no conteúdo que visa essa mesma pluralidade. Mesmo sendo música, em especial a erudita e popular brasileira, as que são a cara da programação frente a audiência, todas as formas de manifestação musicais (*rock*, choro, *hip hop*, instrumental...), culturais (cinema, artes visuais, dança, literatura...) e sociais (pesquisa, ciência, lazer, informação...) têm de ser inseridas nas 24 horas de programação.

A audição dos programas revela a predominância dos gêneros informativos, musicais e híbridos (na maioria dos casos, esses são musicais e informativos). Da programação, 86% é composta por essas três categorias. Mas esse número pode levar à uma falsa interpretação da realidade. Mesmo que de forma quantitativa os programas de perfil informativo tenham destaque, é preciso problematizar o conteúdo ali veiculado. Nas entrevistas realizadas com os servidores no intuito de perceber a rotina de produção da rádio, foi revelado que a informação repassada ao ouvinte costuma ser copiada de outros veículos de comunicação (internet, jornais e revistas etc.). Não é da prática de redação da emissora as reportagens *in loco*, com jornalistas nas ruas. À exceção de um ou outro programa feito pelos estudantes que ainda fazem uso desse recurso com fim acadêmico, os profissionais da rádio não têm esse hábito de ir às ruas para sua produção jornalística. Esse dado revela uma carência no conteúdo veiculado, pois o material que vai ao ar acaba sendo frio e pouco interessante para audiência. Mais uma vez, não priorizando a construção da cidadania nos conteúdos veiculados. Na parte musical, a audição mostra que a RU é limitada a estilos que não estão em sintonia com o que o pretense público de universitários e aspirantes a ingressarem na UFG habitualmente ouvem. Quando são priorizados conteúdos musicais de MPB tradicional e música erudita, você dá clara preferência a um público de perfil mais adulto e que tem um gosto vinculado à determinada estética. O que fica latente é que essa segmentação reverbera na audiência e não respeita a premissa da pluralidade de visões nos conteúdos veiculados. Esses estilos musicais se sobrepõem aos demais na grade da emissora e denotam a forma como a sociedade percebe a RU.

Além disso, é importante perceber que quando se fala em uma política de programação para uma rádio, não se pode esquecer para quem ela se destina. A RU peca pela falta de clareza quanto a seu público-alvo. Uma rádio para todos, como é a RU, sem uma coesa definição a respeito de sua audiência, acaba sendo uma rádio pra ninguém. Porém, o grande dilema que aqui pode ser notado é a dificuldade e o desafio

de atender o preceito da pluralidade, sem restringir demais, o que pode correr o risco de transformá-la em uma rádio de gueto ou nicho. A alternativa para esse dilema poderia ser a construção de faixas de programação, onde as diversas faixas etárias e perspectivas estéticas pudessem ser contempladas, com a veiculação de informações compatíveis com aquele determinado público. Sempre entendendo que essas faixas devem estar conectadas ao espírito maior da grade de programação completa da RU, nunca perdendo de vista essa interação.

Outro dado que corrobora essa falta de direcionamento da programação da emissora é o fato de que 54% do total da programação é feita por colaboradores. Esse dado por si só representa não simplesmente a perda da unidade da programação, mas também evidencia ainda como não existe uma linha clara e definida sobre que tipo de comunicação a RU pretende empreender. Como esses colaboradores não vivem a rotina da emissora, ao contrário dos servidores e estagiários, é-lhes difícil captar o verdadeiro espírito da emissora. Os que frequentam diariamente a rádio acabam interpretando os códigos da RU e, por estarem inseridos naquela rotina diária, reproduzem certos discursos que, ainda que de uma forma frágil, configuram alguma unidade. Quem não vive a rotina de redação da emissora faz uma livre interpretação e o resultado é uma programação acéfala e amorfa.

Nesse caso, existem duas alternativas: diminuir o percentual da grade da programação destinada aos colaboradores ou enquadrá-los no perfil de comunicação pública que a RU pretende executar. A segunda alternativa parece ser a mais democrática. Fechar as portas da emissora para a sociedade que se dispõe a participar como colaboradora é um equívoco, pois esse ato entraria em rota de coalizão com a perspectiva de pluralidade das forças sociais presentes na programação – preceito elementar para a definição de comunicação pública. Assim, sobra a tentativa de integrar os colaboradores da emissora naquele *ethos* de comunicação pública que a RU pretende veicular. A direção da rádio acompanhar de perto todos programas; explicitar a linha editorial da emissora por meio de reuniões ordinárias; capacitação dos colaboradores com palestras, cursos e *workshops*; definição de punições para quem não cumprir com o acordado; – esses alguns pontos que poderiam contribuir para a homogeneização do espírito de comunicação pública junto aos colaboradores.

Após realizar entrevistas com os jornalistas da RU e relacionar o conceito de jornalismo público com o jornalismo produzido pela emissora, algumas conclusões são formuladas para a questão proposta neste trabalho. Primeiramente é válido ressaltar,

com base na análise das práticas internas da RU, que o controle da UFG sobre a programação é inexistente, o que pode ser positivo se observado sob determinada ótica. Essa autonomia pode ser observada nos relatos dos jornalistas que trabalham na emissora. A dinâmica existente demonstra que não há interferências nem da direção da emissora e nem da UFG no conteúdo da programação. Há, apenas, programas que remetem às atividades acadêmicas. Mas, mesmo assim, a escolha desse tipo de pauta se dá pelo próprio jornalista e não por reuniões que a definam, já que o profissional que ali trabalha está imbuído da filosofia dita “educativa e plural” que a RU prega como base de produção. Por outro lado, é importante destacar que existe autonomia no conteúdo, aparentemente mais pelo fato de a Reitoria ignorar ou desprezar a existência da emissora, do que efetivamente por uma questão de posicionamento político. Mas, independente da razão, o fato é que a RU está mais próxima da ideia de comunicação pública que as demais emissoras.

A RU, sendo uma emissora financiada pelo Estado, não tem de depender da tensão entre o que é de interesse da audiência (dos diferentes públicos conectados) e o que é de interesse do anunciante. Porém, dialeticamente, a pesquisa demonstrou que há uma desconsideração do público (já que a emissora não depende de sua audiência) e a programação tende a ser traçada considerando interesses especificamente privados dos seus profissionais. Considera-se então o microespaço de luta simbólica no interior da emissora (cada produtor defende seu ponto de vista e leva em conta seus interesses particulares a fim de delimitar seu próprio espaço dentro da instituição) e não se considera o macrosocial de interesse público.

É visível que o fato dos programas serem produzidos de forma individual gera uma falta de integração, tanto entre profissionais como entre os próprios produtos veiculados. A sensação é a de que a RU possui uma filosofia única, mas aplicada em mundos diferentes. O resultado desta falta de ligação é a de que cada profissional realiza seu trabalho pautado em alcançar o jornalismo público, mas sem um conceito próprio, sem uma discussão maior sobre o assunto. Suas ideias particulares sobre essa questão comandam o desenvolvimento do programa, contribuindo para uma programação amorfa. Cada jornalista realiza seu serviço acreditando estar em par com as questões culturais, educativas e acadêmicas. Mas, se não há discussão entre os próprios funcionários para uma perfeita amarração conceitual de tal prática, como definir que a emissora propaga um jornalismo público único? Dessa forma é difícil até definir que tipo de jornalismo constitui a identidade da emissora.

Outra conclusão é a de que nem sempre o que é mantido pelo Estado tem caráter público e reflete os reais anseios e discussões da sociedade – uma emissora estatal não é necessariamente pública como conceito. A RU, sendo viabilizada pelo governo federal, se vê livre das pressões empresarias e tem condições de ter um compromisso com o interesse público. Mas a não dependência com os níveis de audiência gera um perigoso desinteresse em relação ao público ouvinte, que não vê as diversas formas de enxergar o mundo expressas na programação da emissora.

O fato de ser estatal definitivamente não é condição *sine qua non* para que se promovam, de fato, questionamentos de caráter social e político relevantes à realidade social em que se está inserido. Para que existam esses necessários questionamentos é primordial que seja proposta uma repolitização das esferas públicas de discussão. A mídia, como produtora por excelência dessas esferas, tem de propiciar discussões politizadas que considerem aspectos sociais relevantes.

Sobre a independência financeira, a pesquisa observa que a rádio é completamente dependente da Reitoria para seu funcionamento. Tudo necessita de autorização da administração da Universidade para funcionar. Essa dependência dificulta uma dinâmica mais acelerada e própria dos meios de comunicação dentro da RU. Uma alternativa para isso seria o cálculo de quanto a emissora gasta com folha salarial, manutenção e aquisição de equipamentos e demais gastos operacionais. Com esse número em mãos, esse montante seria repassado anualmente à direção da emissora por parte da Reitoria. Com o controle dos recursos mais próximos da realidade e rotina de redação da emissora, seria possível adequar melhor aos gastos para otimizar seu funcionamento.

Para que essa hipótese de repasse anual fosse implementada, deveria ser feito um primeiro levantamento do custo efetivo de existência da rádio, a fim de aprimorar os mecanismos de administração da emissora. Isso traz uma discussão a respeito do conceito de comunicação pública, que é a autonomia de gestão. Hoje, na RU inexistente uma autonomia de gestão, pois todo o controle administrativo da emissora está submetido à Reitoria da UFG. Um conselho curador, com representantes das mais diversas forças sociais, seria uma alternativa para diluir a concentração de poder na Reitoria e também uma possibilidade de democratização e controle social para o bom uso dos recursos públicos no caso de adesão da proposta de verba anual destinada à emissora.

É preciso também contemporizar e ressaltar que essa independência financeira,



mesmo que tutelada pela Reitoria, ainda é um cenário positivo quanto à realização do conceito de comunicação pública. A situação é confortável, porém ainda não ideal. Portanto, nesse quesito, a RU ainda não pode ser classificada como pública. Embora viva ainda, nunca é demais ressaltar, uma situação melhor que os demais órgãos de comunicação de Goiás, embora ainda insuficiente para ser caracterizada como praticante da comunicação pública.

Percebe-se que a RU tem total potencial de exercer seu papel público perante a sociedade goiana. Alguns ajustes são necessários para que a produção de conteúdo se reflita na grade de programação e que isso seja refletido na audiência. O compromisso com a comunicação pública já existe no *ethos* da emissora. O desafio agora é transformar esse espírito em resultados práticos que sejam satisfatórios para a UFG e, principalmente, para a sociedade, pois esta última é a grande interessada por uma programação de caráter público. Da forma como se engendra no presente, a RU não é uma rádio inteiramente pública, por que não consegue abraçar a totalidade dos três parâmetros analíticos definidos neste trabalho do que seria uma emissora totalmente vinculada à comunicação pública, além de não ter um público-alvo definido, já que sua programação é feita sem uma noção clara de quem seria sua audiência. A grade de programação está à mercê dos interesses pessoais, seja por parte dos produtores servidores da RU, seja do lado dos estudantes que lá desenvolvem suas atividades acadêmicas, seja ainda por parte dos colaboradores. Essa, pois, é a constatação que este estudo traz a respeito da realidade acerca da Rádio Universitária da UFG – uma rádio que vive uma situação mais próxima do que aqui se caracteriza como comunicação pública, mas ainda insuficiente para ser completamente enquadrada nesse conceito.

## REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ARONCHI DE SOUZA, José Carlos. *Gêneros e formatos na TV brasileira*. São Paulo: Summus, 2004.
- BAZI, Rogério Eduardo Rodrigues. *TV regional: trajetória e perspectivas*. Campinas: Editora Alínea, 2001.
- DEL BIANCO, Nélia R. *E tudo vai mudar quando o digital chegar*. 2001. Disponível em: <<http://www.bocc.uff.br/pag/bianco-nelia-radio-digital.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2010.
- BITELLI, Marcos Alberto Sant'Anna. *O direito da comunicação e da comunicação Social*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- CARMONA, Beth (Org.). *O desafio da TV pública*. Rio de Janeiro: TVE Brasil, 2003.
- CASASSÚS, J. M. *Estilo y géneros periodísticos*. Barcelona: Ariel comunicació, 1991.
- CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola; MAIA, Rousiley (Org.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.
- COSTA, Sérgio. *As cores de Ercília*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- DIÁRIO DA MANHÃ (31.12.1981, 07.01.1982, 11.08.1982, 21.10.1991, 09.08.1992)
- DUARTE, Jorge (Org.). *Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público*. São Paulo: Atlas, 2007.
- DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2009.
- FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Unesp, Imprensa Oficial, 2002.
- FELICIANO, Fátima. *Iniciação científica em Jornalismo: o trabalho pioneiro de Marques de Melo*. São Paulo: Revista Idade Mídia, ano II, nº 3, 2003, p. 137-143.
- FOLHA DE GOYÁZ. 7 nov, 1981; 12 jan. 1982.
- FRANÇA, Vera Veiga; HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz C. (Org.). *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes, 2001.

- FREITAG, Bárbara. Habermas e a filosofia da modernidade. São Paulo: Perspectivas, n. 16, p. 23-45, 1993.
- GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.
- GOMIS, L. *Teoria del Generes Periodistics*. Barcelona: Centre d'Investigació de la Comunicació, 1989.
- GOMIS, L. *Teoría del periodismo: cómo se forma el presente*. Barcelona: Paidós, 1991.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la Acción Comunicativa: I – Racionalidad de la Acción y Racionalización Social*. Madrid: Taurus Humanidades, 1987.
- HABERMAS, Jürgen. *A mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- JAMBEIRO, Othon. *A TV no Brasil no século XXI*. Salvador: EDUFBA, 2001.
- JORNAL CINCO DE MARÇO, 23 ago. 1976; 29 ago. 1979.
- JORNAL O POPULAR, 13 dez. 1981; 30 dez. 1981; 21 jan. 1982.
- JORNAL OPÇÃO, 2 nov. 1980.
- KUNCZIK, Michael. *Conceitos de Jornalismo: norte e sul*. Manual de Comunicação. São Paulo: Unesp, 2002.
- LOPES, Maria Immacolata Vassalo. *Pesquisa em comunicação: formulação de um modelo metodológico*. São Paulo: Edições Loyola, 1990.
- MARTINS, Luiz; BRANDÃO, Elizabeth; MATOS, Heloísa. *Textos em comunicação*. Brasília: Casa das Musas, 2003.
- MEDINA, Cremilda. *Entrevista: o diálogo possível*. São Paulo: Ática, 1986.
- MEDINA, Cremilda Celeste de Araújo; MELO, José Marques de. *A técnica da entrevista em Oriana Falacci*: Imprensa Italiana – Perspectivas Brasileiras. São Paulo, 1987.
- MEDITSHC, Eduardo. Sete meias-verdades e um lamentável engano que prejudicam o entendimento da linguagem do radiojornalismo na era eletrônica. *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*. Disponível em: <[http://www.bocc.ubi.pt/pag/\\_texto.php?html2=meditsch-eduardo-meias-verdades.html](http://www.bocc.ubi.pt/pag/_texto.php?html2=meditsch-eduardo-meias-verdades.html)>. Acesso em: 27 ago. 2010.
- NUNES, Augusto. *Tancredo: grandes líderes*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- OLIVEIRA, Maria José da Costa (Org.). *Comunicação pública*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2004.

ORTREWANO, Gisela Swetlana (Org.). *Radiojornalismo no Brasil: dez estudos regionais*. São Paulo: Com-Arte, 1987.

PEREIRA, Guilherme Döring Cunha. *Liberdade e responsabilidade dos meios de comunicação*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

PINSKY, Jamie; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2008.

REIMÃO, Sandra (Org.). *Televisão na América Latina: 7 estudos*. São Bernardo do Campo, SP: Ed. Umesp, 2000.

SIGNATES, Luiz; BOARATTI, Márcia. Estado e comunicação: o caráter público das emissoras estatais. A Rádio Universitária de Goiânia como estudo de caso. *Goiânia: Comunicação & Informação*, v. 4, p. 143-158, 2001.

SIGNATES, Luiz. *A sombra e o avesso da luz: Habermas e a comunicação social*. Goiânia: Kelps, 2009.

SILVA, Moema de Castro e. *Realizações de projetos de Colemar Natal e Silva no campo da cultura em Goiás*. Goiânia: Ed. UFG, 1992.

SILVA, Filipe Carreira da. Habermas e a esfera pública: reconstruindo a história de uma idéia. *Sociologia: problemas e práticas*, Lisboa, n. 35, p. 117-138, 2001.

TARGINO, Maria das Graças. *Jornalismo cidadão: informa ou deforma?* Brasília: Ibict e Unesco, 2009.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: LTC Editora, 1982.

WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais – Parte I*. São Paulo: Cortez e Editora Unicamp, 2001.

WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa: leitura e crítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Site consultado

[www.observatoriodaimprensa.com.br/arq0510/dossie.htm](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/arq0510/dossie.htm)

## **ANEXOS<sup>8</sup>**

---

<sup>8</sup> Por motivos de cunho ecológico com a redução do consumo de papel, os anexos desse trabalho estão em um arquivo de Microsoft Word em CD que acompanha essa cópia impressa.